

**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAHU
RAFAEL LUNARDELLI AGOSTINI**

**VICE-PREFEITO
SIGEFREDO GRISO**

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAHU
DALTIRA MARIA DE CASTRO PIRAGINE TUMOLO**

ANEXO I

EQUIPE DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO:

Adriana de Oliveira
Ana Claudia Malveis Garcia
Ana Claudia Siboldi Miranda
Ana Maria Fracassi Ribeiro
Carlos Eduardo Balivo
Celio Luiz Cardoso
Claudia Ifanger Ruiz
Elenira Aparecida Cassola
Franco Valentim Pereira
Isamara Cesar Tumolo Alves
Isete Aparecida Moreno de Tillio
Márcia Cristiane Borgo
Maria Medianeira de Almeida Pacheco Fraga
Maria Odila Martins
Maria Tereza Gobbi Nicolini
Marisia Ribi Opperman Aroni
Moacir Conte
Olinda Aparecida Ruiz
Paulo Eduardo Guerra
Renata Cristina Nunes Valbuena Surian
Rosangela Cristina Ximenes
Ruth de Souza Antonio Pires
Sirlei Diman Sboldrim Mussi
Valéria Elisabete Testa Fiorelli
Vanda Sueli Vendrame Peres
Veridiana Graziella Rodrigues
Washington Ricardo de Lima

- SUBCOMISSÕES:

COORDENAÇÃO:

Antonio Sergio Conti – Diretor da Secretaria de Educação
Murilo Barbosa – Assessor de Comunicação da Secretaria de Educação
Orivaldo Candarolla – Diretor da Emef Jayme de Oliveira e Sousa
Renata Cristina Piassi Farinha -
Vera Lucia Monte Alegre Schwarz – Diretora da Emef Norma Botelho

MEMBROS:

Ana Claudia Roveri Scatimburgo – Supervisora de Ensino da Rede Estadual
Ana Valquiria Pereira de Souza – Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação
Anna Célia Veneziane de Túlio
Isis Cristina Stripari – Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação
Janete Nassar - – Supervisora de Ensino da Rede Estadual
Joanilson F. Lozigia
José Antonio Cavalcante – Gerente de Projetos da Secretaria de Educação
José Luiz Piragine
José Ricardo Batista – Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação
Josiane de Camargo Ferraz
Leda Aparecida Modolo Broio
Maria Helena Polonio Lima
Maria Julia V. Mascaro
Neide Maria de Andrade Felipe
Orlando Serra Junior -
Paulo Henrique Buscariollo
Priscila Capobianco
Sonia M. P. Buscariolo
Sonia Maria Merchan Ferraz
Sônia Maria Salvador – Diretora de Serviços da Etc Joaquim Ferreira do Amaral??
Sueli Aparecida Corradini – Coordenadora do Cmei Martha Vianna de Oliveira
Tiago Agostini Massan
Wanderlei Gabini

- REVISÃO:

Daltira Maria de Castro Piragine Tumolo
Vera Lucia Monte Alegre Schwarz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO: CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL	09
1.1 SESI/SP: Breve histórico e atuação no Município	13
2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS	15
2.1 Localização e área	15
2.2 Geologia e relevo	15
2.3 Vegetação e tipos de solo	16
2.4 Hidrografia	16
2.5 Clima e Pluviosidade	16
3. POPULAÇÃO	16
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA CIDADE DE JAHU	20
5. SAÚDE	33
6. CONDIÇÕES DE VIDA	41
7. ASPECTOS CULTURAIS, TURÍSTICOS E LAZER	49
8. ASPECTOS FINANCEIROS	53
9. ASPECTOS EDUCACIONAIS	55
10. NÍVEIS DE ENSINO	57
I- EDUCAÇÃO BÁSICA	57
A- ETAPAS	57
1. EDUCAÇÃO INFANTIL	57
1.1 Histórico da Educação Infantil no Brasil	57
1.2 Histórico na Educação Infantil no Município de Jahu	59
1.3 Dados Estatísticos da Educação Infantil do Município de Jahu	59
.....	
1.4 Projetos Executados pela Secretaria de Educação do Município de Jahu	65
1.5 Formação Docente na Educação Infantil	66
1.6 Meta e Estratégias para a Educação Infantil	70
2. ENSINO FUNDAMENTAL	73
2.1 Organização do Ensino Fundamental	73
2.2 Dados Estatísticos do Ensino Fundamental	75
2.3 O IDEB do Ensino Fundamental, anos iniciais: descrição e análise	87
2.4 O IDEB de Jahu: Resultados e Metas – 4ª série/5º ano	87
2.5 Indicadores de Desempenho	88
2.6 Projetos e Programas desenvolvidos na Rede Pública Municipal	89
2.7 Outros programas desenvolvidos pela Rede Pública Municipal	89
2.8 Formação Docente no Ensino Fundamental	90
29 Metas e Estratégias para o Ensino Fundamental	96

3. ENSINO MÉDIO	100
3.1 Histórico	100
3.2 Dados Estatísticos do Ensino Médio no Município de Jahu	103
3.3 IDESP das Escolas Estaduais do Ensino Médio	108
3.4 Formação Docente no Ensino Médio	108
3.5 Meta e Estratégias para o Ensino Médio	112
B- MODALIDADES DE ENSINO	113
1. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	113
1.1 Histórico da Educação Especial.....	113
1.2 Diagnóstico da Educação Especial no Município de Jahu	115
1.3 Ações Desenvolvidas pelo Atendimento Multidisciplinar ao Educando	121
1.4 Instituições privadas de atendimento à Educação Especial	123
1.4.1 APAE	123
1.4.2 ESCOLA ESPECIAL AUTISTA.....	124
1.4.3 AMAI	124
1.4.4 ASJA	125
1.5 Metas e Estratégias para a Educação Especial	125
2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	127
2.1 Histórico	127
2.2 Diagnóstico	128
2.3 Objetivos	132
2.4 Metas e Estratégias para a Educação de Jovens e Adultos	132
3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	135
3.1 Histórico	135
3.2 Dados Estatísticos da Educação Profissional	136
3.3 Apresentação das Escolas Técnicas Profissionalizantes de Jahu	139
3.4 Metas e Estratégias para a Educação Profissional	146
II- ENSINO SUPERIOR	151
1. Histórico	151
2. Dados Estatísticos do Ensino Superior	152
3. Objetivo Geral	155
4. Metas e Estratégias para o Ensino Superior	155
1.1 VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	158
1. Histórico	158
2. Metas e Estratégias para a Valorização Profissional	160
1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA	163
1. Histórico	163
2. Metas e Estratégias para a Gestão Democrática	164
1.3 FINANCIAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS EM EDUCAÇÃO	166
1. Histórico	166

2. Dados de Receitas	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
	171
TABELAS E FIGURAS	174
SIGLAS UTILIZADAS	179

INTRODUÇÃO

A elaboração de um Plano Municipal de Educação decenal é uma tarefa de fôlego e de extrema responsabilidade. Será o norteador da Política Educacional do município para a próxima década. Estará acima da esfera das alternâncias políticas na administração, porque será assumido pelo Poder Executivo e referendado pelo Poder Legislativo. Por isso, um compromisso que, se espera, seja cumprido.

Dessa forma, o Plano deverá apontar o que cabe ao Município realizar e o que lhe compete demandar a outras instâncias do governo para, de forma articulada com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, alcançar os objetivos estabelecidos para o País nos próximos dez anos.

O Plano Municipal de Educação é, antes de tudo, uma carta de diagnósticos e de intenções. Reúne conclusões a que chegaram os especialistas que se encontraram para discutir o presente e o futuro da Educação na cidade de Jahu. É a constatação da realidade, seguida das propostas pensadas para as resoluções dos problemas levantados, detalhadamente quantificadas e qualificadas no espaço e no tempo.

Sua elaboração é uma exigência da Lei nº 13.005 de 25/06/2014. Integra-se ao Plano Estadual da Educação do Estado de São Paulo e ao Plano Nacional de Educação.

O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Jahu compreendeu diversas fases:

1. Encontros regionais com representantes de Municípios e Diretorias de Ensino para construção dos Planos Municipais de Educação;
2. Organização do Órgão Gestor da Educação;
3. Formação das Comissões Temáticas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Formação e Valorização do Magistério, Gestão Democrática e Financiamento da Educação;
4. Avaliação Diagnóstica da Educação do Município;
5. Ação de mobilização para promover a participação social;

6. Elaboração dos objetivos, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação;
7. Organização de Audiência Pública;
8. Realização de Audiência Pública para apresentação do Plano;
9. Redação final do Plano Municipal de Educação;
10. Tramitação interna no governo municipal;
11. Encaminhamento do Plano Municipal de Educação à Câmara Municipal;
12. Execução, monitoramento e avaliação das ações do Plano Municipal de Educação.

1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO: CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL

A ocupação e o povoamento da região onde hoje se localiza Jahu iniciaram-se nas primeiras décadas do século XIX. Através das monções, as terras marginais do Tietê foram desbravadas e conhecidas, surgindo o vilarejo de Potunduva, parada estratégica para aquelas que, partindo de Porto Feliz, seguiam em direção a Cuiabá e Iguatemi, em busca de jazidas. Esta colônia viveu enquanto duraram as expedições de caça aos índios e jazidas de ouro, sendo abandonada na década de 20.

O povoamento dessas paragens retomou aproximadamente em 1830, sendo Antonio Dutra, segundo a documentação existente, o primeiro homem a tomar posse de imensas terras que mais tarde englobariam as fazendas de Pouso Alegre de Baixo, Pouso Alegre de Cima e Santo Antonio. Após a morte de Dutra, seus filhos dividiram as terras em dois lotes que foram vendidos respectivamente a Francisco Gomes Botão e Joaquim de Oliveira Matozinho.

A partir daí, pioneiros foram chegando e o sertão foi sendo ocupado. Clareiras foram abertas, raízes fincadas e laços familiares foram se formando. Na década de 40, entre outros, chegaram os primeiros Campanhãs, o capitão José Ribeiro de Camargo e mais tarde os Amaral Carvalho. Na década seguinte, a família Almeida Prado começou a chegar.

Em 1853, os fundadores se reuniram para deliberarem sobre a organização do povoado. Bento Navarro encomendou a escultura da imagem de Nossa Senhora do Patrocínio para ser colocada na capela onde hoje é a Igreja Matriz. Como a primeira missa celebrada ocorreu no dia 15 de agosto de 1853, o prefeito na época, Osório Ribeiro de Barros, reconheceu por lei esta data como da fundação de Jahu. Alguns anos depois, em 6 de fevereiro de 1889, é que a Vila de Jahu passou para a categoria de cidade.

Em relação à economia, ao lado das lavouras de subsistência e pecuária, a da cana de açúcar foi predominante desde os primórdios até o fim do século XIX, Foi então sendo substituída gradativamente pelo cultivo do café, cuja expansão e riqueza projetaria Jahu entre os grandes centros produtores do Estado de São Paulo. O algodão, por volta da década de 1860, também foi cultivado nessa região. A lavoura do fumo também se fez presente entre os produtos agrícolas desenvolvidos nestas paragens desde a fase inicial da ocupação e perdurou até o final da década de 1880, quando então houve o domínio da lavoura cafeeira, mais lucrativa. Entretanto, convém ressaltar, que tanto a lavoura canavieira como a do fumo, não desapareceram totalmente com o domínio do café.

A cultura do café teve importância fundamental no desenvolvimento sócio-econômico do município de Jahu. Surgindo em meados do século XIX, projetou Jahu tornando-o de 1870 a 1914, um dos maiores produtores do Brasil. Com o café, chegaram à ferrovia, os primeiros estabelecimentos bancários e os primeiros hospitais. Essa riqueza fazia de Jahu um dos municípios mais ricos do Estado de São Paulo, ocupando, na estação ferroviária, o primeiro lugar do Estado em embarque do produto para o porto de Santos, na época considerado o maior exportador de café do mundo. O crescimento populacional de Jahu foi considerável, pois, atraídas pelas riquezas, levadas de imigrantes chegaram à região. Tais

grupos passaram a influenciar de maneira significativa a composição sócio-econômica e o desenvolvimento. Naquele momento histórico eram executadas algumas obras, tais como: calçamento de ruas, implantação da rede de água e esgotos, construção de pontes sobre o rio Jahu na área urbana e cadeia pública.

Jahu sempre teve como característica fundamental a terra roxa – motivo de atração dos fundadores da cidade, a maioria descendente de portugueses, oriundos de Minas Gerais. Seu objetivo era formar fazendas e desenvolver o plantio do café. Após a abolição dos escravos em 1888, passaram a contar com a mão de obra dos imigrantes europeus para o trabalho na lavoura cafeeira, predominantemente italianos e espanhóis. Depois vieram os japoneses que se dedicaram à agricultura e os sírio-libaneses ao comércio. De meados do século XIX até o começo do século XX, grupos de portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, russos, austríacos, sírios, libaneses, poloneses e franceses contribuíram para a formação e desenvolvimento histórico e cultural do município.

Com relação ao contexto político, como ocorria na política brasileira em geral, Jahu foi conduzida desde seu início por representantes de famílias detentoras de grandes propriedades fundiárias. Por longo tempo, liberais e conservadores disputaram o poder e a hegemonia política da cidade. Os filhos das oligarquias, da aristocracia rural ou mesmo daqueles que acumulavam prestígio e fortuna, em grande parte, à custa dos coronéis, eram os que chegavam ao poder e o detinham. Com a República, houve em Jahu uma sólida sustentação do bloco constituído pelo Partido Liberal ou Republicano (depois de sua constituição em 1881). Com a formação do Partido Monarquista de Jahu (grupo de oposição, liderado por antigos conservadores), o poder local continuava a ser disputado por dois blocos oligárquicos, fortes e opositores.

Desta forma, o início do período republicano em Jahu foi marcado por muitas disputas políticas. Nas duas primeiras décadas do século XX, dois grupos passam a disputar o poder hegemônico da cidade: os “vicentistas” e os “carvalhistas”.

Disputam e dividem o espaço físico da cidade, quer nos clubes, quer nas igrejas. E isto transcorre até aproximadamente a década de 30, quando, no cenário político nacional, viveríamos em um regime ditatorial.

No que diz respeito ao contexto cultural e recreativo, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a imprensa se fazia presente através de vários jornais, folhetins literários ou de crítica que circulavam na cidade. Bandas musicais floresciam e os bailes aconteciam nos teatros assim como os saraus familiares. Havia apresentações não só de peças de teatro, mas de violonistas e pianistas. Agremiações e clubes se formavam.

Derrubada de matas, conquista e povoamento, trabalho escravo, desenvolvimento da economia, dominação e poder, sociedade aristocrática, lutas político-partidárias, chegada da ferrovia, construções de casarões e sedes de fazendas arrojadas, imigração, desenvolvimento material. Tudo isto se fez presente e foram etapas no desenrolar da história de Jahu.

Dentro dos contextos político, econômico, social e cultural descritos, vejamos como foi o desenvolvimento da educação, ensino público e particular, dos primórdios até aproximadamente a década de 1940.

De acordo com a documentação existente, a instrução pública elementar encontrou grandes dificuldades nos primeiros tempos. Os primeiros dados que se tem notícia seriam sobre o precursor Querubim Honorato do Prado, que residindo na fazenda do Capitão José Ribeiro de Camargo, lecionava aos filhos deste fundador. E o espanhol Dom Pascoal Lopes de Aguilar que mantinha uma pequena escola no povoado e dava aulas às filhas de alguns moradores mais abonados.

Segundo o memorialista Sebastião Teixeira, embora Jahu por volta de 1900 tivesse uma grande melhoria nas condições materiais, na parte educacional estaria ainda em fase embrionária. A instrução pública teria sido totalmente descuidada.

A primeira cadeira de instrução pública foi criada através da Lei nº 03, de 02 de março de 1859, quando então Jahu era Curato. Era de primeiras letras e destinada ao sexo masculino, regida pelo professor intermédio João Roldão de Lara. Em 1870, através da Lei nº 15, de 16 de março, foi criada outra cadeira, também de primeiras letras, para o sexo feminino, tendo como regente a professora intermédia D. Margarida de Sá Brandão. Em 1889, foram criadas mais duas cadeiras de instrução primária, sendo uma para cada sexo, provida apenas em 1891 sob as regências do professor normalista José Moreira da Silva e da professora intermédia D. Adriana de Toledo e Silva. Mais tarde foram criadas mais cinco para cada sexo e nove em diversos bairros do município. Em 1895, no dia 11 de fevereiro, foi inaugurado um curso noturno, ministrado por Caetano Lourenço de Camargo, que já vinha ocupando uma das cadeiras masculinas.

Segundo o memorialista, os prédios onde estavam instaladas as escolas eram acanhados e não comportavam o número de alunos existentes. Os dados abaixo, do recenseamento de 1899, comprovam tal afirmativa.

RECENSEAMENTO- 1899		
	Menores aptos a receber instrução	Menores com instrução
Masculinos	675	211
Femininos	632	178
Total	1.307	389

Era preciso, portanto, a criação de novas escolas para atender a demanda da clientela em idade escolar. Graças ao plano de difusão do ensino elaborado em 1895 por Dr. Cesário Motta, a Câmara Municipal solicitou ao Governo Estadual, a edificação de um “Grupo Escolar”, enviando para o mesmo a quantia de 10:000\$000 e oferecendo o terreno necessário para tal. Entretanto, após uma crise econômica, voltam aos cofres municipais os 10 contos de réis e a idéia toma novo impulso quando é deputado o Tenente Coronel Edgard Ferraz. O projeto da obra fica a cargo de Euclides da Cunha, e, em dezembro de 1901, foi lançada a pedra fundamental do primeiro grupo escolar, inaugurado em 17 de junho de 1903 com o nome de Grupo Escolar “Dr. Pádua Salles” (na época deputado e depois senador estadual).

Em 1911, a Câmara Municipal doava ao Estado o terreno para a construção de outro grupo escolar. Criado em 1914 e construído por iniciativa do deputado e depois senador Vicente Prado. Este, para homenagear o chefe da família, deu ao grupo seu nome: “Grupo Escolar Major Prado”.

Outros grupos escolares foram criados posteriormente: em 1923, as Escolas Reunidas de Pouso Alegre de Baixo (em 1932 a escola passou a ser denominada Grupo Escolar de Pouso Alegre de Baixo e em 1951, Grupo Escolar João Pacheco de Almeida Prado). Em 1935, os Grupos Escolares Laudelino de Abreu e Dr. Domingos de Magalhães. Em 1938, o Grupo Escolar Dr. Lopes Rodrigues. Em 1945, o Grupo Escolar Caetano Lourenço de Camargo. Recebeu mais tarde a denominação de Colégio Estadual e Escola Normal e posteriormente a de Instituto de Educação.

O ensino profissionalizante também ocupou seu espaço na história da educação em Jahu. Joaquim Ferreira do Amaral já demonstrava, em 1928, o desejo de montar uma escola que atendesse a carência de profissionais técnicos para Jahu e neste mesmo ano foi lançada a pedra fundamental da Escola Profissional Secundária Mista, que levou o nome do doador do terreno “Joaquim Ferreira do Amaral”. O funcionamento propriamente dito ocorreu em 1942.

Em relação ao ensino particular, em 1901 foram inaugurados dois prédios: Ateneu Jauense e Colégio S. José, para atender respectivamente à clientela masculina e feminina. O Colégio S. José é entregue à direção da Congregação das Irmãs de S. José de Chamberry. Já o Ateneu Jauense ficou sob a direção do Dr. Domingos de Magalhães e do Prof. Martin Francisco de Andrade. Foi transformado mais tarde em Ginásio Municipal, sendo equiparado ao Colégio Pedro II, da Capital Federal. Em 1915, fica sob a direção da Ordem Premonstratense. Durante muitas décadas foram exemplos de Instituições de Ensino para Jahu e região.

Em 1922, foi criada outra escola particular: a Academia de Comércio Horácio Berlinck. Seus idealizadores, José Nicolau Piráquine e Gentil Ferreira, contabilistas, viajaram a São Paulo para conhecer a Academia Álvares Penteado, cujo diretor era Horácio Berlinck, um dos primeiros contabilistas de São Paulo.

Como pudemos verificar, nas primeiras décadas, ou seja, segunda metade do século XIX, a instrução pública foi bastante precária e não atendia às necessidades da população em idade escolar, tanto no número de escolas, quanto nas próprias condições físicas dos prédios. Caracterizando-se por uma sociedade aristocrática, os filhos dos mais abastados e dos detentores de poder, recebiam seus ensinamentos através de professores particulares. Isto ocorria tanto nas sedes de fazendas como na cidade. A educação era ministrada por separação de sexo: escolas masculinas e escolas femininas. No ensino particular, essa divisão foi presente como pudemos verificar durante muitas décadas do século XX, com a edificação e instalação do Ateneu Jauense (mais tarde Colégio S. Norberto) e do Colégio S. José.

Na instrução pública, já no início do século XX, as autoridades governamentais municipais contribuíram para que os Grupos Escolares “Dr. Pádua Salles” e “Major Prado” fossem instalados. Os dois existem e estão em funcionamento ainda hoje. São marcos e patrimônios históricos da cidade também por sua arquitetura de grande beleza e

pompa.

Houve também a preocupação com o ensino técnico e comercial e suas escolas até hoje cumprem seu papel no campo educacional.

Esses foram os primeiros passos para um futuro promissor e os alicerces para o desenvolvimento e expansão do setor educacional que estariam por vir.

Fonte: Fundação Educacional "Dr. Raul Bauab" - Jahu - Centro de Documentação

1.1 SESI/SP: BREVE HISTÓRICO E ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO

O SESI-SP desenvolve suas atividades em 54 Centros de Atividades do Trabalhador – CAT - no Estado de São Paulo. Oferece aos trabalhadores da indústria e à comunidade em geral ações educativas, culturais, artísticas, esportivas, sociais e de cidadania, sempre com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos seus beneficiários e usuários.

da indústria e seus dependentes legais, visando a melhoria da qualidade de Tradição desde o final da década de 1940, a Educação do SESI-SP possui a missão de oferecer Educação Básica que contribua na formação integral dos beneficiários ensino, mediante opção estratégica de investimentos na formação continuada de seus profissionais e em recursos tecnológicos.

A Rede Escolar SESI-SP é uma das maiores redes particulares de ensino, composta por 175 unidades escolares, localizadas em 111 municípios paulistas com atendimento superior a 179.000 alunos. Na cidade de Jaú o SESI-SP está presente desde o ano de 1964, onde já exercia sua vocação para a educação e, em 1992 foi inaugurado o CAT Ruy Martins Altenfelder Silva, ampliando-se este atendimento. Hoje, o SESI de Jaú atende 776 alunos nas modalidades de ensino: básico e na educação de Jovens e Adultos.

A partir de 2007 iniciou a implantação gradativa da Educação Integral em Tempo Integral, destinada aos alunos do Ensino Fundamental. Em 2015 todos os alunos frequentarão as aulas em tempo integral. A unidade escolar é equipada com laboratório de

informática educacional, laboratórios de física, química e biologia, biblioteca, salas multiuso, refeitório e quadras poliesportivas.

O estudante do ensino fundamental pode praticar esportes, receber alimentação balanceada e ter acesso a atividades culturais, vivências de ciências e tecnologias, de inglês, orientações de estudo, empreendedorismo, entre outras, durante o dia todo.

O diferencial no Ensino Médio é a possibilidade do ensino articulado, ou seja, no 2º e no 3º ano, o estudante tem a oportunidade de cursar concomitantemente a Educação Profissional Técnica de nível médio nas Escolas do SENAI-SP.

Esta articulação responde ao desafio de oferecer oportunidades educacionais que possibilitem o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos, com competência e comprometimento, aumentando a perspectiva de inserção social.

Questões que exigem respostas rápidas, originais e fundamentadas, para atender ao caráter dinâmico, contraditório, provisório e interdisciplinar da nova realidade. Diante disso, redefine-se a função do Ensino Médio – última etapa da Educação Básica.

Neste cenário social, a rede escolar Sesi-SP propõe um currículo organizado em quatro áreas de conhecimento (Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas), tendo como base o diálogo interdisciplinar, proporcionando uma atitude de permanente aprendizado aos estudantes.

Na área de Nutrição, as ações realizadas vão desde o fornecimento de refeições a alunos da rede escolar do Sesi-SP, passando pela orientação nutricional a alunos e familiares. O programa “Alimente-se Bem conta com cursos de culinária, de culinária tradicional e artesanal, voltados para beneficiários da indústria e a comunidade em geral.

Na área de lazer e esportes o Sesi organiza competições esportivas destinadas aos trabalhadores das indústrias beneficiárias, podendo ainda contar com a participação de equipes não beneficiárias do Sesi-SP.

O grande objetivo é oportunizar ao trabalhador a participação em atividades de esporte e lazer, bem como a adoção de comportamentos saudáveis com a respectiva possibilidade de melhora de seu perfil individual de estilo de vida.

A área sociocultural do Sesi-SP busca reforçar os conceitos da cidadania pela democratização do acesso à cultura, contribuindo para a qualidade de vida e inserção social dos usuários. Por intermédio de seus diferentes programas, realiza, anualmente, cerca de três milhões de atendimentos em todo o Estado de São Paulo.

No campo da saúde, o Sesi-SP realiza trabalhos focados na atuação preventiva com diferentes atividades. Os serviços prestados abrangem os trabalhadores da indústria, seus dependentes e a comunidade.

O SesiOdonto foi criado para oferecer atendimento odontológico de qualidade de acordo com a necessidade da indústria, cada vez mais consciente da importância de disponibilizar benefícios aos seus funcionários, os serviços são prestados em consultórios instalados nas unidades do Sesi-SP, os tratamentos contemplam as especialidades da odontologia, como: diagnóstico, clínica geral, prevenção, radiologia e dentística.

2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

2.1. Localização e área

Jahu, município do estado de São Paulo, localiza-se na região central do estado, à latitude 22°17'44" sul e à longitude 48°33'28" oeste, a 541 metros de altitude e a 296 km da capital do estado.

Abrange uma área total de 688,34 Km², dividida em 81,12 Km² de área urbana e 607,22 Km² de área rural e tem como municípios limítrofes as cidades de Bocaina, dourado, dois Córregos, Mineiros do Tietê, Barra Bonita, Macatuba, Pederneiras, Itapuí e Bariri.

2.2. Geologia e relevo:

A área do município está inserida na Bacia do Paraná, recoberta por formações sedimentares antigas, predominantemente mesozóicas.

Quanto ao relevo, insere-se na Província Geomorfológica denominada Custas Basálticas. É caracterizado por uma topografia levemente ondulada, sem grandes elevações, não ocorrendo rupturas bruscas no relevo.

2.3. Vegetação e tipos de solo:

Em sua origem, a vegetação típica de Floresta Atlântica de Planalto seria a predominante no território do município. Com o processo de desmatamento praticado pelo homem, essa vegetação foi praticamente eliminada.

Com relação ao solo, podemos verificar uma maior ocorrência de Latos solos e Terra Roxa Estruturada. Com relação aos primeiros, estão assim subdivididos: o Roxo, o Vermelho Escuro e o Vermelho Amarelo.

2.4. Hidrografia:

Jahu é cortada por três rios: Rio Jahu, que nasce fora dos limites do município e o atravessa na direção Sudeste – Noroeste, Rio Tietê a Sudeste e Rio Jacaré Pepira a Nordeste. Beneficia-se da hidrovía Tietê-Paraná através do transporte intermodal hidroferrodoviário.

2.5. Clima e Pluviosidade:

O clima predominante é o tropical com temperatura média anual de 22,5°C, média mínima de 12,8°C e umidade relativa do ar de 60,0 a 70,0 %.

O índice pluviométrico da cidade de Jahu está entre 1.200 a 1.500 mm, com maior incidência de chuva no mês de janeiro e a menor em agosto.

3. POPULAÇÃO

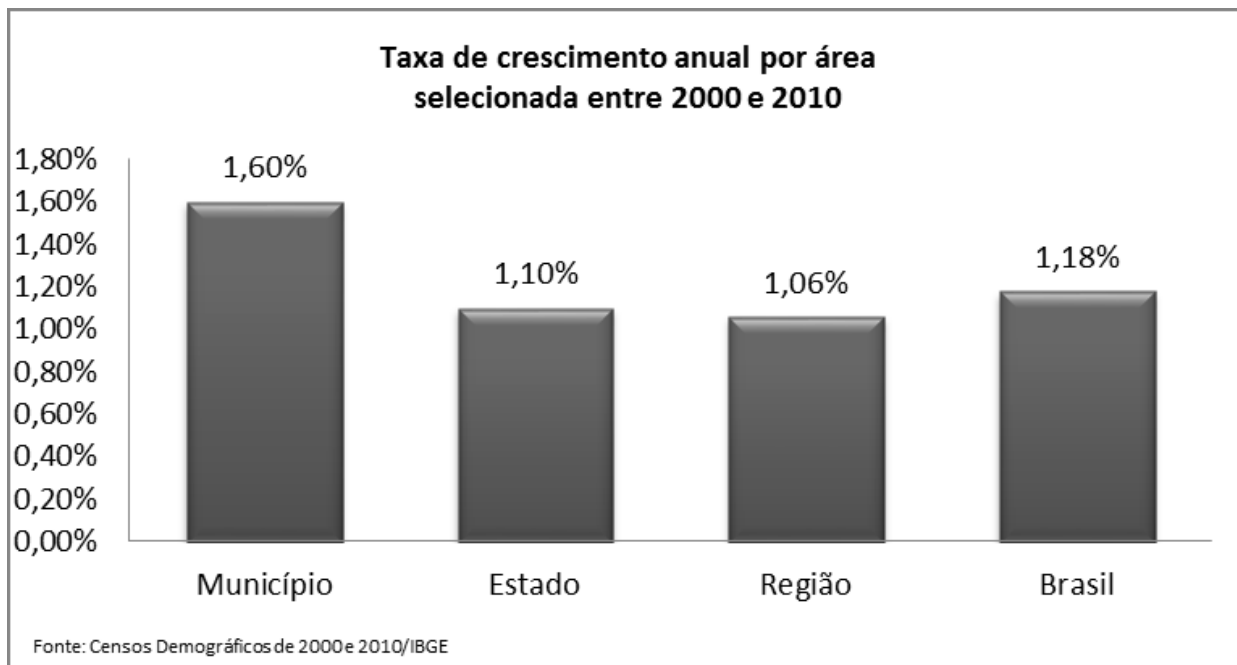
De acordo com o IBGE, o município de Jahu obteve as seguintes estimativas populacionais:

Tabela 1. Número de Habitantes

Ano	Nº Habitantes
2011	132.493
2012	133.900
2013	140.077
2014	141.703

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,60% ao ano, passando de 111.783 para 131.040 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,10% ao ano, e superior a cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

Figura 1. Taxa de Crescimento Populacional Anual por área administrativa



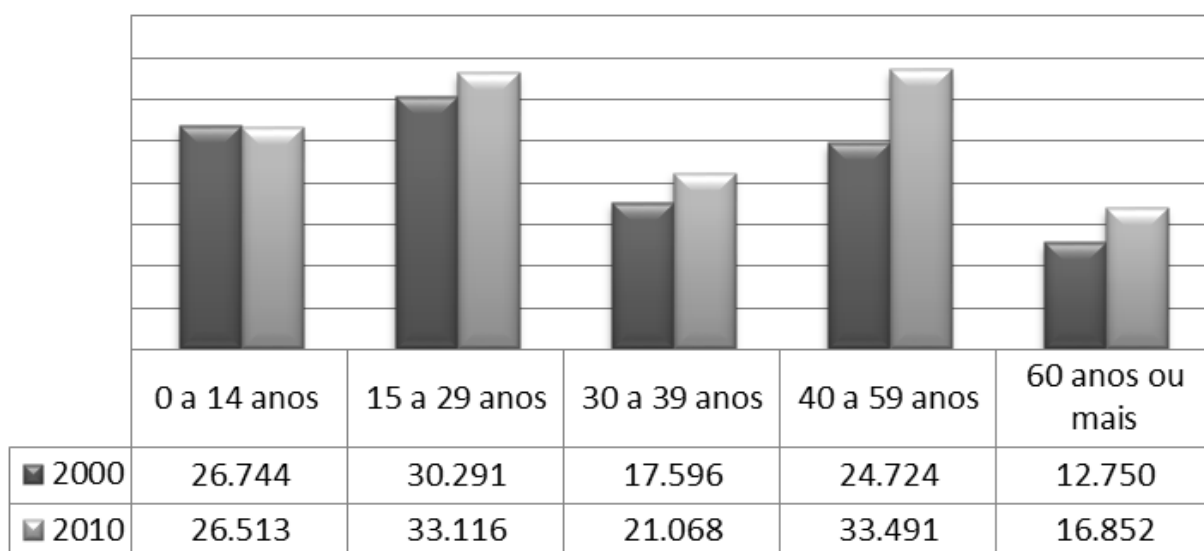
A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 95,68% e em 2010 a passou a representar 96,87% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 2,8% em média. Em 2000, este grupo representava 11,4% da população, já em 2010 detinha 12,9% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-0,1% ao ano). Crianças e jovens detinham 23,9% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 26.744 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 20,2% da população, totalizando 26.513 habitantes.

Figura 2. População Residente no Município

População residente no município por faixa etária entre 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE

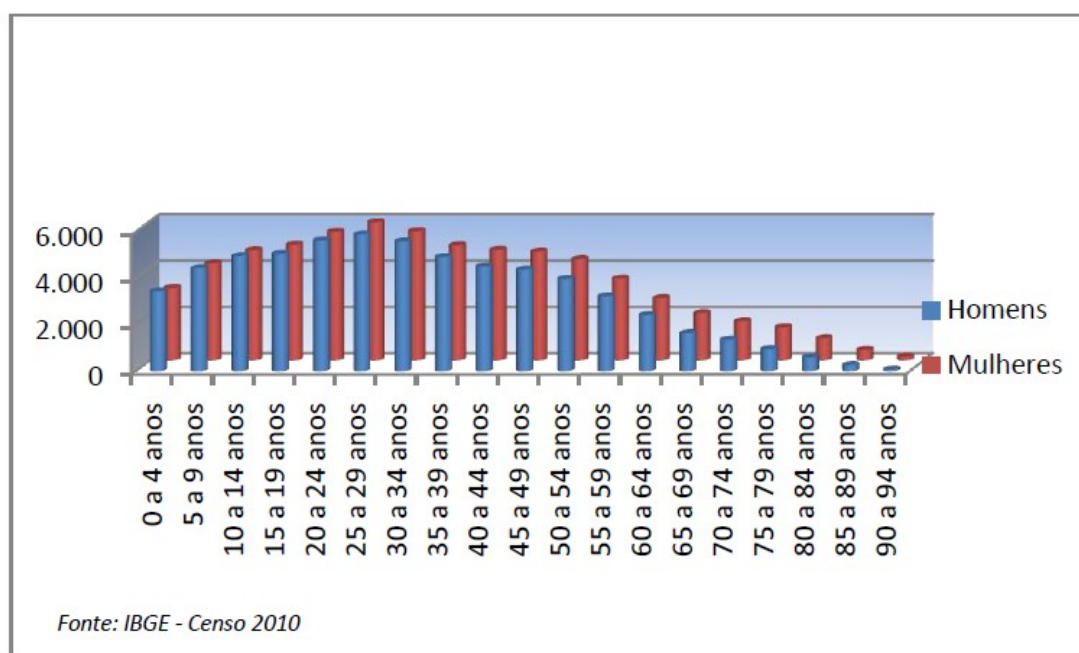
A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,90% ao ano), passando de 72.611 habitantes em 2000 para 87.675 em 2010. Em 2010, este grupo representava 66,9% da população do município.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, no que se refere à distribuição dos gêneros, a população jauense feminina é ligeiramente maior, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 2. Distribuição de Gêneros da População Jauense

Idade	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	3.445	3.136
5 a 9 anos	4.434	4.188
10 a 14 anos	4.963	4.750
15 a 19 anos	5.057	5.000
20 a 24 anos	5.638	5.550
25 a 29 anos	5.900	5.971
30 a 34 anos	5.588	5.585
35 a 39 anos	4.927	4.968
40 a 44 anos	4.509	4.768
45 a 49 anos	4.388	4.698
50 a 54 anos	3.986	4.368
55 a 59 anos	3.234	3.540
60 a 64 anos	2.415	2.689
65 a 69 anos	1.635	2.050
70 a 74 anos	1.364	1.697
75 a 79 anos	959	1.440
80 a 84 anos	595	961
85 a 89 anos	271	456
90 a 94 anos	77	172

Gráfico 3. Distribuição da População por Sexo



Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 46,84% para 41,26% e a taxa de envelhecimento, de 8,01% para 8,93%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 54,90% e 6,64%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Tabela 3. Estrutura Etária da População de Jahu

<i>Estrutura Etária</i>	<i>População (1991)</i>	<i>% do Total (1991)</i>	<i>População (2000)</i>	<i>% do Total (2000)</i>	<i>População (2010)</i>	<i>% do Total (2010)</i>
<i>Menos de 15 anos</i>	27.109	28,80	26.841	23,94	26.752	20,42
<i>15 a 64 anos</i>	60.761	64,56	76.280	68,04	92.590	70,66
<i>65 anos ou mais</i>	6.246	6,64	8.983	8,01	11.698	8,93
<i>Razão de dependência</i>	54,90	-	46,84	-	41,26	-
<i>Índice de envelhecimento</i>	6,64	-	8,01	-	8,93	-

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,0 anos na última década, passando de 73,2 anos, em 2000, para 78,1 anos, em 2010. Em 1991, era de 71,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991. *Fonte:*

PNUD, IPEA e FJP

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA CIDADE DE JAHU

O Município de Jahu, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, possuía um total de 40.945 domicílios particulares permanentes, distribuídos de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 4. Domicílios

<i>Tipos de Domicílios</i>	<i>Número de domicílio</i>	<i>Percentual</i>
Total de domicílios particulares permanentes	40.945	100 %
Domicílios particulares permanentes - tipo - Apartamento	795	1,94 %
Domicílios particulares permanentes - tipo - Casa	39.805	97,21 %
Domicílios particulares permanentes - tipo - Casa de vila ou em condomínio	212	0,52 %
Domicílios particulares permanentes - tipo - Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	133	0,33%

Fonte: IBGE – Censo 2010

Quanto à renda, o município apresenta uma distribuição, concentrada em mais de 2 a 5 salários mínimos (42,91%), como rendimento nominal familiar. O percentual de domicílios cujas famílias recebem até 1 salário mínimo fica em torno de 3,98%, ou seja, 1.629 domicílios.

Tabela 5. Classes de Rendimento

<i>Classes de Rendimento</i>	<i>Nº. Domicílios</i>	<i>%</i>
Total de Domicílios particulares permanentes:	40920	100
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/2 salário mínimo	162	0,39
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1467	3,59
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos	5139	12,56
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 2 a 5 salários mínimos	17561	42,91
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 5 a 10 salários mínimos	11511	28,13
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 10 a 20 salários mínimos	3077	7,52
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos	1189	2,90
Domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar sem rendimento	815	2,0

Fonte: Fundação Seade

A renda per capita média de Jahu cresceu 61,40% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 589,31, em 1991, para R\$ 788,82, em 2000, e para R\$ 951,17, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,55%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,29%, entre 1991 e 2000, e 1,89%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 4,89%, em 1991, para 4,10%, em 2000, e para 2,45%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini (instrumento usado para medir o grau de concentração de renda), que passou de 0,42, em 1991, para 0,49, em 2000, e para 0,45, em 2010. (Fonte: PNUD, IPEA e FJP)

Tabela 6. Renda, Pobreza e Desigualdade - Jahu - SP

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	589,31	788,82	951,17
% de extremamente pobres	0,88	0,59	0,46
% de pobres	4,89	4,10	2,45
Índice de Gini	0,42	0,49	0,45

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

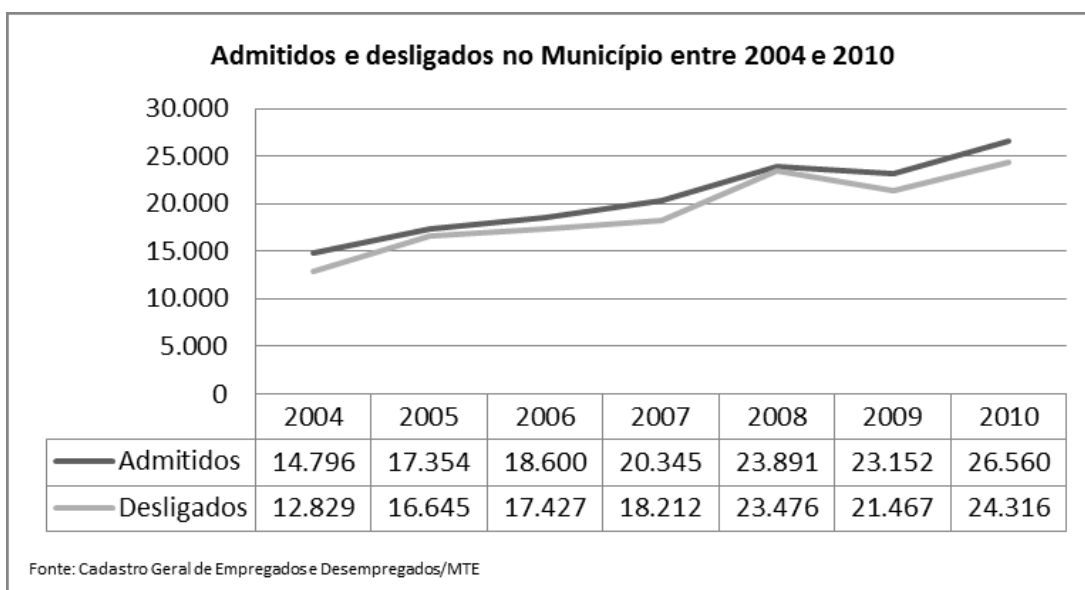
Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 98,7% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 98,5% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Figura 4. Rede de Água, Coleta de Lixo e Escoamento de Esgoto



O mercado de trabalho formal do município apresentou em todos os anos, saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 11.538. No último ano as admissões registraram 26.560 contratações contra 24.316 demissões.

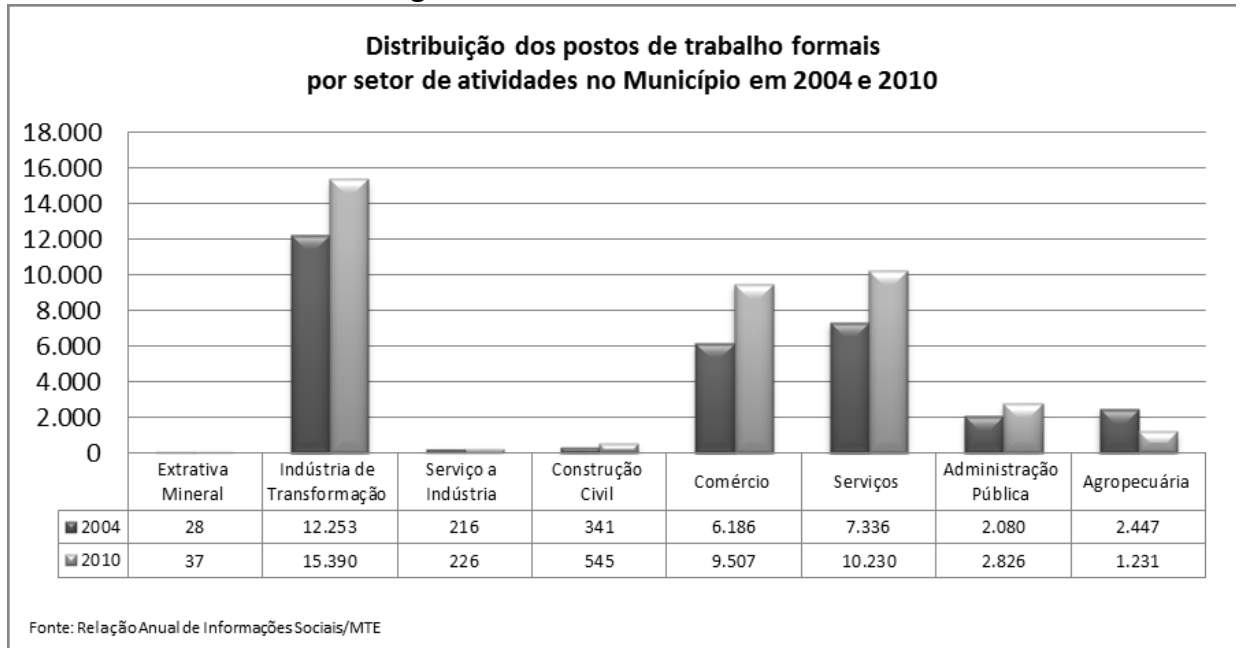
Figura 5. Mercado de Trabalho – Admitidos e Desligados



Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 39.992 postos, 29,5% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,8% no mesmo período.

Indústria de Transformação foi o setor com maior volume de empregos formais, com 15.390 postos de trabalho, seguido pelo setor de Serviços com 10.230 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 64,1% do total dos empregos formais do município.

Figura 6. Postos de Trabalho



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Comércio (de 20,03% em 2004 para 23,77% em 2010) e Serviços (de 23,75% para 25,58%). A que mais perdeu participação foi Agropecuária de 7,92% para 3,08%.

Ainda, conforme dados do último Censo Demográfico o município em agosto de 2010 possuía 74.506 pessoas economicamente ativas onde 71.577 estavam ocupadas e 2.929 desocupadas. A taxa de participação ficou em 65,3% e a taxa de desocupação municipal foi de 3,9%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 62,8% tinham carteira assinada, 13,1% não tinha carteira assinada, 17,8% atuam por conta própria e 2,9% empregadores. Servidores públicos representavam 2,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 0,8% dos ocupados.

Figura 7. Distribuição de Pessoas Ocupadas



Das pessoas ocupadas, 1,2% não tinham rendimentos e 16,0% ganhavam até um salário mínimo por mês.

Figura 8. Distribuição das Pessoas Ocupadas por Rendimento

Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.415,02. Entre os homens o rendimento era de R\$ 1.714,72 e entre as mulheres de R\$ 1.076,58, apontando uma diferença de 59,27% maior para os homens.

A distribuição por grandes grupos de ocupação mostrou que os dois maiores grupos são dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e ocupações elementares. Juntos, os dois grupos totalizam 17,2% das ocupações do município.

Tabela 7. Distribuição da População Ocupada por grandes Grupos de Ocupações - 2010

Grandes grupos de ocupações	Nº	%
Diretores e gerentes	3.232	4,5
Profissionais das ciências e intelectuais	7.304	10,2
Técnicos e profissionais de nível médio	5.988	8,4
Trabalhadores de apoio administrativo	6.236	8,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	9.988	14,0
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	628	0,9
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	12.705	17,8
Operadores de instalações e máquinas e montadores	8.806	12,3
Ocupações elementares	11.671	16,3
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	88	0,1
Ocupações mal definidas	4.931	6,9
Total	71.577	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 21,3% do total da população ocupada no município.

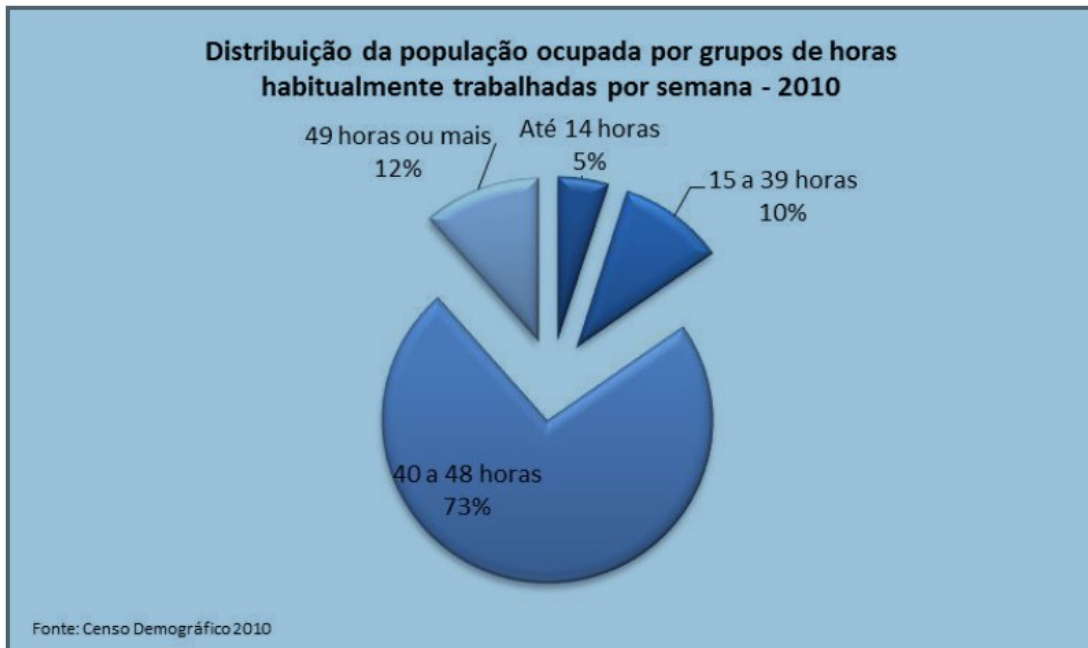
Tabela 8. Distribuição da População Ocupada por grandes Grupos de Ocupações - 2010

Seção de atividade	Nº	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.817	2,5
Indústrias extrativas	30	0,0
Indústrias de transformação	22.680	31,7
Eletricidade e gás	89	0,1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	379	0,5
Construção	4.637	6,5
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	13.408	18,7
Transporte, armazenagem e correio	2.147	3,0
Alojamento e alimentação	2.098	2,9
Informação e comunicação	793	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	730	1,0
Atividades imobiliárias	418	0,6
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.707	2,4
Atividades administrativas e serviços complementares	1.823	2,5
Administração pública, defesa e seguridade social	2.653	3,7
Educação	3.131	4,4
Saúde humana e serviços sociais	4.147	5,8
Artes, cultura, esporte e recreação	420	0,6
Outras atividades de serviços	1.800	2,5
Serviços domésticos	3.817	5,3
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	2.853	4,0
Total	71.577	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A parcela de 73,3% dos ocupados trabalhava de 40 a 48 horas e 11,5% têm uma jornada superior.

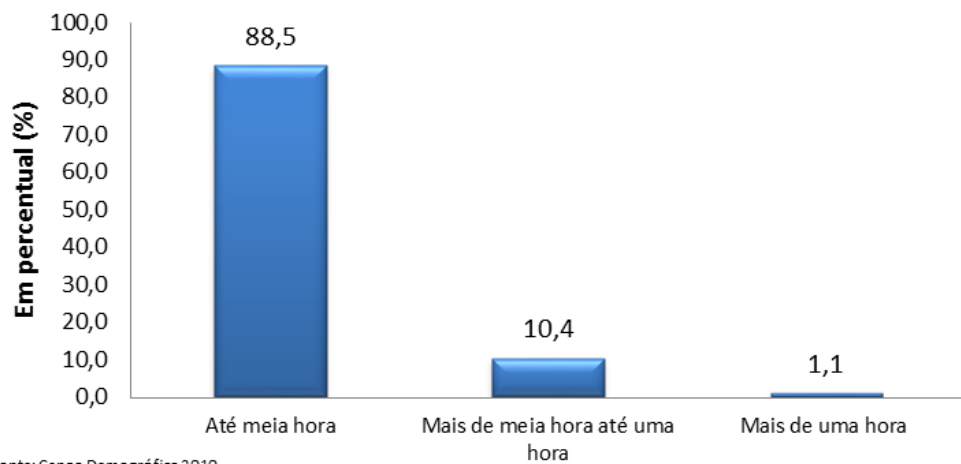
Figura 9 –



Com relação ao tempo das pessoas que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para o seu domicílio diariamente, os dados apontaram que 88,5% gastavam até meia hora, 10,4% mais de meia hora até uma hora e 1,1% perdiam mais de uma hora com o deslocamento.

Figura 10.

Percentual de pessoas ocupadas, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho - 2010



De acordo com a Fundação Seade, o município de Jahu, de 2000 a 2010,

teve um aumento significativo de postos de *empregos formais*, mas não houve evolução desse número até 2013.

Tabela 9. Número de Empregos formais

Empregos formais	2000	2010	2013
Total de Empregos Formais	24.372	39.992	39.990
Empregos Formais de Homens	15.915	22.203	22.130
Empregos Formais de Mulheres	8.457	17.789	17.860

O seguimento *formal* da cidade que mais emprega é o industrial, mas, de acordo com dados obtidos pela Fundação Seade, constatamos que de 2010 a 2013, houve uma redução de 2.274 postos de trabalhos formais.

Tabela 10. Categoria de Empregos Formais

Categoria de Empregos Formais	2000	2010	2013
Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	1.567	1.229	1.241
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	6,43	3,1	3,10
Empregos Formais da Indústria	10.216	15.521	13.247
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	41,92	38,8	33,13
Empregos Formais da Construção	553	612	727
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2,27	1,5	1,82
Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	4.693	9.473	9.803
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	19,26	23,7	24,51
Empregos Formais dos Serviços	7.343	13.157	14.972
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	30,13	32,9	37,0

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 66,72% em 2000 para 72,10% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 8,81% em 2000 para 3,65% em 2010.

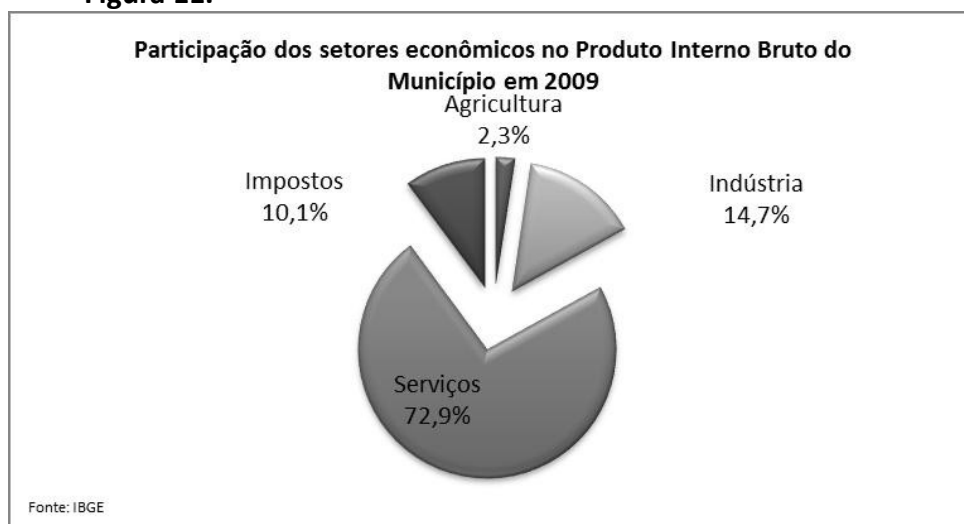
Tabela 11. Ocupação da População de 18 anos ou mais		
	2000	2010
Taxa de atividade	66,72	72,10
Taxa de desocupação	8,81	3,65
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	70,47	75,10
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	52,65	65,56
% dos ocupados com médio completo	34,54	45,78
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1s.m.	20,58	8,05
% dos ocupados com rendimento de até 2s.m.	63,49	63,25
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	89,38	91,76

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 2,62% trabalhavam no setor agropecuário, 0,04% na indústria extrativa, 31,26% na indústria de transformação, 6,64% no setor de construção, 0,68% nos setores de utilidade pública, 16,81% no comércio e 38,05% no setor de serviços.

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 47,6%, passando de R\$ 1.192,9 milhões para R\$ 1.760,8 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 49,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,16% para 0,16% no período de 2005 a 2009.

Figura 11.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 72,9% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 14,7% em 2009 contra 16,6% em 2005. Em sentido contrário ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de

16,6% em 2005 para 24,4% em 2009.

Figura 12.

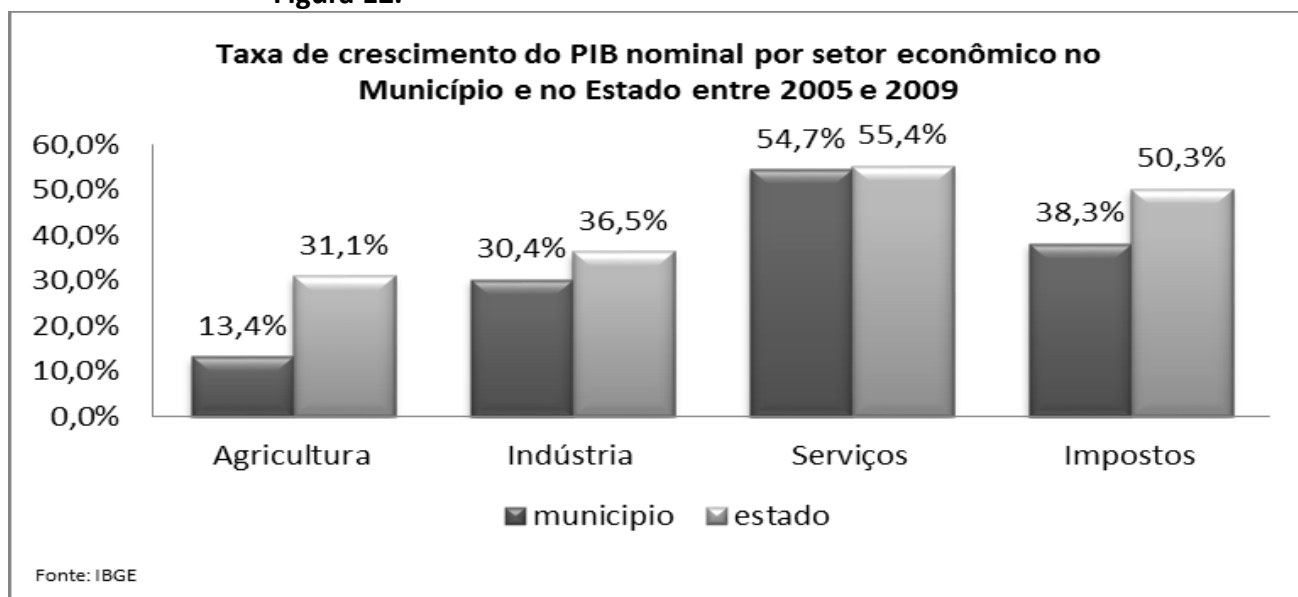


Tabela 12. PIB

PIB	2000	2010	2011	2012
PIB (Em milhões de reais correntes)	724,42	2.051,60	2.311,15	2.486,94
PIB per Capita (Em reais correntes)	6.472,62	15.676,63	17.427,28	18.505,66
Participação no PIB do Estado (Em %)	0,17	0,164444	0,171264	0,176516

Fonte: Fundação Seade

Os setores da agropecuária e da indústria têm apresentado uma retração e o setor de serviços tem apresentado uma evolução contínua. A arrecadação de impostos também tem apresentado crescimento ao longo dos últimos anos.

A agricultura da cidade é baseada na cana de açúcar, milho, café e soja. O cultivo da cana de açúcar vinha ganhando espaço nos últimos anos, mas em 2012, houve retração da área produzida.

A pecuária bovina e suína sempre esteve presente no município, ainda que em pequena escala, destacando-se o setor avícola.

Tabela 13.

Tipo de Produção	2000	2010	2012
Cana de açúcar – produção em toneladas	2.775.000	3.527.500	3.182.000
Milho – produção em toneladas	1.440	2.520	3.120
Café – produção em toneladas	660	1.409	1.620
Avicultura - rebanho em cabeças	81.900	183.000	127.000
Bovinos - rebanho em cabeças	14.763	7.918	8.608
Suínos - rebanho em cabeças	3.300	7.810	6.545
Ovinos - rebanho em cabeças	785	2.160	2.250
Equinos - rebanho em cabeças	1.300	1.525	1.490

Fonte: Fundação Seade

A frota de veículos da cidade tem apresentado crescimento ao longo dos anos, porém o número de habitantes por automóvel vem diminuindo.

Tabela 14.

Transporte	2002	2010	2012	2013
Frota Total de Veículos	43.345	77.898	87.593	91.853
Número de Habitantes por Total de Veículos	2,67	1,68	1,53	1,48
Frota de Automóveis	28.003	45.818	50.482	52.716
Número de Habitantes por Automóvel	4,14	2,86	2,66	2,58
Frota de Ônibus	200	325	429	446
Frota de Caminhões	1.676	2.460	2.776	2.889
Frota de Reboques	863	1.382	1.630	1.787
Frota de Motocicletas e Assemelhados	8.307	20.176	23.087	24.079
Frota de Microônibus e Camionetas	4.277	7.699	9.152	9.899
Frota de Veículos de Outro Tipo	19	38	37	37

Fonte: Fundação Seade

Para servir ao transporte coletivo urbano, o Município de Jahu mantém contrato com a Empresa Auto Ônibus Macacari, utilizando cerca de 70 ônibus para o atendimento a 29 linhas regulares.

Atende também o Distrito de Potuntuva e às linhas intermunicipais nos seguintes trajetos: Jahu/Mineiros do Tietê; Jahu/Dois Córregos (via Mineiros do Tietê e via Guarapuã); Jahu/Itapuí; Jahu/Boracéia; Dois Córregos/Mineiros do Tietê; Dois Córregos/Barra Bonita.

Para o atendimento ao transporte escolar, o Município mantém contratos com as Empresas Auto Ônibus Macacari e Auto Viação Jauense.

A Empresa Auto Ônibus Macacari efetua transporte de alunos da Zona Urbana (Ensino Fundamental, Médio e Infantil) e Zona Rural (Ensino Médio e Fundamental), residentes em várias localidades.

Tabela 15.

Etapa da Educação/Zona	Nº. de Atendimento
Ensino Fundamental Urbano	4.700 alunos da Rede Pública
Ensino Infantil Urbano	350 alunos da Rede Municipal
Ensino Médio Rural	44 alunos da Rede Pública
Ensino Médio Urbano	1.600 alunos da Rede Pública
Ensino Fundamental Rural	144 alunos da Rede Pública

Fonte: SME – Setor de Transportes

A Empresa Auto Viação Jauense efetua transporte de alunos da Zona Rural (ensino médio e fundamental), residentes nos bairros rurais Vila Ribeiro, Iguatemi, São Marcelo, Distrito de Potunduva, Olaria, Palmital e São Lourenço do Bosque.

Tabela 16.

Etapa da Educação-Zona Rural	Nº. de Atendimento
Ensino Fundamental	262 alunos da Rede Pública
Ensino Médio	708 alunos da Rede Pública

O Transporte Escolar na cidade de Jahu também é efetuado na modalidade de Frete. São 46 lotes distribuídos na zona rural de Jahu, com clientela do Ensino Fundamental e Médio, num total de 989 alunos e, 04 lotes destinados às Creches, distribuídos em bairros da cidade, atendendo o total de 135 alunos.

5. SAÚDE

Quanto aos Estabelecimentos de Saúde, a cidade conta com um hospital geral – Irmandade de Misericórdia de Jahu (Santa Casa), um hospital psiquiátrico – Hospital Tereza Perlatti e um especializado em oncologia – Hospital Amaral Carvalho, considerado um centro de excelência nacional no tratamento contra o câncer.

Jahu conta com os seguintes equipamentos de saúde:

Tabela 17.

Centro de Saúde/Unidade Básica	15
Policlínica	2
Hospital Geral	1
Hospital Especializado (Oncologia e Psiquiatria)	2
Consultório Isolado	327
Clínica/Centro de Especialidade	43
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (Sadt Isolado)	12
Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar na Área de Urgência	2
Secretaria de Saúde	1
Centro de Atenção Psicossocial	1
Pronto Atendimento	1
Central de Regulação Médica das Urgências	1
Total	408

Fonte: Ministério da Saúde - Cnes

Quanto aos leitos hospitalares, na atualidade, dispomos:

Tabela 18.

Descrição	Existente	SUS	Não SUS
CIRÚRGICO			
CIRURGIA GERAL	59	39	20
NEFROLOGIAUROLOGIA	17	15	2
ONCOLOGIA	100	82	18
TRANSPLANTE	19	16	3
TOTAL	195	152	43
CLÍNICO			
CLÍNICA GERAL	80	50	30
GERIATRIA	20	0	20
HEMATOLOGIA	12	10	2
NEFRO UROLOGIA	2	1	1
NEUROLOGIA	80	80	0
ONCOLOGIA	62	51	11
TOTAL	256	192	64

COMPLEMENTAR			
Descrição	Existente	SUS	Não SUS
UNIDADE ISOLAMENTO	1	1	0
UTI ADULTO - TIPO II	40	31	9
UTI PEDIÁTRICA - TIPO II	6	4	2
UTI NEONATAL - TIPO II	7	5	2
TOTAL	54	41	13
OBSTÉTRICO			
OBSTETRÍCIA CIRÚRGICA	20	10	10
OBSTETRÍCIA CLÍNICA	24	14	10
TOTAL	44	24	20
PEDIÁTRICO			
PEDIATRIA CLÍNICA	50	41	9
PEDIATRIA CIRÚRGICA	15	7	8
TOTAL	65	48	17
OUTRAS ESPECIALIDADES			
CRÔNICOS	8	8	0
PSIQUIATRIA	220	210	10
TOTAL	228	218	10
HOSPITAL DIA			
INTERCORRÊNCIA PÓS-TRANSPLANTE	12	11	1
SAÚDE MENTAL	60	60	0
TOTAL	72	71	1
SUMÁRIO			
TOTAL CLÍNICO/CIRÚRGICO	451	344	107
TOTAL GERAL MENOS COMPLEMENTAR	860	705	155

Fonte: Ministério da Saúde – Cnes

De acordo com o gráfico abaixo, verifica-se que os leitos de internação por mil habitantes têm diminuído ao longo dos últimos anos.

Figura 13.



Fonte: Ministério da Saúde – Cnes

Tabela 19.

Profissionais da Saúde	2000	2010	2011	2012	2013
Técnicos de Enfermagem Registrados no COREN/SP	210	652	718	785	827
Técnicos de Enfermagem Registrados no COREN/SP (Coeficiente por mil habitantes)	1,88	4,98	5,41	5,84	6,07
Auxiliares de Enfermagem Registrados no COREN/SP	308	428	407	343	305
Auxiliares de Enfermagem Registrados no COREN/SP (Coeficiente por mil habitantes)	2,75	3,27	3,07	2,55	2,24
Enfermeiros Registrados no COREN/SP	119	293	363	351	382
Enfermeiros Registrados no COREN/SP (Coeficiente por mil habitantes)	1,07	2,24	2,74	2,61	2,81
Dentistas Registrados no CRO/SP	165	225	236	240	249
Dentistas Registrados no CRO/SP (Coeficiente por dois mil habitantes)	2,95	3,44	3,56	3,57	3,66
Técnicos de Prótese Dental Registrados no CRO/SP		17	21	19	20
Técnicos de Prótese Dental Registrados no CRO/SP (Coeficiente por dois mil habitantes)		0,26	0,32	0,28	0,29
Médicos Registrados no CRM/SP	219	338	352	368	380
Médicos Registrados no CRM/SP (Coeficiente por mil habitantes)	1,96	2,58	2,65	2,74	2,79
Psicólogos Registrados no CRP – 6ª Região		140	138	149	160
Psicólogos Registrados no CRP – 6ª Região (Coeficiente por mil habitantes)		1,07	1,04	1,11	1,17
Fonoaudiólogos Registrados no CRFa/SP		37	36	36	36
Fonoaudiólogos Registrados no CRFa/SP (Coeficiente por mil habitantes)		0,28	0,27	0,27	0,26

Fonte: Fundação Seade

Quanto aos Programas desenvolvidos pela Secretaria de Saúde do Município de Jahu, temos:

1. Programa de Saúde da Criança: A partir do nascimento, é realizado nas unidades básicas de saúde o acompanhamento das crianças, buscando o desenvolvimento biopsicossocial e visando principalmente a prevenção de doenças, como segue:

- Atendimento antropométrico e desenvolvimento neuropsicomotor para as crianças abaixo de dois anos, que são avaliadas mensalmente pela equipe de enfermagem por três meses consecutivos e, no quarto mês, consulta médica de rotina.
- Realização de teste para fenilcetunúria e hipotireoidismo;
- Terapia de Reidratação Oral – TRO;
- Vacinação;
- Teste do olhinho;
- Prevenção do Retinoblastoma.

2. Programa de Saúde da Mulher: O programa de Saúde da Mulher visa assistir as necessidades globais de saúde da mulher decorrentes de sua condição biopsicossocial, além das relacionadas ao aparelho reprodutivo, através de atividades de saúde gerais e específicas que inclui a promoção, proteção e assistência à saúde.

- Métodos contraceptivos;
- Pré-natal: avaliação mensal com consulta de enfermagem e médica com realização de exames de rotina;
- Prevenção do Câncer de Colo de Útero, com a coleta de citologia oncótica;
- Prevenção do Câncer de Mama;
- Orientação sobre o auto-exame das mamas;
- Realização de cauterização de colo de útero, conforme indicação médica.

3. Programa de Saúde do Adulto:

- Controle sistêmico de pacientes diabéticos e hipertensos, com o acompanhamento mensal pela equipe de enfermagem e consulta médica realizada a cada três meses e fornecimento de medicamentos específicos;
- Campanha anual para detecção de pessoas que não são conhecedoras de diabetes.

4. Programa de Saúde Bucal:

- Realização de procedimentos coletivos na faixa etária de 0 a 14 anos com realização de atividades educacionais e preventivas;
- Fornecimento de escova e creme dental a cada três meses;
- Realização de bochecho com flúor semanalmente;
- Levantamento epidemiológico anual da prevalência da cárie dentária;
- Palestras e orientações aos alunos maiores de 14 anos quanto aos riscos causados pelo álcool e fumo em relação ao câncer de boca. Ações realizadas em 12 unidades básicas de saúde; 07 escolas e 02 sindicatos;
- Pronto Atendimento Odontológico – noturno durante a semana; finais de semana / feriados. (noturno em dias úteis e matutino e vespertino alternadamente segundo as unidades em finais de semana e feriados).

5. Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento: O P.H.P.N. objetiva a realização de um pré-natal adequado instituindo incentivos financeiros ao município e hospitais; através do qual o município contenha as gestantes que cumprem as consultas preconizadas através de fraldas para a criança durante seis (6) meses.

6. Programa de Controle de Tabagismo: O município de Jahu em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer e Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, tem desenvolvido atividades relativas ao controle do tabagismo, por meio da participação em treinamentos específicos e o desenvolvimento de ações educativas junto à comunidade, principalmente em escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

7. Programa de Saúde do Adolescente: Este programa tem por objetivo geral o atendimento global da adolescente no sentido de prevenir problemas nessa faixa etária e dar assistência aos adolescentes portadores de distúrbios físicos e / ou mentais.

8. Programa de Saúde Escolar: A saúde escolar é um conjunto de atividades desenvolvidas por uma equipe multiprofissional, inclusive o professor, que visa promover, proteger e recuperar a saúde do ser humano em idade escolar.

- Fornecimento de escova e creme dental a cada três meses para alunos de 5 a 14 anos, com o desenvolvimento de procedimentos coletivos em saúde bucal;
- Consulta médica do escolar para avaliar o estado de saúde da criança e encaminha - lá a unidade de saúde para tratamento e acompanhamento se necessário;
- Avaliação e tratamento ambulatorial na área de psicologia e fonoaudiologia;
- Desenvolvimento de campanhas educativas e preventivas.

9. Programa de Assistência Farmacêutica: O Município de Jahu segue os procedimentos de assistência farmacêutica padronizado pelo Ministério da Saúde (Programa Dose Certa) e que são complementados pelo município de acordo com a nossa realidade e necessidades, totalizando 144 itens.

Urgência e Emergência:

- Pronto Atendimento Municipal: Atendimento nas áreas de clínica médica e pediatria, com o seguinte funcionamento:
 - Policlínica Pedro Ometto e PAS Itamaraty (Zona urbana): Atendendo das 17:00 às 21:00 horas (durante a semana) e da 07:00 às 19:00 horas (finais de semana e feriados);
 - Distrito de Potunduva (Zona rural): Atende uma população de 19.000 habitantes, distante 15 km da cidade. O atendimento é realizado das 19:00 às 7:00 horas do dia seguinte, de segunda à sexta feira, por um clínico geral e nos finais de semana e feriados conta também com médico pediatra 24 horas.

- Serviço Móvel de Urgência e Emergência SAMU 192: O Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU) facilita a organização da assistência às urgências, articulando os serviços do município desde a rede pré-hospitalar (hoje realizada no Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia) com funcionamento 24 horas/dia, habilitada a prestar assistência correspondente ao primeiro nível de assistência da média complexidade.

Atenção Especializada: No atendimento de clínicas especializadas, existem os seguintes serviços próprios municipais:

- Núcleo de Atendimento Terapêutico: possui serviço de fonoaudiologia, psicologia e audiometria, cujo objetivo prioritário é a prevenção e tratamento de crianças de pré-escolas das EMEIS. Além deste trabalho, tem como objetivos: encaminhar ao Centrinho de Bauru (Instituto de Lesões Labiopalatais da USP/Bauru), crianças com suspeita de surdez, para tratamento e acompanhamento, inclusive com protetização; testes de audiometria e impedanciometria a pacientes com idade mínima de 5 anos também realiza atendimento à população em geral no que se refere a disfonia e afasia;

- Centro de Atendimento Oftalmológico: referência municipal para consultas em oftalmologia atende preferencialmente o escolar. Realiza teste do olhinho e atividades de prevenção do Retinoblastoma. Apesar da prioridade de caráter assistencial, são também desenvolvidas atividades educativas junto à comunidade, principalmente nas escolas. Os procedimentos cirúrgicos são realizados na Santa Casa de Jahu e na Secretaria de Saúde, localizada nas dependências do antigo Hospital São Judas Tadeu;

- Núcleo de Atenção a Mulher: realiza atendimento ultrassonográfico da população feminina, em especial durante a gestação;

- Centro de Testagem e Aconselhamento: serviço de aconselhamento de DST/AIDS, testagem anônima para HIV acompanhada de aconselhamento, com ênfase na população ativa, usuários de drogas injetáveis e nas pessoas que procurariam bancos de sangue para esta testagem;

- Programa de Atendimento Domiciliar: o atendimento domiciliar é realizado por equipe formada por médico, enfermeira e técnico de enfermagem, além de outros profissionais que são disponibilizados conforme cada caso requer. O objetivo é o atendimento de pacientes dependentes de locomoção. O programa visa melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e familiares, suprir dificuldade de locomoção dos pacientes, reduzir custos, treinar familiares e outros grupos de saúde para cuidados com o acamado, promover a assistência e prevenir que a condição de estar acamado, que predispõe a complicações, agrave sua saúde;

- CAPS ad II Centro de Atendimento Psicossocial: destinado ao atendimento de pacientes dependentes de uso de álcool e drogas em regime ambulatorial intensivo, semi-intensivo e não intensivo, no período das 07 às 17 horas. O atendimento é realizado por equipe multiprofissional composta por médicos psiquiatra e clínico geral, enfermeira, assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, entre outros. A unidade é referência municipal para atendimento de pacientes oriundos do Hospital Thereza Perlatti, ambulatório de saúde mental, unidades básicas de saúde e de procura espontânea;

- Ambulatório Anti-Tabagismo: Presta atendimento a população que deseja deixar de fumar, através de demanda espontânea, através de palestras educativas, atendimento psicológico individual e coletivo, exames, atendimento médico, atendimentos: de enfermagem, fisioterapia, Terapia Ocupacional e medicamentos que se fizerem necessários;
- Ambulatório de Planejamento Familiar: Presta atendimento quanto ao planejamento familiar através de palestras educativas, trabalhos em grupos, distribuição de anticoncepcionais, colocação de DIU (Dispositivo Intra-uterino) e encaminhamento para Laqueadura e Vasectomia. Estas ações são normatizadas com base na legislação do Ministério da Saúde;
- Ambulatório de Pequenas Cirurgias: Dois ambulatórios, objetivo: atendimento ambulatorial como pequenas cirurgias sem urgência; ex: retirada de cistos, verrugas, lipoma. Conseqüentemente diminui as consultas ambulatoriais do Pronto Socorro;
- Centro de Especialidades Odontológicas - CEO: O CEO e o Laboratório Regional de Prótese dentária têm como objetivo oferecer tratamento odontológico especializado tais como: endodontia, periodontia, cirurgia oral, prótese total removível, atendimento à pacientes com necessidades especiais.
- Fisioterapia: atendimentos fisioterápicos referenciados pelos Serviços de Saúde à população.

Serviços de Suporte:

- Central de Ambulância: Serviço que consiste no sistema de transporte de pacientes: Dentro do município para atendimento nos diversos serviços exemplos: altas hospitalares, pacientes crônicos para realização de hemodiálise e fisioterapia, etc. E também intermunicipal transportando os pacientes aos serviços de saúde referenciados através da PPI (Programação de Pactuação Integrada);
- Central de Esterilização: Unidade que recebe todos os materiais e equipamentos, como artigos críticos (contaminados) para fazer a limpeza, lavagem, desinfecção e esterilização dos materiais usados na Rede Básica.

Parcerias entre a Secretaria Municipal de Saúde e Outros Serviços:

- Santa Casa de Misericórdia de Jahu:

- Pronto Socorro: parceria com Pronto Socorro da Santa Casa através do qual a Prefeitura Municipal repassa recursos financeiros destinados a melhoria da qualidade do atendimento;
- Banco de Leite: centro especializado obrigatoriamente vinculado a um hospital materno e ou infantil responsável pela promoção do incentivo ao aleitamento materno e execução das atividades de coleta, processamento e controle de qualidade de colostro, leite de transição e leite humano maduro para posterior distribuição. Com prioridade a UTI Neo Natal e posteriormente a pacientes externos. Disponibilização de Recurso Humano (Técnico de

enfermagem);

- Ambulatório de Alto Risco Gestacional: centro especializado em ginecologia vinculado ao Hospital Santa Casa, para atendimento à gestantes de alto risco que são acompanhados por profissionais especializados, com exames e internações, a Secretaria de Saúde fornece 03 médicos, 01 enfermeira e Santa Casa com o espaço físico e exames necessários e toda estrutura hospitalar.

- **Hospital Amaral Carvalho:**

. Pró Mama: parceria com o Hospital Amaral Carvalho e Rede Básica de Saúde, através do qual é realizada a prevenção do Câncer de Mama;

. Prevenção de Câncer Ginecológico: parceria com o Hospital Amaral Carvalho e a Rede Básica em que é realizada a prevenção do câncer ginecológico;

. Coleta de Dados para Registro de Câncer: em parceria com a Secretaria de Saúde através dos prontuários, fichas de atendimento e faturamento do município o número de casos novos enviados ao Hospital Amaral Carvalho.

- **Hospital Tereza Perlatti:** Disponibilização de um dentista para atendimento aos pacientes. Equipamentos: Parceria realizada através de termo de sessão de uso de uma lavanderia ao hospital e o mesmo realiza lavagem das roupas usadas na rede básica.

- **NGA – Núcleo de Gestão Assistencial – 25:** Disponibiliza recursos humanos (5 médicos e 1 enfermeira) para atendimento dos usuários do serviço.

- **Associação dos Diabéticos:** Disponibilização de recursos humanos.

- **Ambulatório de Saúde Mental:** Disponibilização de recursos humanos.

- **APAE:** Na gerência da administração de recursos humanos do Programa de Saúde da Família.

- **Hemonúcleo:** Disponibilização de recursos humanos.

6. CONDIÇÕES DE VIDA

No que se refere às condições de vida, a cidade de Jahu em relação à área administrativa de Bauru está levemente inferior, mas com relação a dimensão escolaridade, está acima do índice do Estado de São Paulo.

Tabela 20.

Condições de Vida – Índice Paulista de Responsabilidade Social - Dimensões		2008	2010
Estado de São Paulo	Dimensão Riqueza	42	45
	Dimensão Longevidade	68	69
	Dimensão Escolaridade	40	48
Área Administrativa de Bauru	Dimensão Riqueza	36	39
	Dimensão Longevidade	66	69
	Dimensão Escolaridade	45	53
Município de Jahu	Dimensão Riqueza	35	38
	Dimensão Longevidade	67	68
	Dimensão Escolaridade	46	52

Nota: Indicador sintético de riqueza: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior.

Fonte: Fundação Seade

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Jahu é 0,778, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,886, seguida de Renda, com índice de 0,768, e de Educação, com índice de 0,693.

Tabela 21.

IDHM e Componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,355	0,592	0,693
% de 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo	30,87	44,27	57,15
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	43,52	86,87	96,81
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental	58,56	83,30	91,27
% de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo	29,88	65,10	69,23
% de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo	20,56	38,89	47,40
IDHM Longevidade	0,773	0,803	0,886
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,37	73,17	78,13
IDHM Renda	0,691	0,738	0,768
Renda per capita (em R\$)	589,31	788,82	951,17

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Entre 2000 e 2010- O IDHM passou de 0,705 em 2000 para 0,778 em 2010 - uma taxa de crescimento de 10,35%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 75,25% entre 2000 e 2010.

Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,101), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000 -O IDHM passou de 0,575 em 1991 para 0,705 em 2000 - uma taxa de crescimento de 22,61%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 69,41% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,237), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2010 -De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,575, em 1991, para 0,778, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 35,30% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 52,24% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,338), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Tabela 22.

Data	Jahu	Município de maior IDHM no Brasil	Município de menor IDHM no Brasil	IDHM Brasil	IDHM São Paulo
1991	0.575	0.697	0.12	0.493	0.578
2000	0.705	0.82	0.208	0.612	0.702
2010	0.778	0.862	0.418	0.727	0.783

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Jahu ocupa a 145ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 131.040 residentes, dos quais 987 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 0,8% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 54 (5,4%) viviam no meio rural e 933 (94,6%) no meio urbano.

O Censo também revelou que no município havia 80 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 64 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 242 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 15 jovens nessa situação. Foram registradas 147 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 40,8% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

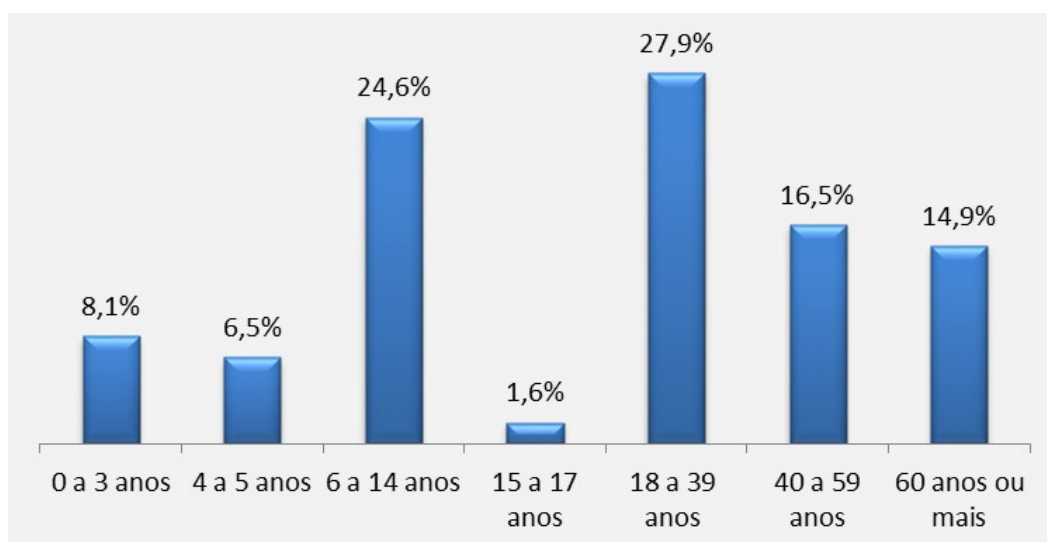
Observe a tabela e a figura abaixo:

Tabela 23. População em Situação de Extrema Pobreza por Faixa Etária Idade

Idade	Quantidade
0 a 3	80
4 a 5	64
6 a 14	242
15 a 17	15
18 a 39	275
40 a 59	163
65 ou mais	147
Total	987

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Figura 14. Distribuição Percentual da População Extremamente Pobre por faixa etária



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Do total de extremamente pobres no município, 518 são mulheres (52,5%) e 469 são homens (47,5%).

Do total da população em extrema pobreza do município, 466 (47,2%) se classificaram como brancos e 513 (52,0%) como negros. Dentre estes últimos, 285 (28,9%) se declararam pretos e 228 (23,1%) pardos. Outras 08 pessoas (0,8%) se declararam amarelos ou indígenas.

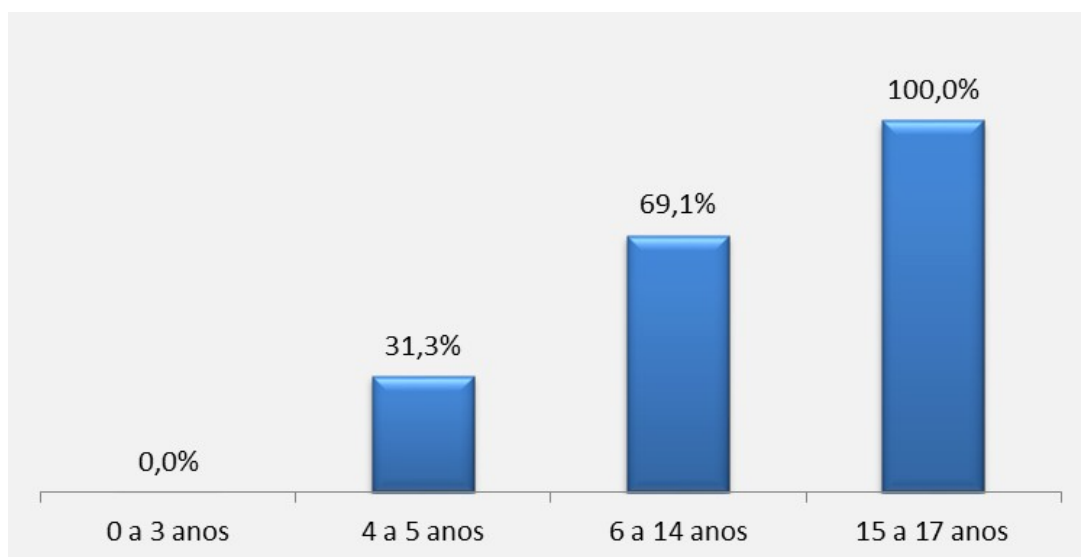
De acordo com o censo 2010, havia - indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 248 tinham alguma dificuldade para enxergar; 77 para ouvir e 84 para se locomover.

Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 142 não sabiam

ler ou escrever, o que representa 24,3% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 83 eram chefes de domicílio.

O Censo de 2010 revelou que no município havia 55 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 68,7% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 20 crianças fora da escola (30,9% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, era 00 (0,0%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 09 estavam fora da escola (55,4% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

Figura 15. Proporção da População em Extrema Pobreza frequentando Escola ou Creche por faixa etária



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Pessoas extremamente pobres (-% do total) viviam sem luz, - (-%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 9 (0,9%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e - (-%) não tinham o lixo coletado.

27 pessoas extremamente pobres (2,8% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. - (-%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por

pessoa.

Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superam o patamar da extrema pobreza.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único, que provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de agosto de 2014 do Programa Bolsa Família, o município tem:

- 6.766 famílias registradas no Cadastro Único;
- 2.184 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (5,76 % da população do município).

De junho de 2011 a junho de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 391 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria.

O município apresenta uma cobertura cadastral inferior às estimativas oficiais, de modo que, para alcançar todas as famílias que fazem parte do público-alvo, é necessário realizar ações de Busca Ativa para incluir 151 famílias. Esse esforço deve ser acompanhado de ações para melhorar a qualidade das informações registradas no Cadastro.

Em agosto de 2014, o município tinha 2.184 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 83,23 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 83,23 %).

Foram transferidos R\$ 305.480,00 às famílias beneficiárias do Programa em agosto de 2014.

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a agosto de 2014, houve diminuição de 8,73 % no total de famílias beneficiárias.

Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Programa Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

No município, 96,38 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Programa Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de

92,03 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de educação continuem trabalhando juntas para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

Na área da Saúde, o acompanhamento chega a 64,27 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,44 %. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de saúde se articulem para aumentar o número de famílias com acompanhamento pela rede de saúde.

O Programa “Mais Educação” é a estratégia indutora da oferta de educação em tempo integral no país. É um Programa que estimula a ampliação da jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias. Para oferecer educação em tempo integral, acrescentam-se às atividades curriculares já existentes outras como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e artes. O governo federal repassa recursos para ressarcir a escola pelo pagamento de alimentação e transporte dos monitores, compra de materiais permanentes e de consumo, contratação de serviços e aquisição de kits pedagógicos.

A oferta de educação integral é uma das estratégias para superação da extrema pobreza. Por isso as escolas aonde mais de 50% dos alunos vêm de famílias beneficiárias do Bolsa Família são prioridade para integrar o Mais Educação.

De janeiro de 2012 a julho de 2014, foram efetuadas 477 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

Para 2014, foi pactuada a oferta de 291 vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

Tabela 24. Transferência de Renda - População: 141.703 habitantes

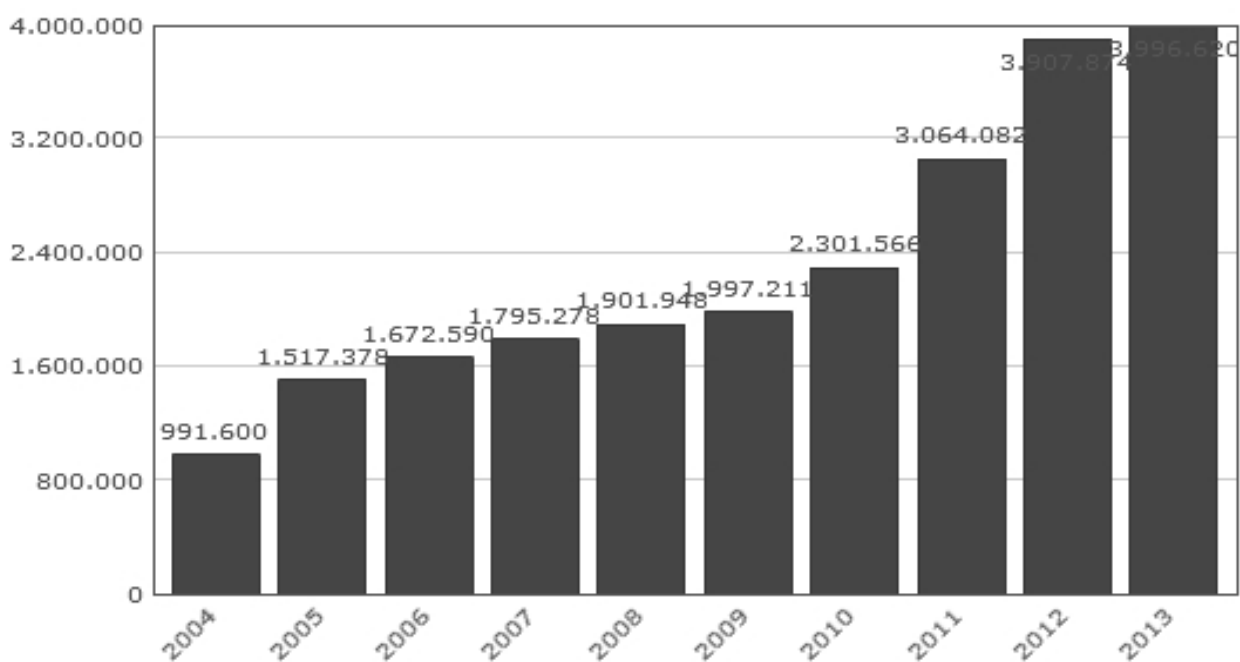
Programa	Cobertura	Repasse total em 2013 (R\$)
Bolsa Família	2.184 famílias (agosto de 2014)	R\$ 3.996.620,00
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1.558 pessoas (junho de 2014)	R\$ 12.640.333,43

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Boletim

Em 2013, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Programa Bolsa Família (R\$ 16.636.953,43) representa 52,73 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 31.548.678,29).

De 2004 a 2013, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 303,05 %.

Figura 16. Valores Anuais Nominais repassados pelo Programa Bolsa Família (R\$)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Boletim

Tabela 25. Transferências Fundo a Fundo

	Recursos disponíveis em conta (R\$)
Índice de Gestão Descentralizada DO PBF	198.919,80 (junho de 2014)
Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	53.088,48 (junho de 2014)
Proteção Social Básica	610.165,50 (julho de 2014)
Proteção Social Especial	804.323,81 (julho de 2014)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Boletim

7. ASPECTOS CULTURAIS, TURÍSTICOS E DE LAZER

A Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Jahu tem como premissa atender a todas as manifestações culturais e esportivas da comunidade, provendo para isso todos os esforços possíveis para que cada linguagem cultural e cada modalidade esportiva sejam atendidas.

Na área turística cabe a essa secretaria incrementar os pontos de interesses turísticos existentes e criar novos produtos com potencial de recepção ao visitante.

Todas as ações desta secretaria objetivam investimentos em novos talentos locais, oportunidades a artistas e atletas da cidade, incremento da economia local através de ações turísticas, eventos e competições e incentivo ao aprimoramento profissional de todos os agentes envolvidos nestas ações.

Existem hoje quatro Conselhos Municipais ligados a esta secretaria. Alguns foram renovados, como o CONPPAC, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Jahu.

Outros foram reativados, como o COMTUR, Conselho Municipal do Turismo, responsável por reunir os segmentos interessados no desenvolvimento do turismo na cidade.

E por fim dois novos conselhos foram criados: o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal do Esporte. Esses Conselhos têm como tarefa, auxiliar e orientar a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo em suas ações.

Quanto à área de Esportes, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo investiu em seus professores para aumentar a oferta de vagas às crianças e jovens da cidade. Parcerias com entidades e empresas também foram firmadas a fim de alavancar as atividades esportivas. São parceiros da prefeitura o SESI Jahu com o Projeto SESI Atleta do Futuro, o Banco do Brasil através do Projeto VivaVôlei e a Caixa Econômica Federal no projeto Cidadão Olímpico, que conta com a coordenação do medalhista olímpico Cláudio Roberto de Souza, o Claudinho.

Modalidades Esportivas Oferecidas: Atletismo, Basquete, Capoeira, Damas, Futebol, Futsal, Ginástica, Hidroginástica, Handebol, Judô, Karatê, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol e Xadrez.

Além dos já tradicionais campeonatos de futebol de campo e Futsal foram criados em 2013 campeonatos e competições específicas de algumas modalidades, como o Circuito Jauense de Corridas, para os adeptos do pedestrianismo, o Novo Basquete Jahu (NBJ), campeonato de basquete masculino, os Jogos da Primavera, em parceria com a Secretaria de Educação de Jahu, voltado aos alunos da rede municipal de ensino e escolas

particulares.

Aos praticantes do ciclismo foi criado o Domingo da Bike, realizado todos os domingos na faixa centro-bairro da avenida doutor quinzinho, quando o trânsito fica totalmente fechado para veículos motorizados.

Quanto à Cultura e ao Turismo, a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo por meio de suas ações e projetos tem por objetivos:

- I - Criar novos parâmetros para a política cultural da cidade;
- II – Formar, estimular e organizar a infraestrutura local;
- III – Trabalhar no fortalecimento da identidade cultural local em parceria com os artistas de Jahu;
- IV – Coordenar organismos públicos de cultura no município;
- V – Oferecer capacitações nas diversas linguagens culturais da cidade;
- VI – Planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo, bem como elaborar o calendário turístico do município;
- VII – Formular diretrizes para o desenvolvimento de ações que fomentem o turismo no município;
- VIII – Apoiar outras instituições, públicas e privadas para a criação de atrações turísticas;
- IX – Organizar inventário sobre o potencial turístico do município;

A cidade de Jahu possui os seguintes organismos públicos de cultura:

Museu Municipal de Jahu: O Museu Municipal de Jahu, lei municipal 2.258/84, substituiu a antiga denominação de Museu Pedagógico Jorge Tibiriçá inaugurado em 29 de agosto de 1975, na antiga Chácara Dr. Lopes, residência jauense de Francisco Cláudio de Almeida Prado e sua esposa Lúcia Penteado de Almeida Prado.

De início, como o próprio nome sugere, era um museu organizado de forma didática com salas temáticas sobre a história local. A residência não sofreu nenhuma reforma de adaptação para a implantação do museu, manteve a disposição de quartos e banheiros inalterados, o que segmentava a visita em pequenos cômodos.

Em 1984, parte do museu é adaptada para receber seu acervo. A residência original tem a forma de “X”. A ala dos quartos foi aberta de maneira formar um salão. Nesta reforma o museu muda a organização dos objetos, colocando-os de forma aleatória e inovando ao misturar obras de arte contemporânea com o antigo acervo. Também são criados dois anexos, uma casa de dois cômodos construída na técnica de taipa de mão, cujo acervo é formado de objetos de uso popular e artesanato, e uma estufa de plantas para abrigar uma coleção particular de orquídeas doada a Prefeitura Municipal de Jahu.

Em 2001, o museu passa por outra reorganização em seu acervo, volta a exhibir as telas a óleo de autoridades locais e nacionais pintados por artista renomados. Organiza o acervo relacionado a produção musical local e é criada uma sala especial para o

Comandante João Ribeiro de Barros, o primeiro aviador das Américas a cruzar o Atlântico Sul sem ajuda marítima. O Museu, atualmente, está sendo reestruturado de forma didática, dividido entre áreas de exposição permanente e temporária. A antiga ala dos quartos foi organizada com acontecimentos históricos em ordem cronológica, começando pelos povos nativos, fauna, pioneiros, africanos, ferrovia, imigração, industrialização, revolução de 1932, centenário da cidade e autoridades locais. A sala do comandante e a casa de taipa continuam na disposição original.

Teatro Municipal Elza Muneratto: O Teatro Municipal Elza Muneratto foi fundado em 18 de agosto de 1975. Doze anos depois, o teatro passa a se chamar Teatro Elza Muneratto em homenagem à atriz jauense que faleceu em 1986.

O Teatro Elza Muneratto tem cerca de 600 lugares e é utilizado tanto para a realização de espetáculos artísticos como também para palestras, simpósios, formaturas, entre outros.

Cinema Municipal de Jahu: O Cine Municipal Clodomiro Celulari foi inaugurado em 1975 e é um dos principais pontos culturais da cidade. Atualmente, a Secretaria de Cultura e Turismo exhibe filmes gratuitos em duas sessões, sendo que é possível agendar com escolas da rede pública e particular e entidades sociais em sessões extras. O *Projeto Aprendendo no Cinema*, em parceria com a Secretaria de Educação, leva milhares de crianças ao nosso cinema.

Biblioteca Municipal Rubens do Amaral: situa-se no prédio do Museu Municipal e consta com um acervo de 25.251 volumes, distribuídos em vários assuntos, uma gibiteca com 2.500 gibis e hemeroteca com 4.000 recortes de jornais, utilizados para pesquisa. A biblioteca também possui uma sessão de livros e gravados em fita para deficientes visuais.

Casa de Cultura Dr. Henrique Pacheco de Almeida Prado: Inaugurado no dia 21 de outubro de 2000, a Casa de Cultura é uma homenagem ao historiador jauense Henrique Pacheco de Almeida Prado. A galeria de arte da Casa de Cultura é aberta conforme agendamento de exposições, vernissages, entre outros eventos. Centro Cultural Antonio Ferreira dos Santos Junior: O Centro Cultural Antonio Ferreira dos Santos Junior é uma homenagem ao escritor jauense, carinhosamente chamado de Toninho da Farmácia.

Encontra-se instalado neste local o Projeto Guri, parceria com a Associação Amigos do Guri responsável por oferecer iniciação musical às crianças e jovens do município. Atualmente mais de 400 vagas são disponíveis.

Atualmente, no Centro Cultural são realizadas as oficinas do Programa Nossa Cultura, tais como artesanato, trabalhos manuais e artes plásticas.

Estação Cultura: Localizada na Praça Totó Sampaio, a antiga estação ferroviária da Fepasa foi responsável por grande progresso para o município e para a região, especialmente após a mudança de traçado para bitola larga em 1941, transformando Jahu em importante entroncamento ferroviário. Durante muitos anos, as ferrovias transportaram até o porto de Santos a produção local de café destinada à exportação, importante base econômica do município no século XX. O importante patrimônio estaria entregue ao abandono e descaso, caso não existissem os ideais de várias pessoas, que desejavam sua merecida conservação e transformação num espaço cultural. Além disso, a Estação Cultura também está aberta à realização de eventos culturais organizados em parceria com a população, como o EstaSom Rock.

Hoje ocorrem diversas atividades culturais na estação como os cursos de tear manual, tear de pedal e artesanato em couro.

Ao lado da estação rodoviária do município, projeto de 1976 do renomado arquiteto Vilanova Artigas, e das inúmeras residências construídas na região central durante o período cafeeiro, a Estação Cultura é mais um dos imóveis que integram o patrimônio arquitetônico da cidade, símbolo do resgate e preservação de nossa história.

A Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo possui diversos projetos turístico-culturais como:

- Aprendendo no Cinema;
- Boa Vizinhança;
- Educar no Patrimônio;
- Arte Cemiterial;
- Subida da Matriz;
- Uma Noite no Museu.

8. ASPECTOS FINANCEIROS

Tabela 26. Aplicação Financeira no Ensino – Exercício de 2014 – até Dezembro

Receitas de Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 185.464.340,00
Aplicação Mínima Obrigatória em Educação – 25%	R\$46.366.085,00
Aplicação na Educação com Recursos Próprios – 29,11%	R\$54.005.130,11
- Na Educação Infantil	R\$11.901.779,56
- No Ensino Fundamental	R\$17.096.242,50
- Retenções ao FUNDEB	R\$25.007.108,05
Recursos Recebidos do FUNDEB	R\$44.890.032,00
Aplicação Mínima – 60% Profissionais do Magistério (exigível)	R\$26.934.019,00
Aplicação Mínima – 95% dos Recursos Recebidos no Exercício (exigível)	R\$42.645.530,00
Despesa com Educação Básica – Total Geral Aplicado (mínimo 95%)	97,91% → R\$ 43.955.116,00
Despesas com Magistério (Min. 60%)	71,92 % → R\$ 32.287.219,00
Demais Despesas (Máx. 40%)	25,99 % → R\$ 11.667.897,00

Fonte: Secretaria de Economia e Finanças do Município de Jahu

Tabela 27. Receita Orçamentária (consolidado) – Janeiro a Dezembro/2014

RECEITA - Especificação	Arrecadação
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>345.250.032,56</u>
- Receita Tributária	64.682.574,63
- Receita de Contribuições	5.005.830,68
- Receita Patrimonial	3.803.038,03
- Receita de Serviços	37.523.015,25
- Transferências Correntes	219.408.247,62
- Outras Receitas Correntes	14.827.326,35
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>37.931.169,20</u>
- Operações de Crédito	1.575.679,02
- Transferências de Capital	16.355.490,18
- Outras Receitas de Capital	20.000.000,00
<u>SUBTOTAL RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	<u>383.181.201,76</u>
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>-25.017.648,53</u>
- Receita Tributária	-6.236,32
- Receita de Contribuições	-64,18
- Receita Patrimonial	-0,01
- Receita de Serviços	-7,24
- Transferências Correntes	-25.007.108,05
- Outras Receitas Correntes	-4.232,73
<u>SUBTOTAL RECEITAS DEDUTORAS</u>	<u>-25.017.648,53</u>
<u>TOTAL GERAL</u>	<u>358.163.533,23</u>
DESPESA - Especificação	Despesa Executada
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>273.342.352,29</u>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.795.924,40
- Aplicações Diretas	120.795.924,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	152.546.427,89
- Transferências a União	19.805,76
- Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos	40.061.208,15
- Aplicações Diretas	112.465.413,98

<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>46.600.984,22</u>
INVESTIMENTOS	42.177.805,32
- Transf. a Inst. Privadas sem fins lucrativos	415.376,74
- Transf. Consórcios Publ.mediante contrato de rateio	17.904,00
- Aplicações Diretas	41.744.524,58
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO A DIVIDA	4.423.178,90
- Aplicações Diretas	4.423.178,90
<u>TOTAL GERAL</u>	<u>319.943.336,51</u>

Fonte: Secretaria de Economia e Finanças do Município de Jahu

9. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Uma das preocupações do Governo de Jahu está relacionada ao mecanismo de proteção e prevenção de riscos em relação ao abandono escolar, a limitação da aprendizagem e do rendimento escolar por causa da fome e da desnutrição. O Município vem assegurando aos seus educandos o fornecimento de uma alimentação rica, sadia, nutritiva e de qualidade, com cardápios elaborados por nutricionistas, garantindo o atendimento às necessidades nutricionais e a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Uma merenda escolar de qualidade beneficia não apenas a criança, mas também toda a família, estimulando a mudança do comportamento alimentar. A alimentação saudável oferecida na escola, não só contribui para um melhor desempenho escolar, mas também para a formação de bons hábitos alimentares. Essa garantia contempla os direitos das crianças e dos adolescentes, melhorando a qualidade de vida e aumentando o sentido de cidadania.

Em 2014, o Departamento de Merenda Escolar da Secretaria de Educação do Município, consciente de seu papel na contribuição da formação cognitiva e social dos alunos da rede pública, serviu um total de 36.683 refeições/dia, distribuídas da seguinte forma:

- Creches Municipais	4.635
refeições/dia	
- Creches Conveniadas	2.228
- Cmeis – Período Integral	3.480
- Cmeis - Período Regular	1.892
- Programa Mais Educação	5.394
- Emef – Período Regular	8.138
- Escolas Estaduais – Período Regular	9.290
- Escolas Estaduais – Período Integral	1.626

Para a subvenção do custeio do programa de Merenda Escolar, o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE transfere

regularmente recursos financeiros para os Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao atendimento das Escolas Públicas.

As proporções de crianças e jovens, frequentando ou tendo completado determinados ciclos, indicam a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõem o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 96,81%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental foi de 91,27%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo foi de 69,23%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo de 47,4%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 53,29 pontos percentuais, 32,71 pontos percentuais, 39,35 pontos percentuais e 26,84 pontos percentuais.

Tabela 28. Fluxo Escolar por Faixa Etária - Jahu - SP

Data	1991	2000	2010
% de 5 a 6 anos na escola	43,52	86,87	96,81
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	58,56	83,3	91,27
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	29,88	65,1	69,23
% de 18 a 20 anos com médio completo	20,56	38,89	47,4

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Tabela 29. Fluxo Escolar por Faixa Etária - Jahu - SP – 2010

Data	Jahu	São Paulo	Brasil
% de 5 a 6 anos na escola	96,81	94,49	91,12
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental Regular Sериado ou com fundamental completo	91,27	89,04	84,86
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	69,23	71,21	57,24
% de 18 a 20 anos com médio completo	47,4	52,33	41,01

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Em 2010, 91,59% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 89,03% e, em 1991, 82,10%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,72% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 13,36% e, em 1991, 8,71% . (*Fonte: PNUD, IPEA e FJP*)

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de

anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,22 anos para 10,30 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,23 anos para 10,33 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 10,05 anos, no município, e de 9,68 anos, na UF. (Fonte: PNUD, IPEA e FJP)

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o Ensino Fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 44,27% para 57,15%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 30,87%, no município, e 30,09%, na UF.

(Fonte: PNUD, IPEA e FJP)

Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 5,64% eram analfabetos, 53,00% tinham o Ensino Fundamental completo, 36,60% possuíam o Ensino Médio completo e 13,03%, o Superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. (Fonte: PNUD, IPEA e FJP)

NÍVEIS DE ENSINO

I- EDUCAÇÃO BÁSICA

A- ETAPAS

1. Educação Infantil:

1.1. Histórico da Educação Infantil no Brasil:

Nas últimas décadas, vem sendo observada no Brasil a expansão da Educação Infantil. Em termos da legislação brasileira, a Constituição Federal de 1988 reconhece o dever do Estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas e vincula esse atendimento à área educacional. Nota-se, na referida Constituição, a inclusão da creche no capítulo da Educação, sendo ressaltado seu caráter educativo, em detrimento do caráter assistencialista até então característico dessa instituição.

O artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e indicando como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco

anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Tais instituições de Educação Infantil são organizadas de forma a oferecer:

- carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas.

Ainda no que se refere à legislação, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB n. 1, de 07/04/1999), de caráter mandatório, a serem observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada estabelecimento, revogadas pela Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro (BRASIL, 2009a), que instituiu novas diretrizes para esta etapa da Educação Básica. Tais Diretrizes articulam-se ainda com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, reunindo princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica, tendo como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos.

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

Há que se ressaltar ainda o Referencial Curricular Nacional para a

Educação Infantil (RCNEI), elaborado e difundido pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), em 1998, em consonância com a LDBEN, que acompanha o processo de regulamentação da Educação Infantil, contribuindo para a elaboração dos projetos educacionais propostos por estas instituições de ensino, concebidos a partir do currículo da Educação Infantil.

O currículo da Educação Infantil deve ser entendido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil estrutura ainda a grade curricular da Educação Infantil, estabelecendo a Formação Pessoal e o Conhecimento de Mundo como âmbitos norteados por diferentes eixos temáticos.

1.2. Histórico da Educação Infantil no Município de Jahu:

Em consonância com os princípios legais explicitados no histórico da Educação Infantil no Brasil, observados os dados referentes a esta modalidade de ensino, o Município de Jahu, por meio da Secretaria Municipal de Educação, tem como finalidade precípua o compromisso de garantir uma educação de qualidade, norteada por metas e estratégias alicerçadas a partir do diagnóstico da Educação Infantil de nosso município.

1.3. Dados Estatísticos da Educação Infantil do Município de Jahu:

Dados do Censo Demográfico de 2010, 1.752 crianças de 0 a 3 anos frequentavam as creches do Município de Jahu, ou seja, 26,3%; já na idade de 4 e 5 anos, contava-se com 3.176 matrículas, ou seja, 89,4% dessa clientela.

Atualmente contamos com 24 Centros Municipais de Educação Infantil, oferecendo o Ensino de Pré-Escola:

Tabela 30.

CMEIS	Bairro
Abel de Carvalho	Jd. Vilagio de Roma
Adélio Brovéglío	Jd. Carolina
Antonio de Souza Amaral	Centro
Bairro da Olaria	Olaria
Barra Mansa	Bairro Barra Mansa
Benedicto Alves Ferreira	Jd. Nova Jahu
Dilce de Silos Mayriques	Centro
Gemma Cardillo Ferrari	Vila Netinho
Hilarinho Sanzovo	Jd. São Caetano
Jayme de Oliveira Sousa	Jd. São José
Jd. Orlando Ometto	Jd. Orlando Ometto
Jd. Pedro Ometto	Jd. Pedro Ometto
José Jeter Rafanelli	Vila Brasil
Maria de Lourdes Camargo Mello	Jd. Jorge Atalla
Maria Elena de Lima Poloni	Distrito de Potunduva
Martha Viana de Oliveira	Jd. Ferreira Dias
Merce Terezinha Santos	Jd. Conde do Pinhal II
Narcisa Chesine Ometto	Jd. Pedro Ometto
Neli Nassif	Jd. Vila Nova
Paulo Brisolla Tavares	Jd. Olímpia
Pouso Alegre de Baixo	Bairro Pouso Alegre
Romilda Leonor de Conti	Vila Maria
Vila Ribeiro	Vila Ribeiro
Zita Sajovic Sabbagh	Jd. Brasília

Para a clientela de idade de 0 a 3 anos, a cidade dispõe de 13 Creches Municipais e 06 Filantrópicas, conveniadas com o Município.

Tabela 31.

Creches Municipais	Bairro
Adnora Grisanti Mott	Jd. Pedro Ometto
Azia Mendes Eleutério	Jd. Maria Luiza IV
Augusto Ferracini	Jd. João Balan II
CAIC XV de Agosto	Jd. Brasília
Fabiana D'Agostini Troiano	Jd. Olímpia
Iolanda Cândida Mazzei	Jd. Pe. Augusto Sani
Jandira de Araújo Neves	Jd. Carolina
Luzia Aparecida Barletta	Centro
Maria de Lourdes dos R.F.Dias	Vila XV
Sandra Valéria Saggiaro Campesi	Jd. Maria Luiza IV
Yara Ribeiro de Amorim Brandão	Jd. São José
Maria Cândida Ometto Franceschi	Distrito de Potunduva
Procópio de Lima	Vila Ribeiro
Creches Conveniadas	
Pouso Alegre	Bairro Pouso Alegre
Casa da Criança	Vila Hilst
Jardim das Acácias	Vila Maria
Lar Escola Hilarinho Sanzovo	Jd. Sanzovo
Nossa Senhora Medianeira	Vila Sampaio
Fundação Raízen	Distrito de Potunduva

Fonte: SME Jahu

Quanto à rede privada de educação infantil temos as seguintes escolas:

Tabela 31. A. (Fonte: Prodesp)

Escola	Creche	Pré-escola
Colégio Saint Exupery	X	X
Colégio São Lucas	--	X
Escola de Educ.Inf. Pousada das Corujinhas	X	X
Escola de Educ.Infantil Abelha Rainha	X	X
Escola de Educ.Infantil Arco Iris	--	X
Escola de Educ.Infantil Balão Mágico	X	X
Escola de Educ.Infantil Girassol	X	X
Escola de Educ.Infantil N ^a S ^a do Rosário	X	--
Escola de Educ.Infantil Pedacinho do Céu	X	X
Escola de Educ.Infantil Pinguinho de Gente	X	X
Fundação Educacional Dr. Raul Bauab	X	X
Núcleo de Interação Educativa	--	X

Observando-se os dados sobre a população de Jahu na idade de 0 a 3 anos, dos anos de 2010 a 2013, constata-se um crescimento de 3,4%, enquanto na idade compreendida entre 4 e 6 anos, a taxa positiva do mesmo período, porém, inferior, ficou em

torno de 0,8%.

Tabela. 32.

População em idade escolar	2010	2011	2012	2013
População em Idade Escolar de 0 a 3 Anos	6.543	6.618	6.692	6.762
População em Idade Escolar de 4 a 6 Anos	4.948	4.961	4.976	4.988
Total da População em idade escolar de 0 a 6 anos	11.491	11.579	11.668	11.750

Fonte: Fundação Seade

Em decorrência de lei federal nº. 11.274, de fevereiro de 2006, do Ensino Fundamental de 9 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade, as crianças de 6 anos da rede municipal foram gradativamente para o Ensino Fundamental, a partir do início de 2008, sendo transferidas da pré-escola para o Ensino Fundamental do município.

Tabela 33.

ANOS	Matrícula na Educação Infantil						
	Rede Municipal			Rede Particular			Total Geral
	Creche	Pré-Escola	Total	Creche	Pré-Escola	Total	
2010	758	2.511	3.269	758	718	1.351	4.620
2011	1059	2.309	3.368	1.059	907	1.546	4.914
2012	1269	2.647	3.916	1.269	934	1.545	5.461
2013	1364	2.534	3.898	1.364	963	1.524	5.422

Fonte: Fundação Seade

De acordo com os dados dos quadros “População em idade escolar” e “Matrícula na Educação Infantil”, em 2010, a cidade tinha 11.491 crianças de 0 a 6 anos em idade escolar, das quais 4.620 estavam matriculadas na educação infantil, correspondendo a 40,2%. Com relação ao ano de 2013, das 11.750 crianças em idade escolar, 5.422 estavam matriculadas, correspondendo a 46,14% do total de crianças dessa faixa etária.

O percentual da população de 04 e 05 anos que frequenta a escola, de acordo com o IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 e Censo Populacional – 2010, é o seguinte:

Tabela 34. Meta Brasil: 100%:

Região	Percentual atingido
Brasil	81,4%
Região Sudeste	85,0%
Estado de São Paulo	87,6%
Microrregião Bauru	89,3%
Jahu	89,4%

Com relação ao percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola, de acordo com o IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013 e Censo Populacional – 2010, tem-se:

Tabela 35. Meta Brasil: 50%:

Região	Percentual atingido
Brasil	23,2%
Região Sudeste	28,3%
Estado de São Paulo	32,1%
Microrregião Bauru	29,2%
Jahu	26,3%

Faz-se necessário reconhecer que há um grande comprometimento da administração municipal na busca de soluções para melhorar a qualidade do ensino na sua rede e também no apoio a outras iniciativas educacionais que venham beneficiar a formação profissional da população em geral. Para tanto é de suma importância a presença do FNDE e do FDE em nossos projetos educacionais, contribuindo na obtenção de resultados positivos, permitindo o planejamento preciso das ações que visam à melhoria da qualidade do ensino.

O governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), por considerar que a construção de creches e pré-escolas, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, é indispensável à melhoria da qualidade da educação.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Com esse convênio, o Município de Jahu entregará à população, no ano de 2015, 04 Unidades Escolares, a saber:

1. Centro Integral de Desenvolvimento Educacional: atenderá clientela da Educação Infantil (16 salas de aula, capacidade de 320 vagas) e do Ensino Fundamental – Ciclo I (10 salas de aula, capacidade de 700 vagas). Esse centro também contempla as seguintes infraestruturas: 01 piscina semi-olímpica, anfiteatro com capacidade para 242 lugares e uma quadra poliesportiva;
2. Creche Proinfância no Jardim Orlando Ometto com capacidade para atender 60 crianças em período integral;
3. Creche Proinfância no Bairro Residencial Bernardi com capacidade para atender 60 crianças em período integral;

4. Creche Proinfância na Chácara Nunes com capacidade para atender 60 crianças em período integral.

A realização do direito à educação infantil (creches e pré-escolas), tal como garantido na Constituição Federal desde 1988, é um desafio educacional permanente em todo o Território Nacional. Nossa cidade dispõe de mais 05 projetos de construção de Creche/Escola que estão sendo analisados pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), financiados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O programa Creche Escola do FDE tem como objetivo auxiliar os municípios no aumento do número de vagas na Educação Infantil, além de construir, reformar, adequar escolas e disponibilizar verba para mobiliário e equipamentos necessários a essas unidades escolares.

Somado ao financiamento para a construção de novas creches que o MEC já proporcionava por meio do programa ProInfância, o Programa Brasil Carinhoso dá estímulos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal. O objetivo é incentivar o aumento da quantidade de vagas para as crianças de 0 a 48 meses (especialmente as beneficiárias do Programa Bolsa Família) nas creches públicas ou conveniadas com o poder público, fazendo parte do Plano Brasil sem Misérias.

O Município de Jahu é contemplado com as seguintes ações do Programa Brasil Carinhoso:

- Creches com crianças do Programa Bolsa Família: auxílio à educação infantil para o atendimento de crianças de zero a 48 meses, informadas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa, em creches públicas ou conveniadas com o poder público;
- Novas turmas de educação infantil: apoio financeiro à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público;
- Novas escolas de educação infantil ainda sem FUNDEB: apoio à manutenção de novas escolas públicas de educação infantil que ainda não tenham sido contempladas com os recursos do FUNDEB.

1.4. Projetos Executados Pela Secretaria de Educação do Município de Jahu:

Bebeteca: Projeto desenvolvido com crianças entre 0 (zero) a 3 (anos) em creches cuja finalidade é proporcionar espaço de leitura de contos que estimulem vínculos de afeto através do observar, do escutar e do compartilhar emoções. Desse modo, o bebê ao interagir com um adulto mediador, pode sentir o “prazer de brincar e conviver com a linguagem escrita através de jogos de linguagem”, despertar o gosto pelos livros, além de ajudar na formação da escrita e estimular o desenvolvimento social, emocional e cognitivo.

Valores e Atitudes: É um projeto realizado com crianças que estudam em período integral do Maternal II, Jardim I e Jardim II que busca proporcionar prática e vivência de ações solidárias e cooperativas que promovam o bem, além de agregar princípios da sensibilidade, compreensão, tolerância e altruísmo na construção da identidade da criança. Assim, está presente o espírito de amizade e solidariedade no ambiente escolar com o intuito de respeitar as diferenças, reconhecer a importância do cumprimento das regras sociais estabelecidas pelas próprias crianças, valorizar o elogio, a partilha e a tolerância em situações cotidianas.

Projeto Dengue: Trata-se de um projeto trabalhado com todos os alunos da rede municipal a fim de conscientizar a comunidade escolar em práticas afirmativas e conhecimento no combate à Dengue, utilizando ferramentas lúdicas, leitura e aprendizagem compartilhada e ao mesmo tempo proporcionar o aprimoramento de práticas de cidadania na construção do meio ambiente saudável.

Projeto Literário: Reconhecendo a importância da leitura na contribuição do desenvolvimento infantil nos aspectos social, emocional e cognitivo, trabalhamos este projeto com a finalidade de propiciar às crianças o contato com obras literárias que favoreçam a descoberta, o aprimoramento da linguagem e a capacidade de comunicação, com crianças do Maternal II, Jardim I e Jardim II.

Projeto Hora da Fono: Projeto desenvolvido em parceria com fonoaudiólogas busca

auxiliar os alunos da Educação Infantil em todas as habilidades que envolvam a linguagem de forma saudável e prazerosa, bem como instrumentalizar os profissionais envolvidos para que a alfabetização da criança seja bem sucedida, prevenindo futuros problemas como atraso na aquisição da leitura e escrita, trocas e omissões de letras e falhas de compreensão de leitura.

Projeto Páscoa Solidária: Este projeto desenvolvido com crianças do Maternal I, Jardim I e Jardim II, pretende desvincular do forte apelo da mídia ao consumo em detrimento do respeito, doação, amor e emoção. Desta forma, resgatamos historicamente o sentido da Páscoa como uma festa cristã, além de, proporcionar momento de doação e desprendimento para ajudar ao próximo;

Projeto Aprendendo na Natureza: Desenvolvido no *Centro Ambiental Campos Prado*, o NPEI desenvolve o Projeto “Aprendendo na natureza” onde os alunos dos Jardins II, bem como os alunos da rede pública municipal do Ensino Fundamental, podem visitar e fazer a trilha na natureza acompanhados de um biólogo da Secretaria do Meio Ambiente e por um professor e ou educador da Secretaria de Educação. Após a trilha ocorre a socialização e atividades recreativas e pedagógicas sobre o que aprenderam.

Os estudos sobre sistemas educacionais bem-sucedidos são unânimes em afirmar a importância dos professores para a qualidade na educação. A valorização dos docentes e da educação articula-se também com as oportunidades de qualificação profissional. Um exame dos dados sobre a formação dos professores da educação básica no Brasil mostra que ela tem melhorado.

1.5. Formação Docente na Educação Infantil:

Na Educação Infantil do Município de Jahu, de acordo com estatísticas do Censo Escolar, quanto à formação de docentes, tem-se a seguinte situação:

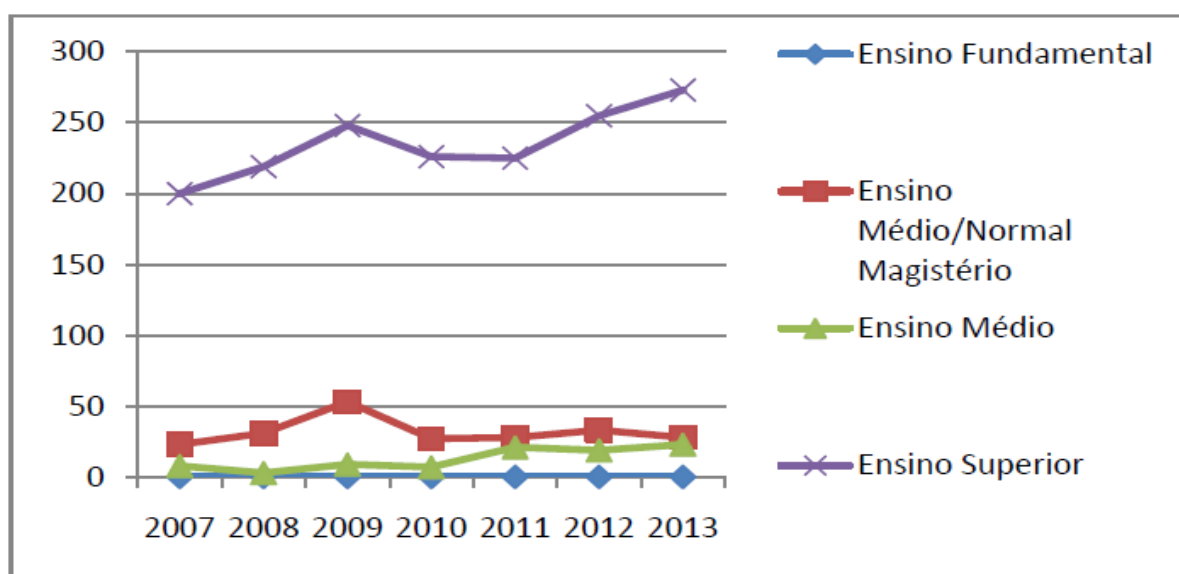
Tabela 36. Docentes da Educação Infantil, por formação – Redes Municipal e Privada

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio – Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	10%	23	3,5%	8	86,6%	200
2008	0%	0	12,3%	31	1,2%	3	86,6%	219
2009	0%	0	17,1%	53	2,9%	9	80%	248
2010	0%	0	10,4%	27	2,7%	7	86,9%	226
2011	0%	0	10,2%	28	7,7%	21	82,1%	225
2012	0%	0	10,7%	33	6,2%	19	83,1%	255
2013	0%	0	8,6%	28	7,1%	23	84,3%	273

Fonte: MEC/INEP/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Comparando os dados de 2010 e 2013, em número de profissionais docentes, a rede de educação infantil teve um aumento de 24,6%, enquanto que a formação de nível superior desses profissionais não cresceu na mesma proporção. Somente 20,8%.

Figura 17. Formação dos Docentes de Educação Infantil



Fonte: MEC/INEP/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Quanto às Redes, separadamente, constata-se a seguinte formação docente na Educação Infantil:

Tabela 37. Municipal:

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	0%	0	11,3%	19	1,8%	3	86,9%	146
2008	0%	0	11,3%	21	0%	0	88,7%	165
2009	0%	0	18,9%	46	1,2%	3	79,8%	194
2010	0%	0	11,6%	22	0%	0	88,4%	167
2011	0%	0	11,6%	22	0,5%	1	87,9%	167
2012	0%	0	11,1%	27	2,9%	7	86%	209
2013	0%	0	7,8%	19	3,3%	8	88,9%	217

Fonte: MEC/INEP/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

No comparativo entre os anos de 2010 e 2013 da Rede Municipal de Educação Infantil, o número de docentes, passou de 167 para 217, significando um aumento de 29,9% no número de professores e quanto à formação desses, a formação de nível superior obteve praticamente o mesmo percentual, 88,9%.

Figura 18. Formação dos docentes de Educação Infantil – REDE MUNICIPAL

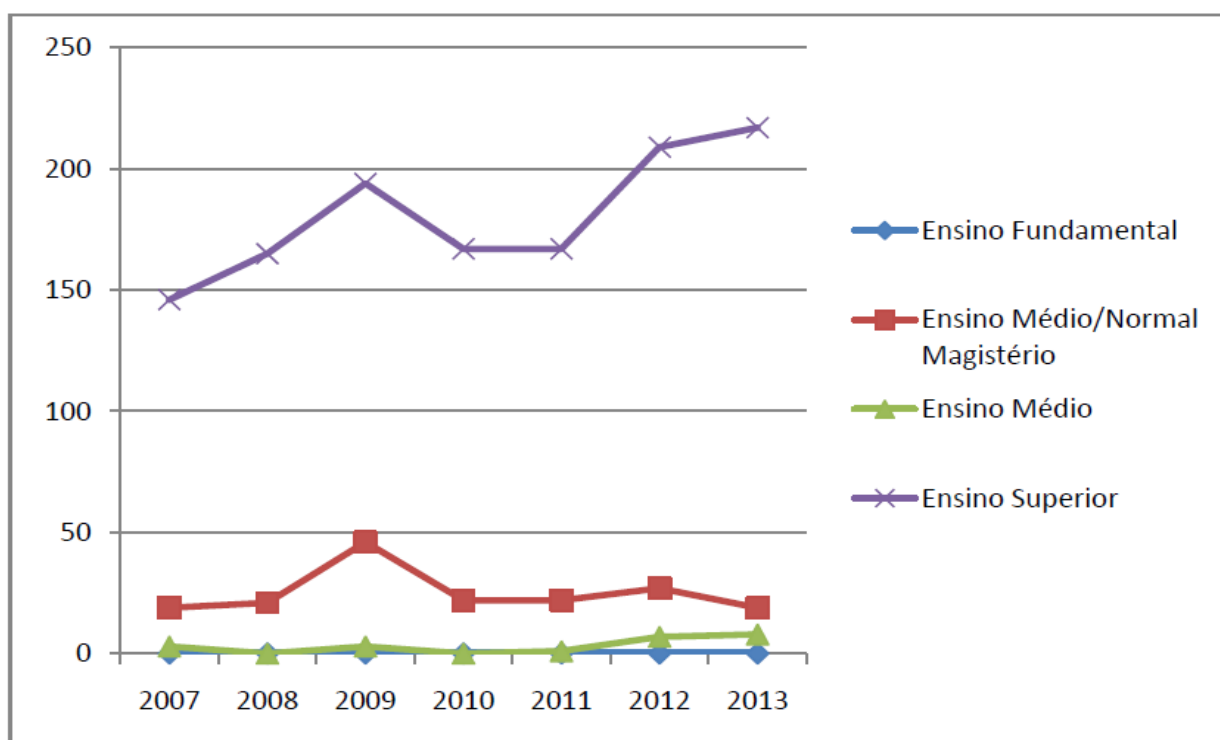


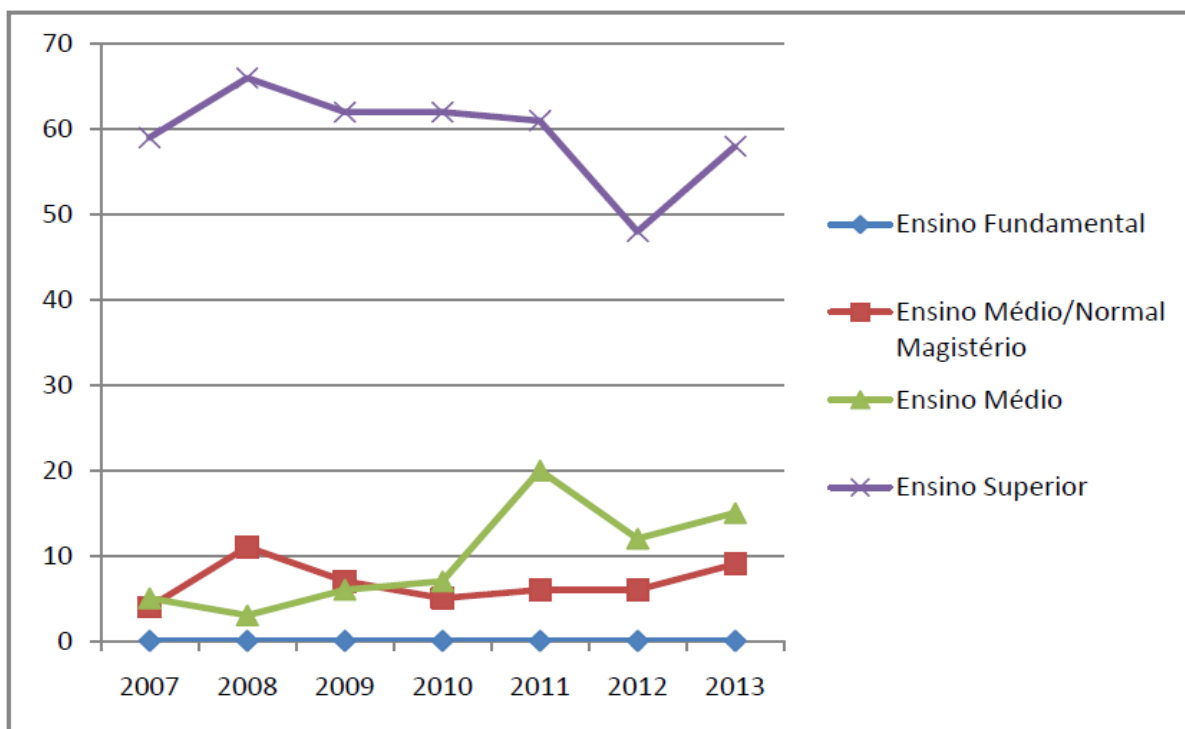
Tabela 38. Privada

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio – Normal / Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	5,9%	4	7,4%	5	86,8%	59
2008	0%	0	13,8%	11	3,8%	3	82,5%	66
2009	0%	0	9,3%	7	8%	6	82,7%	62
2010	0%	0	6,8%	5	9,5%	7	83,8%	62
2011	0%	0	6,9%	6	23%	20	70,1%	61
2012	0%	0	9,1%	6	18,2%	12	72,7%	48
2013	0%	0	11%	9	18,3%	15	70,7%	58

Fonte: MEC/INEP/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Na Rede Privada de Educação Infantil, levando-se em consideração também os anos de 2010 e 2013, o número de docente aumentou em 11,1%, porém, a escolaridade em nível de ensino superior dos mesmos foi de menos 6,5%.

Figura 19. Formação dos Docentes de Educação Infantil - REDE PRIVADA



Com relação à especialização dos professores de Educação Infantil, temos o seguinte quadro:

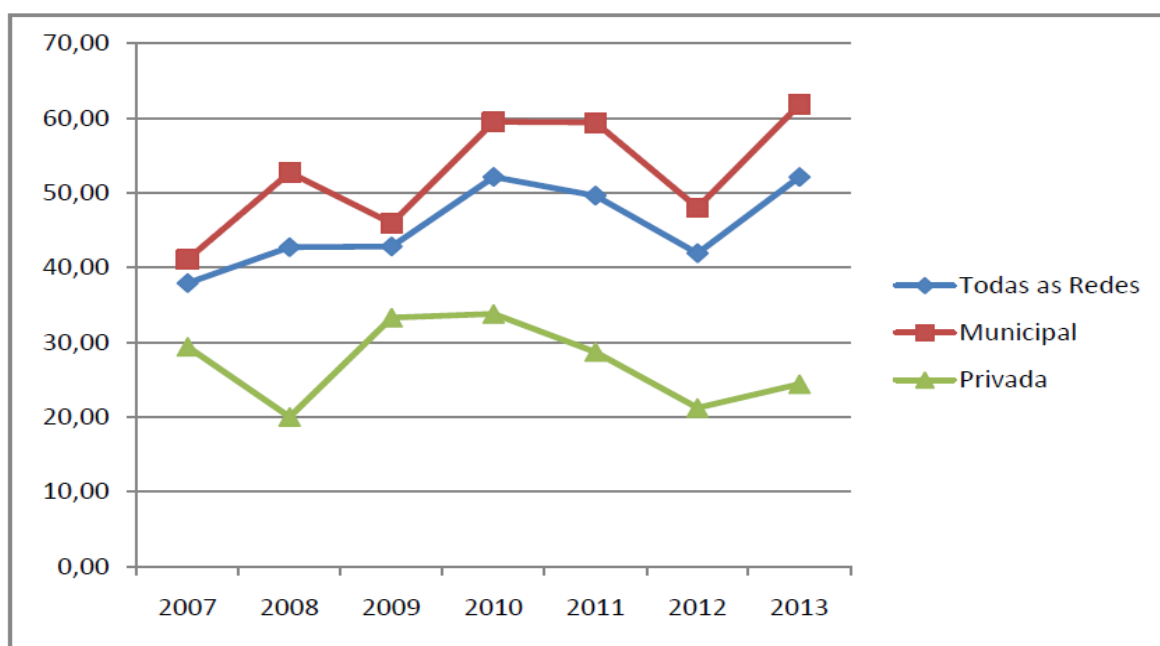
Tabela 39.

Ano	Todas as redes		Municipal		Privada	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	37,9%	88	41,1%	69	29,4%	20
2008	42,7%	108	52,7%	98	20%	16
2009	42,8%	133	45,9%	112	33,3%	25
2010	52,1%	136	59,5%	113	33,8%	25
2011	49,6%	137	59,4%	114	28,7%	25
2012	41,9%	129	48%	117	21,2%	14
2013	52,1%	170	61,8%	152	24,4%	20

Fonte: MEC/INEP/DEED/ Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Obs.: Professores são contados uma única vez em cada rede (federal, estadual, municipal e privada), porém podem atuar em mais de uma rede. Por este motivo a soma das desagregações não equivale à soma do total do indicador. Por exemplo, se um mesmo professor trabalhar na rede federal e na rede estadual (e tiver pós-graduação), ele será contado nas duas redes, no entanto, no total do indicador (que considera a rede total) ele será contado uma única vez. O mesmo acontece para etapa de ensino e tipo de pós-graduação. Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência da classe em 25/05/2012. Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado.

Figura 20. Especialização dos Professores de Educação Infantil - %



A tabela e o gráfico acima, referentes à especialização dos professores de Educação Infantil, entre os anos de 2010 e 2013, mostram, em 2011, uma queda desse nível de formação entre os profissionais da Rede Municipal, recuperando-se em 2013, enquanto que o ápice desse nível de escolaridade na Rede Privada foi no ano de 2010, caindo nos anos de 2011 e 2012, recuperando-se levemente em 2013.

1.6. **Metas e Estratégias para a Educação Infantil:**

Meta 1: “Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar gradativamente a oferta da Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação oferecendo e garantindo ensino de qualidade”.

Estratégias:

- 1.1. Construir, reformar, ampliar e regulamentar escolas de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, com recursos próprios ou em parceria com a União e o Estado, em conformidade com os padrões arquitetônicos estabelecidos em legislação vigente, respeitando as normas de acessibilidade;
- 1.2. Manter e fortalecer a política de convênios com as Instituições Filantrópicas que atendam a clientela em idade de creche;
- 1.3. Realizar periodicamente em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche e pré-escola, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda, principalmente diante da criação de novos conjuntos populacionais;
- 1.4. Ampliar as parcerias com o governo federal e usar de recursos próprios para garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos acessíveis às escolas de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, considerando as especificidades das faixas etárias;

- 1.5. Manter e ampliar o atendimento na Educação Infantil em turno integral e parcial às crianças residentes nas zonas urbana e rural;
- 1.6. Fomentar o estudo para implementação progressiva do cargo de docência na Educação Infantil da Rede Pública Municipal, de provimento efetivo, para atendimento pedagógico às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos;
- 1.7. Promover a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente o atendimento por profissionais com formação superior;
- 1.8. Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais de Educação de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços e pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e as teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
- 1.9. Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e transversalidade da educação especial nessa etapa de educação básica;
- 1.10. Manter e ampliar o serviço de apoio pedagógico na sala de recurso multifuncional de atendimento educacional especializado (AEE) nas unidades de Educação Infantil para os alunos que necessitam;
- 1.11. Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio de articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
- 1.12. Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;
- 1.13. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças de Educação Infantil, em especial dos beneficiários dos programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.14. Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em

parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

- 1.15. Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda da Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;
- 1.16. Realizar estudos de demanda junto às Creches Públicas Municipais para viabilização gradativa de atendimento em período parcial às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos;
- 1.17. Elaborar com a participação da comunidade escolar, um plano de ação que defina as condições mínimas de infraestrutura indispensáveis para o funcionamento adequado nas creches e pré-escola da Rede Pública Municipal, levando em consideração o número de crianças atendidas, assegurando um atendimento de qualidade na educação infantil;
- 1.18. Implantar na Secretaria de Educação do Município de Jahu sistema informatizado para solicitação e preenchimento de vagas em creches;
- 1.19. Estruturar, em regime de colaboração com o Governo Federal, ambiente tecnológico para as Unidades de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, como acesso às ferramentas que colaborem para aperfeiçoamento e difusão do conhecimento;
- 1.20. Assegurar nas escolas de Educação Infantil calendário apropriado e planejamento de atividades educativas que contemplem a diversidade das crianças;
- 1.21. Garantir a formação constante dos gestores da Educação Infantil para a consolidação e disseminação de conhecimentos atualizados, a fim de propor novas estratégias que possibilitem inovar e qualificar o trabalho pedagógico realizado nesta etapa, considerando o desenvolvimento integral do aluno e suas especificidades;
- 1.22. Ampliar a parceria com a Universidade Aberta do Brasil, visando à formação específica em Educação Infantil;
- 1.23. Otimizar a utilização Horário do Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) com o intuito de refletir sobre o andamento e a organização das práticas escolares;
- 1.24. Apoiar a implantação, em regime de colaboração com a União, de avaliação da educação infantil com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
- 1.25. Fomentar através de convênios, projetos e contratos, a melhoria da segurança das Escolas

Públicas Municipais, garantindo vigilância, inclusive nos finais de semana.

2. Ensino Fundamental:

2.1. Organização do Ensino Fundamental:

A educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para buscar essa realização, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- valorização do profissional da educação escolar;
- VIII- gestão democrática do ensino público, na forma da LDBEN e da legislação desse Sistema de Ensino;
- IX- garantia de padrão de qualidade;
- X- valorização da experiência extra-escolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

As escolas devem ser organizadas para atender as necessidades sócio-educacionais e de aprendizagem dos alunos em prédios e salas com mobiliário, equipamentos e material didático-pedagógico adequados às diferentes faixas etárias, níveis de ensino e cursos ministrados. Funcionam em até três turnos: diurno (manhã e tarde) e noturno para atender a demanda do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e da Educação de Jovens e Adultos.

As escolas são organizadas de forma a oferecer no Ensino Fundamental a carga horária mínima de 1.000 horas anuais ministradas em, no mínimo, 200 dias de efetivo

trabalho escolar e na Educação de Jovens e Adultos, 1º e 2º segmentos, a carga horária mínima de 400 horas semestrais ministradas em 20 horas semanais em, no mínimo, 100 dias de efetivo trabalho escolar, por adotar a organização semestral.

A gestão democrática das unidades escolares, com observância dos princípios de autonomia, coerência, corresponsabilidade da comunidade escolar e pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, se fará mediante a:

I- Participação de seus profissionais na elaboração, implementação e avaliação da proposta pedagógica;

II- Participação dos diferentes segmentos da comunidade escola: direção, professores, pais, alunos e funcionários nos processos consultivos e decisórios, através do Conselho de Escola, Conselho de Ano/Termo e Associação de Pais e Mestres;

III- Autonomia na gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as diretrizes e normas vigentes;

III- Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;

V- Administração dos recursos financeiros, através da elaboração, execução e avaliação do respectivo plano de aplicação, devidamente aprovado pelos órgãos ou instituições escolares competentes, obedecido a legislação específica para gastos e prestação de contas de recursos públicos;

VI- Valorização da escola enquanto espaço privilegiado de execução do processo educacional.

Os principais documentos que embasam legalmente o Ensino Fundamental são: Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Constituição da República federativa do Brasil (Brasil, 1988), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 26/06/2014 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O objetivo do Ensino Fundamental brasileiro é a formação básica do cidadão. Para isso, segundo o artigo nº 32 da LDBEN 9.394/96, é necessário:

- I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços da solidariedade humana e da

tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I- a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II- consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III- orientação para o trabalho; IV- promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais, como reza o artigo 27 da LDBEN nº 9.394/96.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece em seu artigo 3º, alguns princípios básicos de ensino, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e reconhece a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. Aos estabelecimentos públicos cabe a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Os privados são de livre iniciativa, desde que atenda as normas vigentes e também capacidade de autofinanciamento (artigo 7º). Em ambos os casos, porém, deve haver garantia do padrão de qualidade.

A análise da Lei 9.394/96 permite concluir que esta considera a autonomia, a flexibilidade e a liberdade como meios necessários ao regate dos compromissos da escola e dos educadores com uma aprendizagem de qualidade.

2.2. Dados Estatísticos do Ensino Fundamental do Município de Jahu:

A Rede Municipal de Ensino Fundamental é formada por 18 escolas municipais, 13 escolas estaduais e 09 escolas particulares.

Tabela 40. Escolas Municipais:

Escolas	Etapas de Atendimento	
	Anos Iniciais	Anos Finais
Alvarina Bizarro Souza	X	-
Antonio Waldomiro de Oliveira	X	-
Caetano Perlatti	X	-
Carlota Meira Marsiglio	X	-
Comendador José M. de A. Prado	X	-
Daltyra de Toledo Castro	X	-
Enéas Sampaio Souza	X	-
Helena de Castro Piragine	X	-
Jayme de Oliveira e Sousa	X	-
João Pacheco de A. Prado	X	-
Laudelino de Abreu	X	-
Lúcia Sampaio Galvão	X	-
Maria de Castro Magalhães	X	-
Maria de Lourdes de Camargo Mello	X	-
Mario Romeu Pelegrino	X	-
Norma Botelho	-	X
Pádua Salles	X	-
Vereador Angelo Ronchesel	X	-

Fonte: SME de Jahu

Tabela 41. Escolas Estaduais – Anos Finais:

Escolas
EE. Alvaro Fraga Moreira
EE. Antonio Terezio M. Peixoto
EE. Benedicto Montenegro
EE. Caetano Lourenço de Camargo
EE. Domingos de Magalhães
EE. Frei Galvão
EE. Profª Ana Franco da Rocha Brando
EE. João Pacheco de Almeida Prado
EE. José Nicolau Piragine
EE. Lopes Rodrigues
EE. Major Prado
EE. Tolentino Miraglia
EE. Tullio Espindola de Castro

Fonte: Prodesp

Tabela 42. Escolas Particulares:

Escolas	Etapas de Atendimento	
	Anos Iniciais	Anos Finais
Colégio ADV	X	-
AGP Jorge Escola de Ensino Fundamental	X	X
Colégio Núcleo de Interação Educativa	X	X
Colégio Porto Alvorada	X	X
Colégio Prevê de Jahu	X	X
Fundação Educacional Dr. Raul Bauab	X	X
Colégio Saint Exupery	X	X
Colégio São Lucas	X	X
Centro Educacional Sesi 026	X	X

Fonte: Prodesp

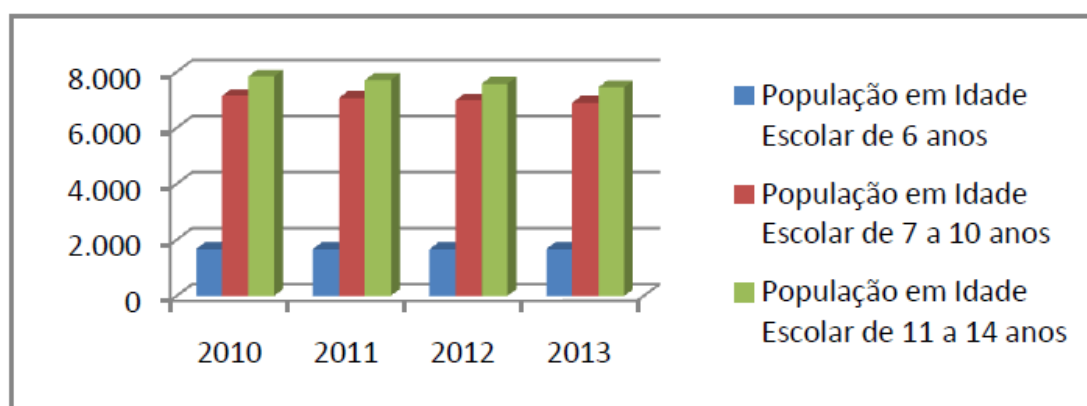
Tabela 43. População Jauense em idade escolar

Idade Escolar	2010	2011	2012	2013
População em Idade Escolar de 6 anos	1.678	1.676	1.674	1.671
População em Idade Escolar de 7 a 10 anos	7.149	7.069	6.987	6.906
População em Idade Escolar de 11 a 14 anos	7.839	7.709	7.578	7.450

Fonte: IBGE / Fundação Seade

A faixa de 6 anos vem mantendo-se na média com mínimo de oscilação. A faixa de 7 a 10 anos diminuiu de 7.149 para 6.906 em 2013 e a faixa de 11 a 14 anos, diminuiu de 7.839 para 7.450 em 2013.

Figura 21. População em Idade Escolar



Fonte: IBGE/Fundação Seade

Fonte: IBGE/Fundação Seade

Tabela 44. Ensino Fundamental: matrícula inicial por dependência administrativa: 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano

Dependência Administrativa	2010	2011	2012	2013
Matrícula no Ensino Fundamental – Rede Pública	14.090	13.686	13.096	12.820
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Rede Pública	7.407	7.282	7.137	6.754
Matrícula no Ensino Fundamental Anos Iniciais – Rede Municipal	7.407	7.282	7.137	6.754
Matrícula no Ensino Fundamental Anos Iniciais – Rede Estadual	-	-	-	-
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Finais – Rede Pública	6.683	6.404	5.959	6.066
Matrícula no Ensino Fundamental Anos Finais – Rede Municipal	1.018	937	840	807
Matrícula no Ensino Fundamental Anos Finais – Rede Estadual	5.665	5.467	5.119	5.259

Matrícula no Ensino Fundamental– Rede Privada	3.077	3.138	3.171	3.265
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Privada	1.608	1.677	1.685	1.743
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Finais – Privada	1.469	1.461	1.486	1.522

Fonte: IBGE/Fundação Seade

Quando analisamos os dados de matrícula nos anos iniciais nota-se uma diminuição nos anos de 2010 a 2013.

Do ponto de vista da evolução de matrículas iniciais por dependência administrativa, houve uma diminuição na rede pública municipal e um aumento na rede privada nos anos de 2010 a 2013.

No Ensino Fundamental anos finais, a Rede Pública teve diminuição no número do alunado entre os anos de 2010 e 2012, enquanto que na Rede Privada houve aumento gradativo de matrículas de 2010 a 2013.

Tabela 45. Ensino Fundamental: Taxa de Aprovação por dependência administrativa: 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano

Dependência Administrativa	2010	2011	2012	2013
TAXA DE APROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL–TODAS AS REDES (EM %)	91,5	95,4	94,7	94,2
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental – Rede Pública (em %)	90,2	94,9	93,9	93,3
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental – Rede Privada (em %)	97,3	97,6	98,7	97,8
TAXA DE APROVAÇÃO – ANOS INICIAIS – TODAS AS REDES (EM %)	91,8	96,0	95,1	94,9
Taxa de Aprovação Anos Iniciais– Rede Pública (em %)	90,4	95,4	94,2	93,9
Taxa de Aprovação Anos Iniciais– Rede Municipal (em %)	90,4	95,4	94,2	93,9
Taxa de Aprovação Anos Iniciais – Rede Estadual (em %)	-	-	-	-
Taxa de Aprovação Anos Iniciais – Rede Privada (em %)	97,8	98,6	98,9	98,7
TAXA DE APROVAÇÃO – ANOS FINAIS – TODAS AS REDES (EM %)	91,2	94,7	94,3	93,5
Taxa de Aprovação Anos finais– Rede Pública (em %)	90,0	94,3	93,7	92,7
Taxa de Aprovação Anos Finais – Rede Municipal (em %)	75,8	86,5	91,3	88,0
Taxa de Aprovação Anos Finais – Rede Estadual (em %)	92,5	95,6	94,1	93,4
Taxa de Aprovação Anos Finais– Rede Privada (em %)	96,7	96,5	96,7	96,7

Fonte: IBGE/Fundação Seade

A taxa de aprovação no Ensino Fundamental dos anos iniciais na Rede Pública Municipal aumentou de 2010 a 2013. Subiu de 91,8% para 94,9%, sendo que apresentou em 2011 a taxa de 96%.

Na Rede Privada também ocorreu um aumento de 2010 a 2013, mas manteve-se estável de 2011 a 2013.

Nos anos finais do Ensino Fundamental a taxa de aprovação na Rede Pública diminuiu de 2011 a 2013, enquanto que na Rede Privada não houve oscilação.

Tabela 46. Ensino Fundamental: Taxa de Reprovação por dependência administrativa: 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano

Dependência Administrativa	2010	2011	2012	2013
TAXA DE REPROVAÇÃO – ANOS INICIAIS – TODAS AS REDES (EM %)	8,1	3,9	4,8	5,0
Taxa de Reprovação Anos Iniciais– Rede Municipal (em %)	9,4	4,4	5,7	5,9
Taxa de Reprovação Anos Iniciais – Rede Estadual (em %)	-	-	-	-
Taxa de Reprovação Anos Iniciais – Rede Privada (em %)	2,1	1,4	1,1	1,3
TAXA DE REPROVAÇÃO – ANOS FINAIS – TODAS AS REDES (EM %)	6,4	4,0	4,0	4,9
Taxa de Reprovação Anos Finais – Rede Municipal (em %)	24,2	12,8	8,7	11,8
Taxa de Reprovação Anos Finais – Rede Estadual (em %)	4,1	2,6	3,4	4,3
Taxa de Reprovação Anos Finais– Rede Privada (em %)	3,3	3,5	3,3	3,2

Fonte: IBGE/Fundação Seade

Na Rede Pública Municipal ocorreu uma diminuição bastante significativa na taxa de reprovação do Ensino Fundamental, anos iniciais, do ano de 2010 para 2011, caindo de 9,4% para 4,4%, voltando a crescer em 2012 para 5,7% e em 2013 para 5,9%.

Cabe salientar que na Rede Pública Municipal, a menor taxa de reprovação no Ensino Fundamental anos iniciais ocorreu em 2011 com 4,4% e na Rede Privada ocorreu em 2012, com 1,1%.

Quanto aos anos finais, observa-se que os índices da Rede Pública Municipal, de 2010 e 2012, tiveram uma queda considerável. Passaram de 24,2% para 8,7%, mas voltaram a subir em 2013. Na Rede Pública Estadual, se considerar-se o índice de 2010 para 2011, houve uma diminuição de 1,5%, mas em 2013, o índice foi maior que no ano de 2010. Já na Rede privada, o aumento se deu em 2011, caindo nos anos de 2012 e 2013.

Tabela 47. Ensino Fundamental: Taxa de Abandono por dependência administrativa: 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano

Dependência Administrativa	2010	2011	2012	2013
TAXA DE ABANDONO NO ENSINO FUNDAMENTAL–TODAS AS REDES (EM %)	1,2	0,7	0,9	0,9
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental – Rede Pública (em %)	1,4	0,8	1,1	1,1
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental – Rede Privada (em %)	-	-	-	-
TAXA DE ABANDONO – ANOS INICIAIS – TODAS AS REDES (EM %)				
Taxa Abandono Anos Iniciais– Rede Pública (em %)	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxa de Abandono Anos Iniciais– Rede Municipal (em %)				
Taxa de Abandono Anos Iniciais – Rede Estadual (em %)	-	-	-	-
Taxa de Abandono Anos Iniciais – Rede Privada (em %)	0,1	-	-	-
TAXA DE ABANDONO – ANOS FINAIS – TODAS AS REDES (EM %)				
Taxa de Abandono Anos finais– Rede Pública (em %)	2,9	1,6	2,2	2,0
Taxa de Abandono Anos Finais – Rede Municipal (em %)	-	0,7	-	0,2
Taxa de Abandono Anos Finais – Rede Estadual (em %)	3,4	1,8	2,5	2,3
Taxa de Abandono Anos Finais– Rede Privada (em %)	-	-	-	0,1

Fonte: IBGE/Fundação Seade

A taxa de abandono no Ensino Fundamental anos iniciais da Rede Pública Municipal é baixa. Foi de 0,1 para 0,2% em 2011, mas depois retornou ao percentual de 0,1 em 2012, mantendo-se em 2013.

Na Rede Privada, nos anos iniciais, houve taxa de abandono em 2010 com percentual de 0,1, não ocorrendo evasão no período de 2011 a 2013.

A maior taxa de abandono ocorreu na Rede Pública Municipal em 2011 com um percentual de 0,2.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, de acordo com o IBGE e a Fundação Seade, a taxa de abandono tanto na Rede Pública Municipal quanto da Rede Privada, é praticamente inexistente e na Rede Pública Estadual, a taxa vem diminuindo a partir de 2012. Na Rede Pública Municipal de Ensino, só há uma Unidade Escolar de Ensino Fundamental dos Anos Finais, a EMEF Profª Norma Botelho.

Tabela 48. Taxa de Distorção Idade-Série – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	Todas as Redes
2006	7,5
2007	5,8
2008	6,2
2009	7,1
2010	8,2
2011	9,3
2012	8,4
2013	8,4
Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI	

Em 2006 a taxa de distorção foi de 7,5% em todas as redes do município, diminuindo em 2007, voltando a crescer em 2008, apresentando a maior taxa em 2011 com 9,3%, diminuindo nos anos de 2012 e 2013 para 8,4%.

Tabela 49. Taxa de Distorção Idade-Série – Anos Iniciais do Ensino Fundamental por Rede

Ano	Pública	Privada
2006	8,7	1,5
2007	6,7	1,5
2008	7,3	1
2009	8,4	1,1
2010	9,8	1,2
2011	11,1	1,3
2012	10	1,3
2013	10,2	1,4
Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI		

Houve um acréscimo na taxa de distorção de 2006 a 2013, tanto na Rede Pública como na Privada, com índice maior em 2011 na Rede Pública com 11,1%.

As menores taxas de distorção ocorreram na Rede Privada, enquanto que na Rede Pública, em 2013 foi de 10,2%, a da Rede Pública foi de 1,4%.

Tabela 50. Taxa de Distorção Idade-Série – Anos Finais do Ensino Fundamental por Rede

Ano	Pública	Privada
2006	16	2,8
2007	16,8	2,5
2008	16,5	3,7
2009	15,5	4,1
2010	16,8	3,7
2011	14,1	4,1
2012	14,9	4,4
2013	14,2	4,1

Fonte: Mec/INEP/DEED/CSI

Dados das Avaliações Externas**- IDEB:****Tabela 51.** IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) – Ensino Fundamental Anos Finais

	2009		2011		2013	
	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta
Rede Estadual	4,4	4,1	4,5	4,4	4,4	4,8
Rede Municipal	3,5	4,1	4,7	4,4	4,5	4,8

INEP. MEC. IDEB - Resultados e Metas. Disponível em <http://IDEB.INEP.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=11579373>. Acesso em 22/04/2105

-SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) – Ensino Fundamental Anos Finais**Tabela 52.**
Rede Estadual

Distribuição dentro dos níveis de proficiência, alunos dos 9ºs anos, segundo resultados do Saresp – Médias das Escolas Estaduais do município de Jahu. (Em %)	Abaixo do básico	Língua Portuguesa	2010	2011	2012	2013
		Matemática	29,0	28,7	25,9	27,9
	Básico	Língua Portuguesa	31,4	30,7	33,5	33,6
		Matemática	55,4	55,0	55,7	56,1
	Adequado	Língua Portuguesa	60,9	59,2	54,1	54,8
		Matemática	13,8	13,7	15,9	14,3
	Avançado	Língua Portuguesa	7,3	8,6	11,1	10,9
		Matemática	1,9	2,6	2,4	1,7
		Língua Portuguesa	0,4	1,5	1,3	0,8

SÃO PAULO. Apresentações: SARESP. Disponíveis em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2010>, <http://saresp.fde.sp.gov.br/2011>, : <http://saresp.fde.sp.gov.br/2012>, <http://saresp.fde.sp.gov.br/2013>. Acesso em 22/04/2015.

Tabela 53. Rede Municipal

Distribuição dentro dos níveis de proficiência, alunos dos 9ºs anos, segundo resultados do Saresp – Médias das Escola Municipal do município de Jahu. (Em %)			2010	2011	2012	2013
			Abaixo do básico	Língua Portuguesa	-	24,7
		Matemática	-	22,8	21,0	29,8
Básico	Língua Portuguesa		-	59,3	54,3	56,2
		Matemática	-	59,9	59,4	58,4
Adequado	Língua Portuguesa		-	14,2	23,2	18,0
		Matemática	-	17,3	16,7	10,7
Avançado	Língua Portuguesa		-	1,9	5,1	1,1
		Matemática	-	zero	2,9	1,1

SÃO PAULO. Apresentação: SARESP 2011. Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2013>. Acesso em 22/04/2015.

Tabela 54. Classificação e Descrição dos Níveis de Proficiência

Abaixo do básico	Os alunos neste nível demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.
Básico	Os alunos neste nível demonstram domínio mínimo dos conteúdos, competências e habilidades, mas possuem as estruturas necessárias para interagir com a proposta curricular no ano/série subsequente.
Adequado	Os alunos neste nível demonstram domínio pleno dos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.
Avançado	Os alunos neste nível demonstram conhecimento e domínio dos conteúdos, competências e habilidades acima do requerido para o ano/série escolar em que se encontram.

Fonte: Matrizes de Referência

Tabela 55.

	2010	2011	2012	2013
Matrícula no Ensino Fundamental 1º ao 9º ano	17.167	16.824	16.267	16.085
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Todas as Redes)	9.015	8.959	8.822	8.497
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Rede Estadual	-	-	-	-
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Rede Municipal	7.407	7.282	7.137	6.754
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Rede Privada	1.608	1.677	1.685	1.743
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Finais (Todas as Redes)	8.152	7.865	7.445	7.588
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Finais – Rede Estadual	5.665	5.467	5.119	5.259
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Finais – Rede Municipal	1.018	937	840	807
Matrícula no Ensino Fundamental – Anos Finais – Rede Privada	1.469	1.461	1.486	1.522

Fonte: IBGE/Fundação Seade

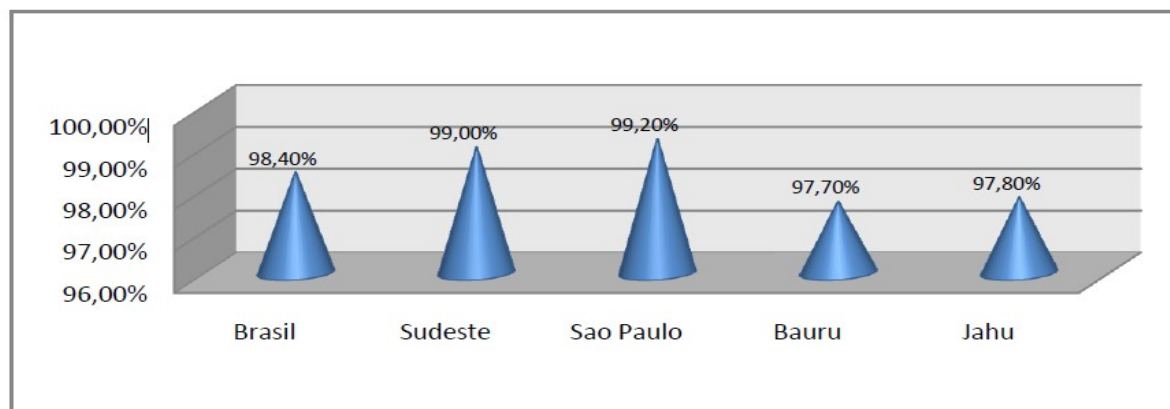
Na cidade de Jahu, não há demanda reprimida nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

A Rede Pública Municipal conta atualmente com aproximadamente 6.850 alunos distribuídos em 17 (dezessete) Escolas Municipais (EMEFs) e 01 (uma) extensão localizada no bairro Barra Mansa.

Na Rede Pública Estadual não há escolas de Ensino Fundamental de anos iniciais. A municipalização das escolas estaduais de 1ª a 4ª série (1º ao 5º ano), teve início em 1998 com passagem de 10 (dez) escolas estaduais para a rede pública municipal e, em 2009 mais 4 (quatro) escolas, concluindo assim, o processo de municipalização.

Quanto a Rede Privada de Ensino Fundamental anos iniciais, Jahu conta com 1.743 alunos matriculados atualmente, distribuídos em 9 (nove) escolas particulares, caracterizando assim, a universalização da matrícula nesse nível de ensino.

Figura 22. Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola - Meta Brasil: 100%



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Tabela 56. Municipalização das Escolas de Ensino Fundamental - anos iniciais

Antes – Estadual	ano Munic.	Após Municipalização	Endereço
-	1994	EMEF Prof. Enéas Sampaio Souza	Av. Gustavo Chiosi, s/nº Jd. Brasília
-	1994	EMEF Profª Norma Botelho (6º ao 9º ano)	Av. Dr. Gustavo Chiosi, 450 Jd. Brasília
EE Profª Alvarina Bizarro Souza	1998	EMEF Profª Alvarina Bizarro Souza	R. Romeu Serignolli, 345 Jd. Sanzovo
EE Profª Carlota Meira Marsiglio	1998	EMEF Profª Carlota Meira Marsiglio	R. Tosselli de Callis, 115 Jd. América
EE Comendador José M. de A. Prado	1998	EMEF Comendador José M. de A. Prado	R. Domingos de Callis, 70 Jd. Nova Jahu
EE Dr. Pádua Salles	1998	EMEF Dr. Pádua Salles	R. Edgard Ferraz, 665 Centro
EE Prof. Jayme de Oliveira e Sousa	1998	EMEF Prof. Jayme de Oliveira e Sousa	R. Inácio Almeida Prado Junior-s/nº Jd. S. José
EE Laudelino de Abreu	1998	EMEF Laudelino de Abreu	R. Dom Pedro I, 49VI Netinho
EE Profª Maria de Lourdes C Mello	1998	EMEF Profª Maria de Lourdes C Mello	Av. Nenê Galvão, 55 Jd. Jorge Atalla
-	2002	EMEF Profª Helena de Castro Piragine	R. Ricardo Pengo, 101 Jd. Novo Horizonte
-	2002	EMEF Prof. Mario Romeu Pelegrino	R. Zilah de Souza Gomes, 1.300 Jd. Orl. Ometto
EE Ver. Ângelo Ronchesel	2003	EMEF Ver. Ângelo Ronchesel	R. Alice Apolônio Arroio, 95 Distrito de Potunduva
-	2005	EMEF Profª Maria de Castro Magalhães	Av. José Maria de Almeida Prado, 603 Bairro Olaria
-	2009	EMEF Prof. Antº Waldomiro de Oliveira	R. Luis de Roque, 77 Jd. Conde do Pinhal II
EE Caetano Perlatti	2009	EMEF Caetano Perlatti	R. Presidente Moraes, 1019 Vl. Nova
EE Profª Daltyra de Toledo Castro	2009	EMEF Profª Daltyra de Toledo Castro	R. Sebastião Ribeiro de Barros ,Nº131, Vl. Ribeiro
EE João Pacheco de A. Prado	2009	EMEF João Pacheco de A. Prado	R. Antonio Antoniassi, s/nº Bairro Pouso Alegre
EE Lúcia Sampaio Galvão	2009	EMEF Lúcia Sampaio Galvão	R. Augusto Fúria, 55 Bairro Olaria

Obs.:

1- Caic XV de Agosto, nomeado Prof. Adônis Pirágine conta com 4 segmentos: Creche Caic XV de Agosto, CMEI Zita Sajovic Sabbagh, EMEF Prof. Enéas Sampaio Souza (1º ao 5º), EMEF Profª Norma Botelho (6º ao 9º ano).

2- Extensão do Bairro Barra Mansa pertencente à EMEF Prof. Jayme de Oliveira e Sousa.

2.3. **O IDEB do Ensino Fundamental Anos Iniciais no Município de Jahu: descrição e análise:**

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) tem como objetivo medir a qualidade da rede de ensino nas escolas públicas brasileiras. O índice é calculado com base nas taxas de rendimento escolar (indicadas pelos índices de aprovação e evasão) e médias de desempenho dos alunos nos exames padronizados aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são obtidos a partir dos dados do Censo Escolar realizado anualmente pelo INEP e as médias de desempenho utilizadas são aquelas observadas na Prova Brasil (para IDEBs) de escolas e municípios e do SAEB (no caso, dos IDEBs dos estados e nacional). Para os cálculos utiliza-se uma escala de 0 (zero) a 10 (dez).

Desse modo, esse índice reúne, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações.

Para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso garantir que os alunos aprendam, não repitam o ano e tenham uma frequência regular. Por isso, mais do que um indicador estatístico, ele pode ser utilizado como um diagnóstico da situação educacional e como um parâmetro para a projeção de metas orientadoras para as ações voltadas para o aumento da qualidade de ensino.

Com base na análise do IDEB em nível nacional, o MEC propõe metas intermediárias calculadas pelo INEP no âmbito do programa de metas fixados pelo compromisso “Todos pela Educação”, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, que trata da Educação Básica. A meta é que o país supere, progressivamente, a situação atual (média de 4,2 em 2007) e chegue em 2021 com a média 6,0.

2.4. **IDEB Jahu: Resultados e Metas: 4ª série/5º ano**

Tabela 57.

IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4,9	4,5	5,3	5,7	5,6	4,9	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6	6,8

Fonte: MEC/INEP

Observa-se que o IDEB referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), obteve uma queda de 2005 para 2007 de 4,9 para 4,5, sendo que em 2009 o IDEB foi de 5,3, aumentando em 2011 para 5,7, caindo em 2013 para 5,6.

Com relação às metas projetadas, ficamos abaixo em 2007 com 4,5 e em 2013 com 5,6, sendo que a meta estabelecida foi de 4,9 para 2007, e 5,9 em 2013. Já em 2009, a meta projetada e a alcançada foram de 5,3. Em 2011, ficamos acima da meta projetada, de 5,6 atingimos 5,7.

Tabela 58.

Escola	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ALVARINA BIZARRO SOUZA PROFA EMEF	5.4	4.4	6.0	6.3	6.0	5.5	5.8	6.2	6.4	6.6	6.8	7.0	7.2
ANGELO RONCHESEL VEREADOR EMEF	3.7	3.8	4.2	4.7	5.4	3.8	4.1	4.6	4.8	5.1	5.4	5.7	6.0
ANTONIO WALDOMIRO DE OLIVEIRA PROF EMEF	-	-	4.6	4.9	4.6	-	-	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2
CAETANO PERLATTI EMEF	-	-	-	5.9	5.6	-	-	-	6.2	6.4	6.6	6.8	7.0
CARLOTA MEIRA MARSIGLIO PROFA EMEF	5.0	4.7	6.1	6.4	6.6	5.1	5.4	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7	7.0
ENEAS SAMPAIO SOUZA PROF EMEF	5.0	4.8	5.1	5.4	5.5	5.0	5.3	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7	6.9
HELENA DE CASTRO PIRAGINE PROFA EMEF	5.2	4.7	5.9	5.6	5.7	5.2	5.6	5.9	6.2	6.4	6.6	6.8	7.1
JAYME DE OLIVEIRA E SOUZA PROF EMEF	4.1	3.9	4.9	5.3	5.7	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2
JOAO PACHECO DE ALMEIDA PRADO EMEF	-	-	-	-	4.8	-	-	-	-	5.1	5.4	5.6	5.9
JOSE MARIA DE ALMEIDA PRADO COMENDADOR EMEF	4.4	4.1	4.7	5.4	5.1	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
LAUDELINO DE ABREU EMEF	5.0	5.3	5.4	6.0	6.2	5.1	5.4	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9
LUCIA SAMPAIO GALVAO PROFA EMEF	-	-	-	5.6	4.9	-	-	-	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8
MARIA DE LOURDES CAMARGO MELLO PROFA EMEF	5.1	4.4	7.2	6.8	6.1	5.2	5.5	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8	7.0
MARIA DE MAGALHAES CASTRO PROFA EMEF	5.5	4.1	5.1	5.5	5.3	5.6	5.9	6.2	6.5	6.7	6.9	7.1	7.3
MARIO ROMEU PELEGRINO PROF EMEF	4.5	4.2	4.9	5.3	5.5	4.6	4.9	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3	6.6
PADUA SALLES DOUTOR EMEF	5.0	4.4	5.7	5.9	5.5	5.0	5.3	5.7	6.0	6.2	6.4	6.7	6.9

Observa-se em 2013, que no quadro das Escolas Públicas Municipais (séries iniciais) 04 (quatro) escolas atingiram a média estabelecida pelo Plano Nacional de Educação que é 6,0, ficando entre 6,0 e 6,6.

2.5. Indicadores de Desempenho:

Participação das escolas do Ensino Fundamental Anos iniciais e Finais da Rede Pública Municipal nos processos de avaliação externa:

- Prova Brasil – para alunos de 5º e 9º ano;
- SARESP (Sistema de Avaliação da Educação Básica)– para alunos de 3º, 5º, 7º e 9º ano;
- ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização) – para alunos de 3º ano;
- Provinha Brasil – para alunos de 2º ano.

Essas avaliações mostram os índices de desenvolvimento da educação, possibilitando uma visão abrangente dos alunos e com isso, estabelecer metas visando melhorar a qualidade do ensino ofertado.

2.6. Projetos e Programas Desenvolvidos na Rede Pública Municipal

O Programa CIDADE ESCOLA é proposta de trabalho da Secretaria de Educação de Jahu, na perspectiva de educação integrada. É composto por vários projetos da própria Secretaria de Educação, através do Núcleo de Programas Especiais e Informatização (NPEI).

Tem como objetivo oferecer oficinas dentro e fora da unidade escolar, valendo-se de programas criados pela própria Secretaria de Educação das parcerias com outras secretarias de governo municipal, governo federal e/ou do setor privado, sempre com o objetivo de oferecer aprendizagem através de pontes entre a escola e outros lugares e/ou Instituições.

Alguns projetos da CIDADE ESCOLA:

- Aprendendo na Natureza;
- Aprendendo no Cinema;
- Projeto Encantando;
- Projeto Turismo Boa Vizinhança;
- Jogos da Primavera;
- Educar para o Patrimônio;
- Viva Vôlei;
- Cores da Vida (Distrito de Potunduva e Jardim Maria Luiza IV);
- Centro de Línguas Municipal;
- Ciranda Cidadã;
- AME (Atendimento Multidisciplinar ao Educando).

2.7. Outros Programas desenvolvidos pela Rede Pública Municipal:

- Alfabetização na Idade Certa – Jahu aderiu ao Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC proposta pelo Ministério da Educação (MEC). Por conta disso a Secretaria de Educação do Município de Jahu promove capacitações presenciais aos professores. O objetivo é alfabetizar todas as crianças até 08 anos de idade. Participam dos encontros aproximadamente 200 professores da rede pública municipal;
- Ler e Escrever – Trata-se de um programa estadual que traz como proposta um material pedagógico com uma abordagem construtivista, tendo como foco o desenvolvimento das habilidades da leitura e da escrita. As propostas metodológicas são desenvolvidas

com alunos do 1º ao 5º ano da Rede Pública Municipal de Jahu, sendo oferecidas capacitações para os professores que ministram estas aulas;

- Programa Mais Educação: instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo decreto nº 70.083/10 constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar de no mínimo 7 horas diárias e a organização curricular da Educação Integral.

Optam por desenvolver atividades nos macro-campos de acompanhamento pedagógico, Educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura Digital, Promoção da Saúde, Comunicação e Uso de Mídias, Investigação no Campo das Ciências da Natureza e de Educação Econômica.

Participam desse programa 13 Escolas Municipais e 02 Estaduais, com possibilidade de ampliação de mais 05 escolas municipais até o final de 2016.

2.8. Formação Docente no Ensino Fundamental:

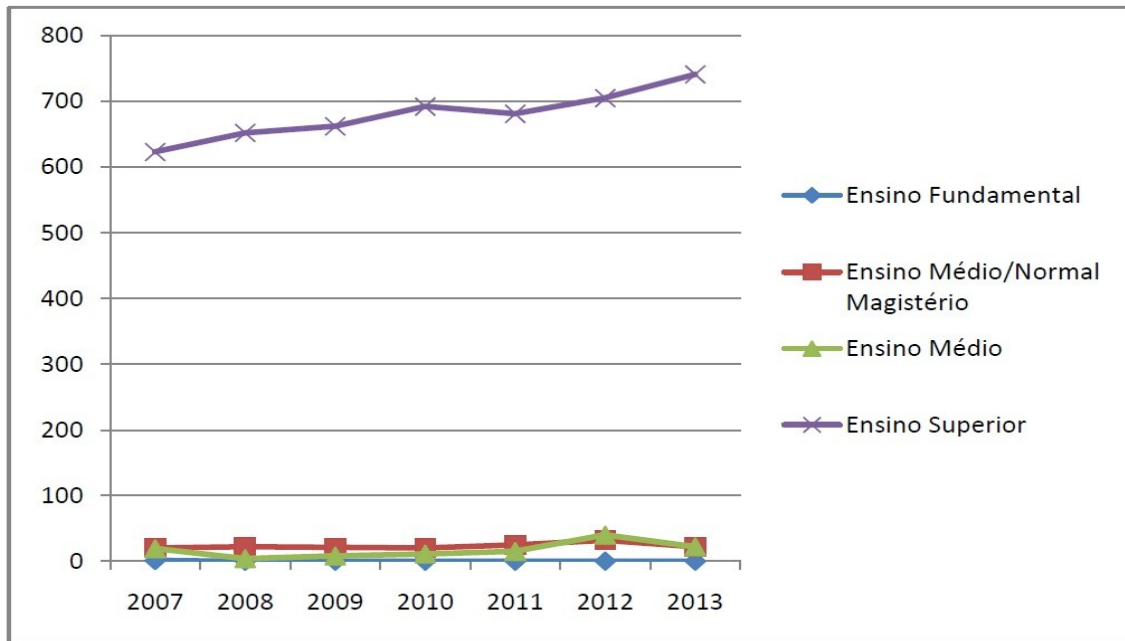
Quanto à formação dos docentes da Rede Municipal de Ensino Fundamental, por escolaridade, temos:

Tabela 59.

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	0,2%	1	3%	20	2,9%	19	94%	623
2008	0%	0	3,2%	22	0,6%	4	96,2%	652
2009	0%	0	3%	21	1,2%	8	95,8%	662
2010	0%	0	2,8%	20	1,5%	11	95,7%	692
2011	0%	0	3,5%	25	2,1%	15	94,5%	681
2012	0%	0	4,1%	32	5,1%	40	90,7%	705
2013	0%	0	2,8%	22	2,8%	22	94,4%	741

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Figura 23. Formação dos Docentes do Ensino Fundamental



Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Com a tabela e gráfico acima, constata-se que 94,4% dos professores da etapa do Ensino Fundamental de toda a rede municipal já possuem algum diploma de curso superior.

Tabela 60. Porcentagem de professores dos anos finais do Ensino Fundamental que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua
2009	100% 346	99,7% 345	59,2% 205	48% 166
2010	100% 377	98,9% 373	56% 211	44,8% 169
2011	100% 443	98,6% 437	69,5% 308	55,5% 246
2012	100% 473	99,8% 472	79,7% 377	64,1% 303
2013	100% 489	99,6% 487	82% 401	62,4% 305

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 61. Disciplina: Língua Portuguesa

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Língua Portuguesa	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	78	100%	78	46,2%	36	43,6%	34
2010	100%	85	100%	85	43,5%	37	37,6%	32
2011	100%	86	97,7%	84	75,6%	65	73,3%	63
2012	100%	88	98,9%	87	78,4%	69	71,6%	63
2013	100%	94	98,9%	93	78,7%	74	71,3%	67

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 62. Disciplina: Matemática

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Matemática	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	73	98,6%	72	64,4%	47	47,9%	35
2010	100%	82	97,6%	80	61%	50	45,1%	37
2011	100%	84	97,6%	82	70,2%	59	46,4%	39
2012	100%	90	100%	90	90%	81	64,4%	58
2013	100%	90	100%	90	94,4%	85	62,2%	56

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 63. Disciplina: História

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em História	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	50	100%	50	80%	40	56%	28
2010	100%	54	100%	54	77,8%	42	61,1%	33
2011	100%	51	100%	51	84,3%	43	68,6%	35
2012	100%	56	100%	56	87,5%	49	73,2%	41
2013	100%	61	100%	61	80,3%	49	62,3%	38

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 64. Disciplina: Geografia

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Geografia	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	49	100%	49	81,6%	40	65,3%	32
2010	100%	53	100%	53	77,4%	41	58,5%	31
2011	100%	45	100%	45	95,6%	43	73,3%	33
2012	100%	55	100%	55	89,1%	49	63,6%	35
2013	100%	57	100%	57	94,7%	54	59,6%	34

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 65. Disciplina / Ciências

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Ciências	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	49	100%	49	51%	25	46,9%	23
2010	100%	53	96,2%	51	43,4%	23	37,7%	20
2011	100%	50	100%	50	84%	42	84%	42
2012	100%	55	100%	55	89,1%	49	83,6%	46
2013	100%	57	100%	57	78,9%	45	70,2%	40

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 66. Disciplina: Filosofia

Ano	Total		Com curso superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Filosofia	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	4	100%	4	50%	2	0%	0
2010	100%	2	100%	2	0%	0	0%	0
2011	100%	2	100%	2	100%	2	50%	1
2012	100%	3	100%	3	100%	3	33,3%	1
2013	100%	4	100%	4	100%	4	25%	1

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 67. Disciplina: Educação Física

Ano	Total		Com curso superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Educação Física	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2011	100%	43	97,7%	42	25,6%	11	23,3%	10
2012	100%	42	100%	42	95,2%	40	92,9%	39
2013	100%	40	100%	40	97,5%	39	97,5%	39

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 68. Disciplina: Arte

Ano	Total		Com curso superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Arte	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2011	100%	34	97,1%	33	26,5%	9	14,7%	5
2012	100%	33	100%	33	18,2%	6	3%	1
2013	100%	32	100%	32	37,5%	12	31,3%	10

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 69. Disciplina: Língua Estrangeira

Ano	Total		Com curso superior		Com licenciatura		Com licenciatura em alguma língua estrangeira	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2009	100%	43	100%	43	34,9%	15	32,6%	14
2010	100%	48	100%	48	37,5%	18	33,3%	16
2011	100%	48	100%	48	70,8%	34	37,5%	18
2012	100%	51	100%	51	60,8%	31	37,3%	19
2013	100%	54	98,1%	53	72,2%	39	37%	20

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Diante dos quadros acima relacionados à porcentagem de professores dos anos finais que tem licenciatura na área que atuam, conclui-se, com exceção da disciplina de Educação Física, a falta de professores licenciados nas diversas áreas é extremamente preocupante e reflete diretamente na qualidade de ensino e na motivação dos alunos em seguir adiante seus estudos. Temos uma carência de formação de docentes.

As maiores defasagem estão nas disciplinas: Filosofia (mesmo não sendo obrigatória, é solicitada posteriormente no Ensino Médio), Arte, Língua Estrangeira, Geografia, Matemática, História.

Quanto à formação docente do Ensino Fundamental com pós-graduação, tem-se:

1. Etapa Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Tabela 70. Professores do Ensino Fundamental com Pós-graduação

Ano	Todas as redes		Municipal		Estadual		Privada	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	35,3%	127	46,7%	100	9,8%	6	28%	28
2008	48,4%	177	62,6%	139	25,9%	15	32,4%	33
2009	49,5%	192	59,8%	147	32,8%	19	34%	34
2010	50%	190	58,5%	165		0	26,9%	28
2011	51,5%	189	59,5%	163		0	29,3%	29
2012	45,2%	197	49,1%	171		0	29,2%	28
2013	59,3%	235	67%	205		0	37,1%	36

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela Educação

Tabela 71. Porcentagem de professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental com Superior completo e com Pós-graduação Stricto Sensu

Ano	Com superior completo		Com pós-graduação Stricto Sensu	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2007	89,9%	222	0,4%	1
2008	94,5%	239	0,4%	1
2009	92,9%	261	0%	0
2010	91,7%	255	0,4%	1
2011	89%	243	0,7%	2
2012	84,6%	275	0,6%	2
2013	93,3%	280	0,7%	2

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 72. Rede Pública:

Ano	Com superior completo		Com pós-graduação Stricto Sensu	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2007	91,1%	163	0,6%	1
2008	94,9%	169	0,6%	1
2009	94%	187	0%	0
2010	91,9%	182	0,5%	1
2011	90,5%	171	1,1%	2
2012	82,7%	210	0,8%	2
2013	93,5%	203	0,9%	2

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 73. Rede Privada

Ano	Com superior completo		Com pós-graduação Stricto Sensu	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2007	87,3%	62	0%	0
2008	93,6%	73	0%	0
2009	90,7%	78	0%	0
2010	91,4%	74	0%	0
2011	86,5%	77	0%	0
2012	92,1%	70	0%	0
2013	93%	80	0%	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

2. Etapa Ensino Fundamental - Anos Finais:

Tabela 74.

Ano	Todas as redes		Municipal		Estadual		Privada	
2007	11,2%	46	28,6%	14	3,9%	11	21,9%	28
2008	31,2%	130	65,1%	28	25%	76	39,3%	46
2009	34,6%	132	52,2%	24	30,5%	81	39,3%	44
2010	31%	126	49%	24	28,1%	80	33%	37
2011	29,3%	120	39,6%	19	25,4%	73	36%	40
2012	25,4%	108	31,5%	17	21,4%	64	34,2%	38
2013	29,7%	129	48,9%	23	26,5%	78	31%	39

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela Educação

2.9. Metas e Estratégias para o Ensino Fundamental:

Meta 1: “Universalizar o Ensino Fundamental para toda a população de 6 (seis) a 14 (catorze) anos e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar”.

Estratégias:

- 1.1. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 1.2. Realizar censo educacional para identificar a demanda a ser atendida;
- 1.3. Garantir que as escolas ofereçam oportunidades de recuperação contínua e paralela aos alunos que apresentarem dificuldades no desenvolvimento das competências, habilidades e conteúdos requeridos para o ano/série em que estiverem cursando a fim de evitar a retenção;
- 1.4. Adotar programas de correção de fluxo escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade/ano em todo o Sistema de Ensino de Jahu;

- 1.5. Garantir a organização até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, turmas não superiores a 25 alunos, de 1º ao 5º ano, e não superiores a 30 alunos, de 6º ao 9º ano;
- 1.6. Fortalecer, em colaboração com as famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças de 6 (seis) a 14 (catorze) anos na Escola;
- 1.7. Garantir o acesso ao ensino público gratuito aos que, por algum motivo, não frequentaram a escola na idade esperada e aos deficientes e portadores com necessidades educacionais especiais.

Meta 2: “Implantar progressivamente o atendimento em período integral, em no mínimo 50%, a crianças e adolescentes na Rede Pública de Ensino até o final da vigência deste Plano”.

Estratégias:

- 2.1. Assegurar que, em cinco anos, as escolas atendam à totalidade dos requisitos de infraestrutura definidos, adequando os espaços e ambientes escolares para garantir o funcionamento da escola em período integral;
- 2.2. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatro, cinemas e planetários;
- 2.3. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionado a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com as atividades recreativas, esportivas e culturais;
- 2.4. Garantir, até o quinto ano da vigência deste Plano, transporte para que os alunos de áreas rurais tenham acesso à mesma qualidade e diversidade de atividades que os demais alunos da rede pública municipal;
- 2.5. Aumentar progressivamente a participação das escolas públicas no Programa Mais Educação.

Meta 3: “Construir, ampliar e adequar as escolas para atendimento da demanda e para realização de um trabalho pedagógico de qualidade”.

Estratégias:

- 3.1. Ampliar as parcerias com governo federal e uso de recursos próprios do município para garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos acessíveis nas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, considerando as especificidades das faixas etárias;
- 3.2. Estabelecer, para a Secretaria de Educação do Município e às Unidades Escolares, módulos adequados de pessoal para garantir padrões de qualidade para a gestão da educação;
- 3.3. Disponibilizar a população jauense o Centro Integrado de Desenvolvimento Educacional, com os seguintes equipamentos: Escola de Educação Infantil com 16 salas de aula, Escola de Ensino Fundamental, anos iniciais, com 10 salas de aulas, além de Anfiteatro, Quadra Poliesportiva e Piscina semi-olímpica, que atenderá o Jardim Cila de Lucio Bauab, com capacidade para 700 matrículas no Ensino Fundamental anos iniciais;
- 3.4. Promover convênio junto ao FNDE o projeto de construção de uma Unidade Escolar de Ensino Fundamental, anos iniciais, no Jardim Juliana, contemplando a população residente no Residencial Frei Galvão e adjacências.

Meta 4 “Garantir uma política de formação continuada dos profissionais da educação”.

Estratégia:

- 4.1. Incentivar a participação dos professores das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, bem como dos demais profissionais que atuam nessas escolas, em congressos, simpósios, encontros, fóruns e outros eventos relacionados à educação, dentro do Programa de Formação Contínua de Educadores.

Meta 5: “Assegurar nos Sistemas de Ensino do Município de Jahu os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental e à diversidade”.

Estratégias:

- 5.1. Assegurar condições de aprendizagem a todos os alunos deficientes mediante ampliação de salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e de uma equipe multidisciplinar;
- 5.2. Garantir a matrícula dos alunos deficientes em classes regulares heterogêneas;
- 5.3. Garantir uma convivência baseada na cordialidade, no respeito e na atenção bem como na valorização do pluralismo e do confronto de ideias, na tolerância e na cooperação como meios de desenvolvimento de capacidades para a convivência integrada e não discriminatória.
- 5.4. Garantir o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena e de conteúdos que levem em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia, assim como de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, nos moldes da legislação em vigor.

Meta 6: “Fomentar a qualidade do Ensino Fundamental como melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, através da efetiva gestão democrática da educação, de modo a elevar as médias nacionais do IDEB”.

Estratégias:

- 6.1. Realizar Fórum sobre organização curricular para revisar a matriz curricular com base na reflexão sobre a organização do ensino, aproximando os conteúdos ministrados do cotidiano dos educandos, promovendo aprendizado com significado, com o objetivo de eliminar a fragmentação de conteúdo;
- 6.2. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 6.3. Elaborar o Plano de Gestão Escolar de forma coletiva tendo como objetivo o exercício da cidadania, buscando um trabalho educacional voltado ao atendimento da diversidade, contando com programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores;

6.4. Garantir a progressiva utilização dos recursos de tecnologia durante as atividades escolares tornando as aulas mais atrativas e prazerosas.

Meta 7: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental”

Estratégias:

7.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Educação Infantil, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores (as) e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

7.2. Garantir instrumentos de avaliação nacional, periódicos e específicos, para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como o uso de instrumentos de avaliação e monitoramento próprios, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental;

7.3. Articular as ações de alfabetização desenvolvidas na sala de aula da Rede Pública Municipal com as Salas de Recursos (A.E.E.) e o A.M.E. (Atendimento Multidisciplinar ao Educando);

7.4. Fomentar o desenvolvimento e a divulgação de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos considerando as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

7.5. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

7.6. Dar continuidade na formação continuada de professores da Rede Pública Municipal no programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

3. Ensino Médio

3.1. Histórico:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/ 1996), em seu artigo 21, afirma que o Ensino Médio é a etapa final da educação básica, ou seja, conclui uma etapa de escolarização geral, visando a formação para a cidadania, para o mundo do trabalho e para o prosseguimento de estudos.

O direito à educação está pautado na legislação educacional brasileira, sendo apresentado como dever da família e do Estado, cabendo, ainda, ao Estado a democratização do acesso e permanência dos jovens na escola, assim como a garantia da qualidade na educação, com a finalidade de desenvolver plenamente o educando.

Conforme Art. 35 da LDBEN as finalidades do Ensino Médio são:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Com o objetivo de alcançar a universalização do Ensino Médio à população de 15 a 17 anos de idade, foram criadas políticas públicas no estado assim como, a criação do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

O Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, de acordo com o MEC, instituído pela Portaria nº971/2009, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é uma estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. O objetivo deste programa é oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação do tempo escolar, integrando à sua formação, atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com conteúdos curriculares organizados a partir de um planejamento interdisciplinar, construído coletivamente.

No Brasil, pouco mais da metade dos jovens terminam o Ensino Médio aos 19 anos de idade: 54,3%. O indicador foi calculado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Penal) de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com as projeções da Meta 4 do Todos Pela Educação, em 2013, esse percentual deveria ser de 84% para o Ensino Médio.

Segundo a assessoria de imprensa do IBGE, a elevada frequência escolar bruta dos jovens de 15 a 17 anos (84,3%) não significa que eles estavam no nível adequado à faixa etária. As proporções dos que frequentavam o Ensino Médio subiu de 44,2% em 2004 para 55,2% em 2013, elevando a taxa de frequência escolar líquida. Com isso, caiu a proporção desses jovens no Ensino Fundamental, reduzindo de 34,7% em 2004 para 26,7% em 2013. Nessa faixa etária, os brancos possuíam uma taxa de frequência escolar líquida 14,4 pontos percentuais acima dos jovens pretos ou pardos (49,3%). As mulheres tinham frequência escolar líquida 9,9 pontos percentuais maiores do que a dos homens (50,3%).

A distorção idade-série atingia quase metade dos estudantes de 13 a 16 anos em 2004 (47,1%) e 41,4% em 2013, totalizando cerca de 3,7 milhões de estudantes. Em 2013, as regiões Norte (55,2%) e Nordeste (52,2%) tiveram as maiores taxas.

No Ensino Médio, o IDEB registrado no país foi de 3,7 pontos, o mesmo registrado em 2011. O índice ficou abaixo da meta de 3,9 pontos projetada pelo MEC para o ano de 2013.

Os índices reúnem a rede pública (estadual e municipal) e privada.

Considerando o IDEB total, que reúne a rede pública e privada, 23 estados ficaram abaixo da meta projetada para eles no índice. Os únicos que ficaram acima da média foram Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Goiás.

3.2. Dados estatísticos do Ensino Médio no Município de Jahu:

No Município de Jahu o nível de Ensino Médio é ofertado pelas redes pública estadual e particular, a saber:

Tabela 75. Escolas Estaduais (Fonte: PRODESP):

EE. Alvaro Fraga Moreira
EE. Prof. Antonio Terézio M. Peixoto
EE. Prof. Dr. Benedicto Montenegro
EE. Caetano Lourenço de Camargo
EE. Dr. Domingos de Magalhães
EE. Frei Galvão
EE. João Pacheco de Almeida Prado
EE. José Nicolau Piragine
EE. Dr. Lopes Rodrigues
EE. Major Prado
EE. Tolentino Miraglia
EE. Prof ^a Ana Franco da Rocha Brando
EE. Prof. Tullio Espindola de Castro
Colégio Agrícola Prof. Urias Ferreira
ETEC Joaquim Ferreira do Amaral

Tabela 76. Escolas Particulares (Fonte: PRODESP):

Academia Horário Berlinck
Centro Educacional de Jahu
Centro Educacional Sesi 026
Colégio ADV
Colégio Núcleo de Interação Educativa
Colégio Porto Alvorada
Colégio Prevê de Jahu
Colégio São Lucas
Fundação Educacional Dr. Raul Bauab

Segundo a Fundação Seade, a população de Jahu em idade escolar de 15 a 17 anos apresentava os seguintes números: ano de 2010 = 5.930; 2011 = 5.959; 2012 = 5.982 e 2013 = 6.009.

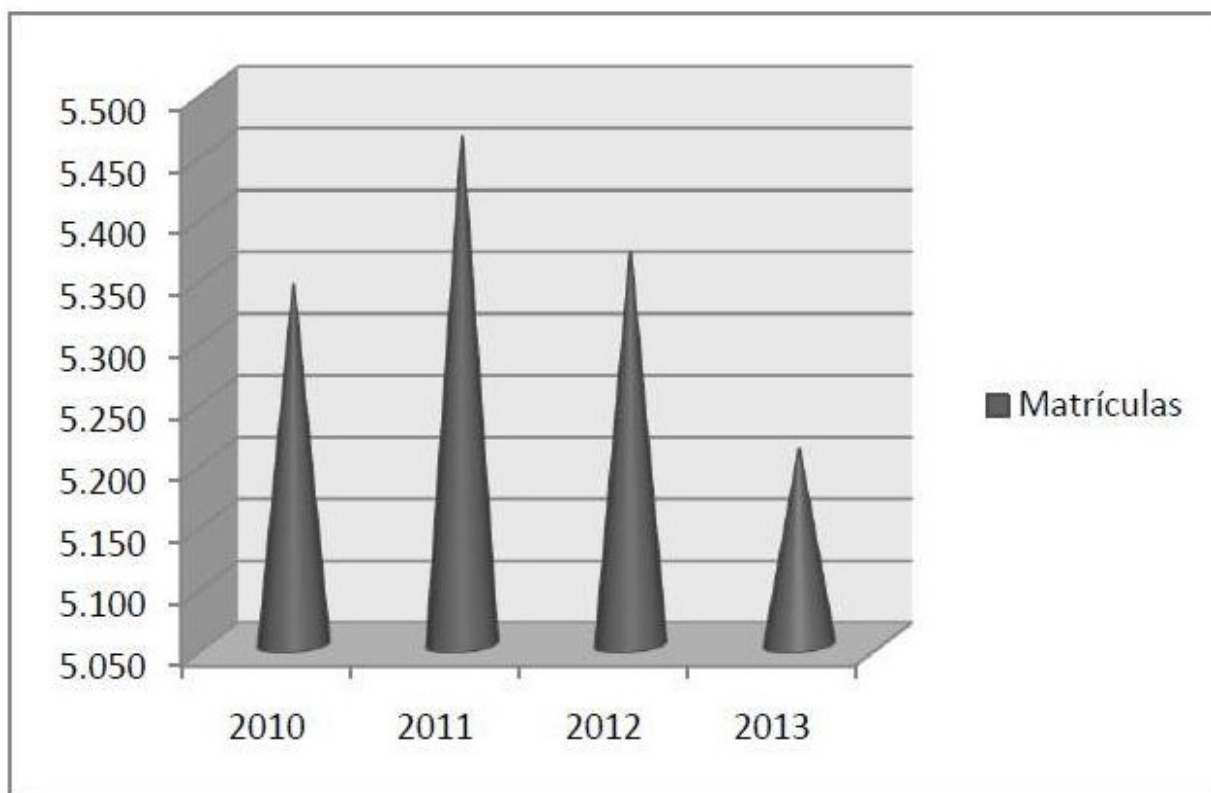
Quanto ao número de matrículas no Ensino Médio, tem-se:

Tabela 77.

Ensino médio regular						Ensino médio integrado a educação profissional				
Redes:	Turno	2010	2011	2012	2013	Turno	2010	2011	2012	2013
Estadual	D	2.201	2.494	2.727	2.795	D	80	89	73	111
	N	1.823	1.633	1.321	1.167	N	-	-	-	-
	Total	4.024	4.127	4.048	3.962	Total	80	89	73	111
Privada	D	991	1.091	1.039	996					
	N	246	214	207	139					
	Total	1.237	1.245	1.246	1.135					
Total Geral							5.341	5.461	5.367	5.208

Fonte: Fundação Seade

Figura 24. Matrículas do Ensino Médio



Considerando a população em idade escolar de 15 a 17 anos nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, de acordo com dados da Fundação Seade, podemos dizer que:

- Em 2010, 90% dessa faixa etária estava matriculada;
- em 2011, 91,6%;
- em 2012, 89,7% e,
- em 2013, 86,7% estavam matriculados. Nota-se um pequeno aumento de 2010 para 2011, e após, queda constante do número de matriculados. Comparando-se os anos de 2010 e 2013 o número dessa população em idade escolar passou de 5.930 para 6.009, ou seja, teve um aumento mínimo de 1,33%.

Quanto à questão do acesso, a rede pública estadual nos últimos anos vem garantindo o acesso através da oferta de vagas compatíveis com a demanda.

Segue abaixo, taxas de aprovação, abandono, reprovação e concluintes do ensino médio:

Tabela 79. Taxa de Aprovação

Taxa de Aprovação	2010	2011	2012	2013
Taxa de Aprovação do Ensino Médio (Em %)	86,5	89,9	89,9	89,5
Taxa de Aprovação do Ensino Médio – Rede Estadual (Em %)	83,5	87,7	87,8	87,5
Taxa de Aprovação do Ensino Médio – Rede Municipal (Em %)	-	-	-	-
Taxa de Aprovação do Ensino Médio – Rede Particular (Em %)	96,6	97,3	96,8	96,8

Fonte: Fundação Seade

Figura 25. Taxa de Aprovação do Ensino Médio

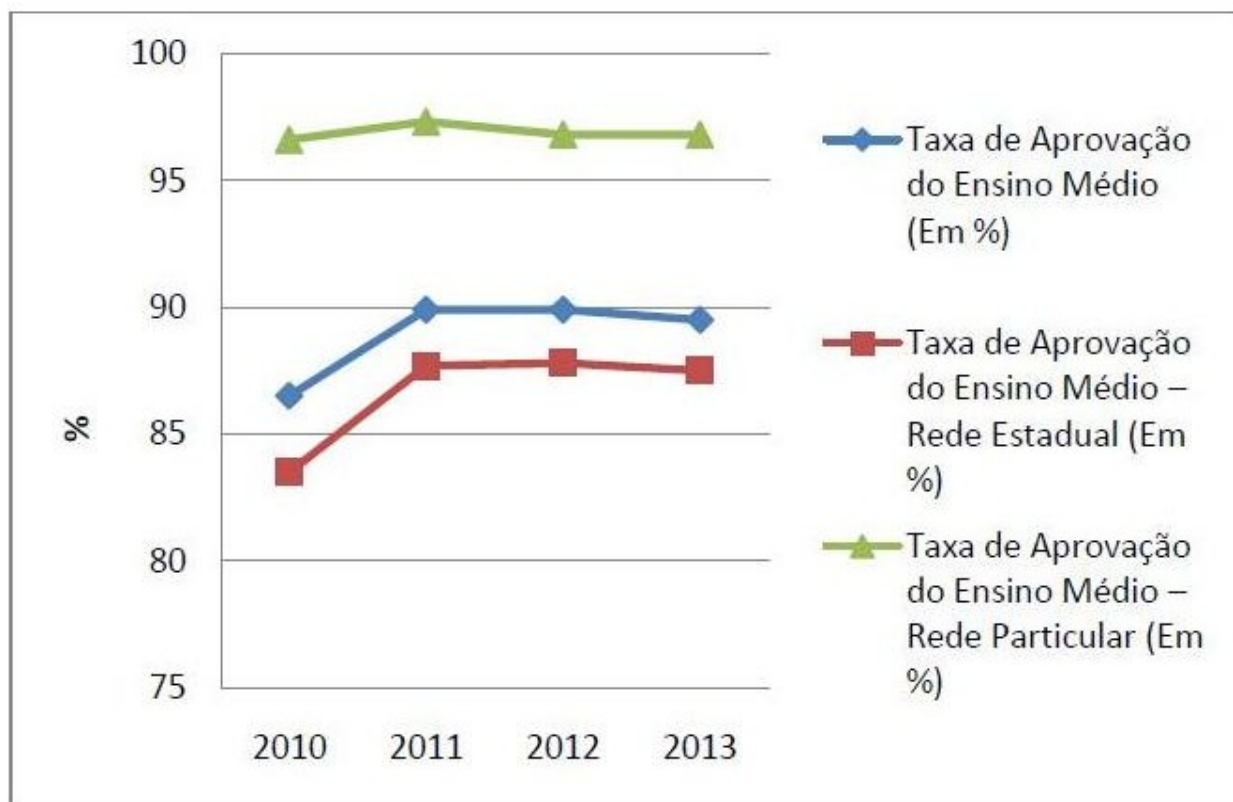


Figura 79. Taxa de Abandono

Taxa de Abandono	2010	2011	2012	2013
Taxa de Abandono do Ensino Médio (Em %)	7,7	5,2	4,8	5,0
Taxa de Abandono do Ensino Médio – Rede Estadual (Em %)	10,0	6,8	6,3	6,4
Taxa de Abandono do Ensino Médio – Rede Municipal (Em %)	-	-	-	-
Taxa de Abandono do Ensino Médio – Rede Particular (Em %)	0,1	-	-	0,1

Fonte: Fundação Seade

A evasão escolar no Ensino Médio de Jahu, nas escolas públicas estaduais, ora diminui, ora aumenta, mas os motivos sociais, econômicos e particulares com relação aos valores de família desses jovens matriculados devem ser considerados.

Figura 26. Taxa de Abandono do Ensino Médio

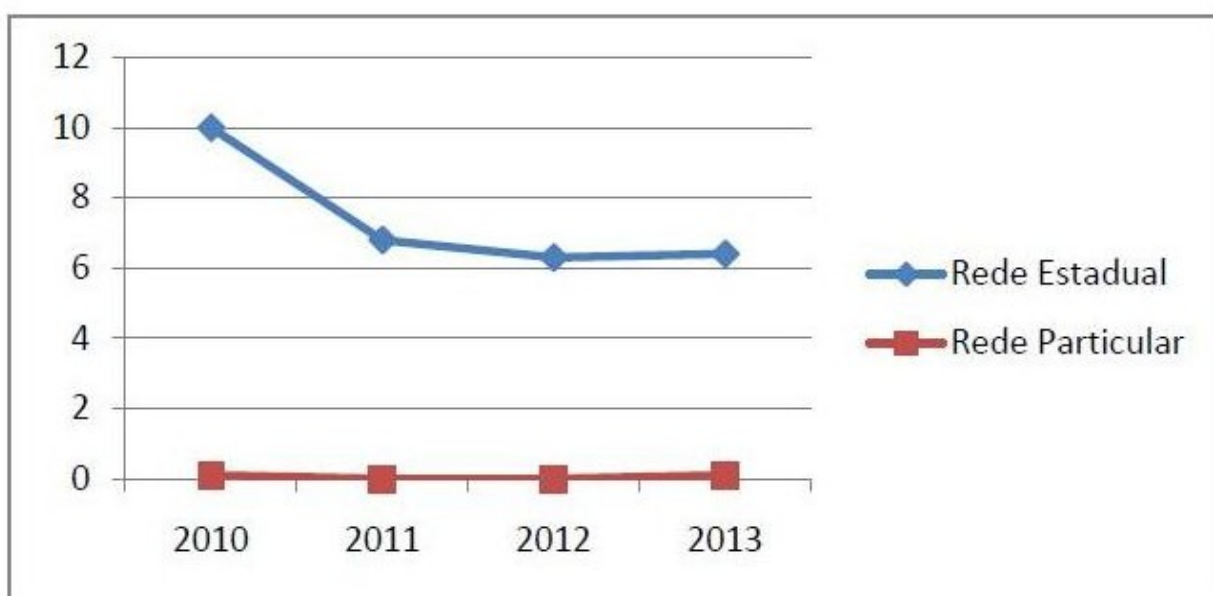
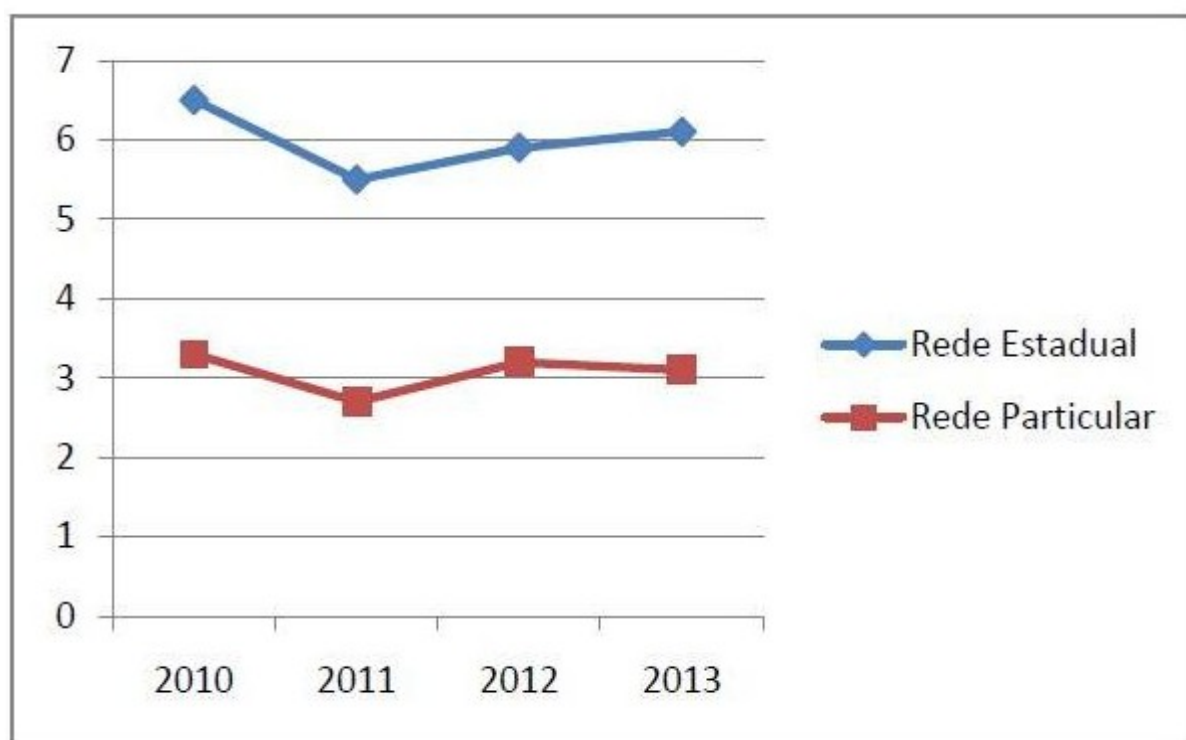


Tabela 80. Taxa de Reprovação

Taxa de reprovação	2010	2011	2012	2013
Educação - Taxa de Reprovação do Ensino Médio (Em %)	5,8	4,9	5,3	5,5
Educação - Taxa de Reprovação do Ensino Médio – Rede Estadual (Em %)	6,5	5,5	5,9	6,1
Educação - Taxa de Reprovação do Ensino Médio – Rede Municipal (Em %)	-	-	-	-
Educação - Taxa de Reprovação do Ensino Médio – Rede Privada (Em %)	3,3	2,7	3,2	3,1

Fonte: Fundação Seade

Figura 27. Taxa de Reprovação do Ensino Médio



Comparando os índices, nota-se que após uma queda de 1,0 percentual na taxa de reprovação do Ensino Médio público estadual de 2010 a 2011, o índice voltou a se elevar gradativamente, sendo necessária aplicação de medidas de motivação de permanência desses alunos, num esforço coletivo e articulado para que o cenário atual desta etapa de ensino seja revertido.

Tabela 81. Concluintes

Concluintes do Ensino Médio	2010	2011	2012
Educação - Concluintes do Ensino Médio	1.225	1.391	1.574
Educação - Concluintes do Ensino Médio – Rede Estadual	869	1.037	1.132
Educação - Concluintes do Ensino Médio – Rede Municipal	-	-	-
Educação - Concluintes do Ensino Médio – Rede Particular	356	354	442

Fonte: Fundação Seade

Tabela 82. Distorção Idade-Série

Distorção Idade-Série – Ensino Médio	2011	2012	2013
Distorção Idade-Série – Ensino Médio – todas as redes (Em %)	13,0	10,9	9,9
Distorção Idade-Série - Ensino Médio - Rede Pública (Em %)	15,6	12,8	11,4
Distorção Idade-Série – Ensino Médio – Rede Estadual (Em %)	15,6	12,8	11,4
Distorção Idade-Série – Ensino Médio – Rede Municipal (Em %)	NA	NA	NA
Distorção Idade-Série – Ensino Médio – Rede Privada (Em %)	4,3	4,7	4,8

Fonte: Fundação Seade

Nota-se que enquanto a distorção idade-série da Rede Pública Estadual vem diminuindo, na Rede Privada essa distorção vem aumentando.

Na Rede Pública Estadual, a distorção idade/ série é minimizada através do processo de reclassificação.

3.3. IDESP das Escolas Estadual do Ensino Médio:

Tabela 83.

Unidade Escolar	IDESP 2012	IDESP 2013	IDESP 2014
EE. Álvaro Fraga Moreira	2,32	2,17	2,47
EE. Caetano Lourenço de Camargo	1,85	1,69	1,93
EE. Dr. Domingos de Magalhães	3,51	3,29	3,48
EE. Dr. Lopes Rodrigues	3,32	3,15	3,26
EE. Dr. Tolentino Miraglia	1,85	1,74	1,14
EE. Frei Galvão	1,78	1,61	1,92
EE. Major Prado	1,65	1,71	1,45
EE. Prof. Dr. Benedicto Montenegro	1,23	1,08	1,67
EE. Prof. José Nicolau Piráquine	2,06	2,19	2,52
EE. Prof. Túllio Espindola de Castro	2,08	2,08	1,27
EE. Prof. Antonio Terézio M. Peixoto	1,77	1,116	1,99

Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Jahu

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo), apesar de se constituírem em medidas diferentes, nota-se uma ligeira progressão, porém, como em todo estado e país, nossas escolas públicas estaduais de Ensino Médio necessitam de uma melhora considerável, no sentido de atrair os jovens, de oferecer algo mais significativo.

3.4. Formação Docente no Ensino Médio:

No Ensino Médio, quanto à formação de professores tem-se:

Tabela 84. Porcentagem de professores do Ensino Médio que tem licenciatura na área em que atuam

Ano	Total	Com superior	Com licenciatura	Com licenciatura na área em que atua				
2009	100%	353	99,2%	350	51,8%	183	40,8%	144
2010	100%	388	96,9%	376	50,5%	196	38,9%	151
2011	100%	436	99,1%	432	67,2%	293	47%	205
2012	100%	432	99,3%	429	72,2%	312	53,9%	233
2013	100%	444	100%	444	81,3%	361	60,6%	269

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 85. Disciplina: Matemática

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Matemática	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	60	96,7%	58	53,3%	32	46,7%	28
2010	100%	60	95%	57	51,7%	31	43,3%	26
2011	100%	64	98,4%	63	62,5%	40	43,8%	28
2012	100%	59	100%	59	89,8%	53	78%	46
2013	100%	61	100%	61	88,5%	54	73,8%	45

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 86. Disciplina: Língua Portuguesa

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Língua Portuguesa	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	48	100%	48	35,4%	17	31,3%	15
2010	100%	60	100%	60	43,3%	26	38,3%	23
2011	100%	59	100%	59	76,3%	45	71,2%	42
2012	100%	61	100%	61	72,1%	44	65,6%	40
2013	100%	63	100%	63	82,5%	52	74,6%	47

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 87. Disciplina: História

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em História	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	38	100%	38	84,2%	32	78,9%	30
2010	100%	41	97,6%	40	82,9%	34	78%	32
2011	100%	41	100%	41	85,4%	35	78%	32
2012	100%	39	97,4%	38	76,9%	30	71,8%	28
2013	100%	40	100%	40	82,5%	33	80%	32

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 88. Disciplina: Geografia

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Geografia	
	%	N	%	N	%	N	%	N
2009	100%	40	100%	40	72,5%	29	67,5%	27
2010	100%	41	100%	41	73,2%	30	65,9%	27
2011	100%	41	100%	41	95,1%	39	90,2%	37
2012	100%	41	100%	41	90,2%	37	82,9%	34
2013	100%	43	100%	43	97,7%	42	88,4%	38

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 89. Disciplina: Química

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Química	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	34	100%	34	35,3%	12	17,6%	6
2010	100%	39	92,3%	36	33,3%	13	17,9%	7
2011	100%	38	94,7%	36	47,4%	18	26,3%	10
2012	100%	36	100%	36	38,9%	14	25%	9
2013	100%	39	100%	39	66,7%	26	33,3%	13

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 90. Disciplina: Física

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Física	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	36	97,2%	35	38,9%	14	8,3%	3
2010	100%	42	95,2%	40	35,7%	15	7,1%	3
2011	100%	41	100%	41	46,3%	19	14,6%	6
2012	100%	40	100%	40	67,5%	27	20%	8
2013	100%	37	100%	37	75,7%	28	24,3%	9

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 91. Disciplina: Biologia

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Biologia	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	38	100%	38	50%	19	39,5%	15
2010	100%	38	94,7%	36	47,4%	18	36,8%	14
2011	100%	37	100%	37	91,9%	34	62,2%	23
2012	100%	39	100%	39	94,9%	37	64,1%	25
2013	100%	39	100%	39	94,9%	37	61,5%	24

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 92. Disciplina: Filosofia

Ano	Total		Com superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Filosofia	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	19	100%	19	68,4%	13	31,6%	6
2010	100%	26	100%	26	57,7%	15	23,1%	6
2011	100%	25	100%	25	88%	22	24%	6
2012	100%	25	100%	25	72%	18	24%	6
2013	100%	26	100%	26	69,2%	18	19,2%	5

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 93. Disciplina: Educação Física

Ano	Total		Com curso superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Educação Física	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2011	100%	25	100%	25	20%	5	16%	4
2012	100%	25	100%	25	96%	24	96%	24
2013	100%	30	100%	30	100%	30	93,3%	28

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 94. Disciplina: Arte

Ano	Total		Com curso superior		Com licenciatura		Com licenciatura em Arte	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2011	100%	27	96,3%	26	22,2%	6	11,1%	3
2012	100%	26	92,3%	24	7,7%	2	0%	0
2013	100%	27	100%	27	37%	10	25,9%	7

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 95. Disciplina: Língua Estrangeira

Ano	Total		Com curso superior		Com licenciatura		Com licenciatura em alguma língua estrangeira	
	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd
2009	100%	40	100%	40	37,5%	15	35%	14
2010	100%	41	97,6%	40	34,1%	14	31,7%	13
2011	100%	38	100%	38	78,9%	30	36,8%	14
2012	100%	41	100%	41	63,4%	26	31,7%	13
2013	100%	39	100%	39	79,5%	31	53,8%	21

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

De acordo com os dados acima, observa-se que todos os professores que atuavam na etapa do Ensino Médio (444) do Município de Jahu durante o ano de 2013, possuíam curso superior, mas com licenciatura específica na área de atuação, somente 60,6%, ou seja 269 profissionais.

As áreas com mais professores com licenciaturas específicas nas disciplinas que atuaram em 2013 foram: Educação Física (93,3%), Geografia (88,4%), História (80%), Língua Portuguesa (74,6%) e Matemática (73,8%) e as disciplinas com maiores defasagem foram:

- Língua Estrangeira – defasagem de 46,2%;
- Química – defasagem de 66,7%;
- Arte – defasagem de 74,1%;
- Física – defasagem de 75,7%;
- Filosofia – defasagem de 80,8%.

Tabela 96. Professores do Ensino Médio com Pós-graduação

Ano	Todas as redes		Municipal		Estadual		Federal		Privada	
2007	13,1%	50		0	4,5%	10		0	23,2%	41
2008	30,9%	116		0	30,5%	76		0	31,9%	44
2009	32,9%	125		0	30,8%	74		0	35,9%	55
2010	29,6%	122		0	27,7%	74		0	33,1%	52
2011	30,9%	125		0	28,5%	76		0	35,5%	54
2012	29,6%	120		0	26,4%	72		0	36,7%	55
2013	31,6%	133		0	30,7%	87		0	34%	52

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Com relação à Pós-graduação, dos 444 da rede de professores do Ensino Médio em 2013, somente 139 possuíam pós-graduação, ou seja, 31,3%. Faz-se necessário a introdução de um processo contínuo de autoavaliação das escolas em nível de Ensino Médio, por meio de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se as estratégias do PDDE Interativo, na melhoria contínua da qualidade educacional, por meio da formação continuada dos professores atuantes e incentivos ao prosseguimento de estudos nas etapas de pós-graduação.

3.5. Meta e Estratégias para o Ensino Médio:

Meta: “Formar jovens autônomos e solidários, a fim de que se tornem competentes para compreender as exigências do novo mundo do trabalho. Permitir ao educando conquistar a autoconfiança, autodeterminação, autoestima, autonomia, capacidade de planejamento, altruísmo, perseverança, elementos imprescindíveis no desenvolvimento de suas habilidades e competências na conquista de sua identidade pessoal e social”.

Estratégias:

1. Ampliar, construir e reformar escolas de Ensino Médio respeitando a infraestrutura preconizada na legislação vigente, de acordo com a demanda;
2. Desenvolver ações junto ao Governo Estadual para aprovação de projetos de construção de 02 (duas) Escolas Estaduais para atendimento à clientela dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, no Distrito de Potunduva e no Jardim Dona Emília, com verbas do FDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação), com contrapartida do Município de Jahu na doação dos respectivos terrenos;

3. Fomentar a expansão das matrículas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população, com oportunidade de parcerias com o Sistema “S” e Etecs;
4. Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho;
5. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem;
6. Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde;
7. Implantar e/ou implementar laboratório de Ciências, Física e Informática nas Unidades Escolares Públicas de Ensino Médio, por meio de convênio com os governos Federal e Estadual, fazendo com que essas disciplinas tenham sentido para os alunos e possam ser vistas como algo prático presente no seu cotidiano, não apenas preenchendo o espaço de uma disciplina no currículo;
8. Modernizar as bibliotecas, física, humana, tecnológica e de suportes e informação, com acervos direcionados a clientela do Ensino Médio, satisfazendo suas necessidades informacionais, proporcionando a ideia de utilidade e de ser um centro de informação e prazeres literários;
9. Apoiar e aderir projetos/programas que viabilizem a fruição de bens e espaços culturais, bem como a ampliação e incentivo da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
10. Acompanhar o programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados com dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.
11. Criar cursinho pré-vestibular público ou realizar parceria com entidade que já o disponibilize, para atender à sociedade em geral.

B- MODALIDADES DE ENSINO

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1. *Histórico da Educação Especial:*

A Constituição Federal, garante aos portadores de necessidade especial o direito de acesso ao ensino regular, conforme o artigo 208, inciso III, assim como a Lei

10.845/2004 institui a Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com necessidades especiais.

A LDBEN/96, seguindo a mesma linha da Constituição de 1988, reafirma o princípio da igualdade de acesso e permanência na escola bem como o atendimento educacional especializado dos portadores de necessidades especiais, realizado preferencialmente na rede regular de ensino.

Ela também define a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar que perpassa numa ação transversal em todos os níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior, bem como as demais modalidades: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissionalizante. Essa Modalidade de ensino deve ser oferecida preferencialmente na Rede Regular de Ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, ou seja, portadoras de deficiências visuais, auditivas, físicas, mentais e múltiplas, e portadoras de altas habilidades/superdotadas, de condutas típicas e de outras necessidades educativas especiais.

Neste contexto, o paradigma educacional da escola inclusiva no Brasil foi se consolidando desde os anos finais do século XX. Vivemos um momento educacional de abertura e reforma da instituição escolar, quando o processo de inclusão constitui um movimento mundial, visto como uma realidade sem volta, já que muitos são os países que apontam como senso comum, a prioridade de oferecerem oportunidades iguais a todos os educandos. (SODRÉ; PLETSCHE; BRAUN, 2003, p. 62).

Desta forma, algumas alterações têm sido positivamente registradas no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas, como decorrência das políticas públicas de educação que têm preconizado a democratização de acesso de toda a população às escolas regulares. Com índice de matrículas em torno de 97,6% no Ensino Fundamental, pode-se concluir que a meta de escolarização universal encontra-se muito próxima de ser alcançada (BRASIL, 2010). Dentre as políticas brasileiras de educação inclusiva mais recente, a mais importante é a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”.

Um importante passo foi dado rumo à inclusão social das pessoas com deficiência auditiva: a publicação do Decreto nº 5626, que regulamenta a lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Segundo o decreto, a Libras deverá ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do Magistério, em todos os níveis, e nos cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino públicas e privadas e nos sistemas federal, estadual e municipal de ensino. A regulamentação do decreto significa que as instituições de ensino, da educação básica ao ensino superior, deverão, desde agora, proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Para que a inclusão ocorra é necessário uma flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e

adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais. Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível. Nesse sentido, direcionamos nossa atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo.

1.2. Diagnóstico da Educação Especial do Município de Jahu:

As tabelas abaixo mostram as matrículas dos alunos nos últimos anos em nossa cidade.

Tabela 97. Por tipo de Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação

Ano	Cegueira		Baixa visão		Surdez		Deficiência auditiva		Surdocegueira		Deficiência intelectual		Deficiência física		Deficiência múltipla		Transtorno global do desenvolvimento		Altas habilidades / superdotação	
2009	0%	0	31,6%	12	57,9%	11	7,7%	2	0%	0	14,4%	55	0%	0	8,8%	3	1,8%	1	0%	0
2010	0%	0	27,9%	12	43,8%	7	18,2%	4	0%	0	12,2%	59	6%	5	3,6%	2	14,1%	11	100%	1
2011	50%	1	23,8%	10	75%	12	44,8%	13	0%	0	31,9%	167	20,5%	18	5,2%	3	18,5%	12	100%	1
2012	33,3%	1	22,5%	9	57,1%	12	33,3%	9	0%	0	34,4%	209	18,4%	19	8,6%	7	20,8%	22	100%	1
2013	33,3%	1	15,6%	5	58,8%	10	31,8%	7	0%	0	26,1%	150	16,7%	17	10,9%	7	11,9%	12	100%	1

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 98. Porcentagem de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação matriculados em classes comuns

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
2007	6%	32	37%	198	57%	305
2008	10%	59	31,5%	186	58,5%	346
2009	12,8%	79	31,9%	197	55,3%	341
2010	12,4%	82	29,9%	198	57,8%	383
2011	10,6%	73	27,2%	188	62,2%	429
2012	8,1%	65	23,2%	186	68,7%	552
2013	6,6%	52	22,5%	176	70,8%	554

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 99. Rede Pública:

Ano	Classes Comuns		Escolas Exclusivas		Classes Especiais	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	90,1%	290	0%	0	9,9%	32
2008	84,8%	329	0%	0	15,2%	59
2009	80,3%	323	0%	0	19,7%	79
2010	81,7%	365	0%	0	18,3%	82
2011	84,6%	402	0%	0	15,4%	73
2012	89%	526	0%	0	11%	65
2013	90,9%	520	0%	0	9,1%	52

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 100. Rede Privada:

Ano	Classes Especiais		Escolas Exclusivas		Classes Comuns	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	0%	0	93%	198	7%	15
2008	0%	0	91,6%	186	8,4%	17
2009	0%	0	91,6%	197	8,4%	18
2010	0%	0	91,7%	198	8,3%	18
2011	0%	0	87,4%	188	12,6%	27
2012	0%	0	87,7%	186	12,3%	26
2013	0%	0	83,8%	176	16,2%	34

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 101. Rede Privada: Escolas Particulares:

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº
2007	48,3%	14	0%	0	51,7%	15
2008	53,1%	17	0%	0	46,9%	15
2009	51,4%	18	0%	0	48,6%	17
2010	42,9%	18	0%	0	57,1%	24
2011	42,2%	27	0%	0	57,8%	37
2012	100%	26	0%	0	0%	0
2013	100%	34	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 102. Rede Privada: Escolas Comunitárias, Confessionais ou Filantrópicas:

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
2007	0,5%	1	0%	0	99,5%	183
2008	0%	0	0%	0	100%	171
2009	0%	0	0%	0	100%	180
2010	0%	0	0%	0	100%	174
2011	0%	0	0%	0	100%	151
2012	0%	0	0%	0	100%	186
2013	0%	0	0%	0	100%	176

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 103. Rede Privada: Escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas / Conveniadas com o poder público

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
2007	0,5%	1	0%	0	99,5%	183
2008	0%	0	0%	0	100%	171
2009	0%	0	0%	0	100%	180
2010	0%	0	0%	0	100%	174
2011	0%	0	0%	0	100%	151
2012	0%	0	0%	0	100%	186
2013	0%	0	0%	0	100%	176

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 104. Etapa: Educação Infantil

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
2007	40,4%	38	0%	0	59,6%	56
2008	52,5%	32	0%	0	47,5%	29
2009	72%	18	0%	0	28%	7
2010	47,9%	23	0%	0	52,1%	25
2011	32,3%	20	0%	0	67,7%	42
2012	50%	25	0%	0	50%	25
2013	55,8%	29	0%	0	44,2%	23

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 105. Etapa: Ensino Fundamental Anos Iniciais

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2007	59,9%	124	15,5%	32	24,6%	51
2008	53,7%	122	26%	59	20,3%	46
2009	27,5%	98	22,2%	79	50,3%	179
2010	30,2%	110	22,3%	81	47,5%	173
2011	51,2%	230	16,3%	73	32,5%	146
2012	59,6%	333	11,6%	65	28,8%	161
2013	59,3%	299	10,3%	52	30,4%	153

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 106. Etapa: Ensino Fundamental - Anos Finais

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2007	97%	97	0%	0	3%	3
2008	100%	131	0%	0	0%	0
2009	100%	178	0%	0	0%	0
2010	99,5%	193	0,5%	1	0%	0
2011	100%	142	0%	0	0%	0
2012	100%	151	0%	0	0%	0
2013	100%	165	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 107. Etapa: Ensino Médio

Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2007	100%	6	0%	0	0%	0
2008	100%	7	0%	0	0%	0
2009	100%	18	0%	0	0%	0
2010	100%	27	0%	0	0%	0
2011	100%	20	0%	0	0%	0
2012	100%	35	0%	0	0%	0
2013	100%	47	0%	0	0%	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A Prefeitura do Município de Jahu, por meio da Secretaria de Educação, preocupada em atender alunos com necessidades educacionais especiais de forma plena,

assessorar o corpo docente da rede municipal e orientar as unidades escolares mantêm em funcionamento o Atendimento Multidisciplinar ao Educando (AME).

O AME (Atendimento Multidisciplinar ao Educando), que tem como objetivo atender aos alunos e às famílias das crianças em situação de dificuldade no aprendizado, tratando também dos problemas sociais e familiares. Uma equipe composta por profissionais especializados oferece serviços psicológicos, fonoaudiológicos e psicopedagógicos às crianças e também aos pais, professores e diretores de escola.

O Núcleo de Atendimento Multidisciplinar ao Educando (AME) da Secretaria de Educação contempla todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Jahu, desde os anos iniciais da Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Os serviços orientados pelo Núcleo se fazem presentes nas 18 EMEFs, 25 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e 13 creches municipais, beneficiando aproximadamente 13 mil alunos (direta ou indiretamente), através de atendimentos às crianças e/ou aos pais, orientações e capacitações de professores, monitores, intérpretes e demais agentes envolvidos no processo educacional. Todos os estabelecimentos de ensino da rede são assistidos.

A equipe do AME atua com 79 profissionais, entre os quais fonoaudiólogas, psicólogas, psicopedagogas, pedagogas, professores especialistas (salas de AEE) e monitores.

Para contemplar os alunos com necessidades educacionais especiais, o Município conta com salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), distribuídas entre CMEIs e EMEFs.

Os alunos que passam por avaliação e são diagnosticados pelo AME seguem em atendimento no contraturno escolar de uma a três vezes por semana; estudantes que apresentam dificuldade ou transtornos de aprendizado também recebem apoio do Núcleo. Muitas vezes a família desconhece que o aluno possui algum tipo de necessidade educacional especial e isso acaba sendo percebido na escola. Os alunos avaliados pela equipe especializada do AME são encaminhados aos programas adequados ao seu comprometimento.

Para otimizar o trabalho desenvolvido pelo AME, a equipe do Núcleo realiza reuniões com professores especialistas que atuam nas AEEs, monitores de educação que acompanham os alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula do ensino regular e oferecem capacitações aos profissionais da rede municipal de ensino.

São eles: sala de AEE (deficiências, transtornos do comportamento,

superdotação e altas habilidades); Programa de Intervenção Psicopedagógica (transtornos de aprendizagem); Programa de reforço (dificuldades de aprendizagem).

Tabela 108. Número de Funções Docentes no Atendimento Educacional Especializado da Rede:

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2009	6	6	0
2010	10	10	0
2011	18	15	3
2012	21	19	2
2013	19	16	3

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 109. Número de Tradutores e Intérpretes de Libras da Rede

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2011	0	0	0
2012	3	3	0
2013	3	3	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 110. Número de Funções Docentes que Lecionam Libras da Rede:

Ano	Todas as redes	Pública	Privada
2007	0	0	0
2008	0	0	0
2009	0	0	0
2010	0	0	0
2011	3	3	0
2012	3	3	0
2013	3	3	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

1.3. Ações desenvolvidas pelo Atendimento Multidisciplinar ao Educando

(AME):

* Atendimento psicopedagógico nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), com profissionais capacitadas e orientadas pela equipe do AME em encontros quinzenais, com estudos de caso e planejamento direcionado para as necessidades dos alunos atendidos;

* Parceria com a Secretaria de Saúde com o objetivo de criar um caminho acessível e prático, desde o processo de encaminhamento do estudante até o diagnóstico multidisciplinar e medidas de intervenção;

* Projeto “Hora da Fono”: de caráter preventivo, a ação visa minimizar as dificuldades de fala e escrita junto às crianças da Educação Infantil; serve também como suporte para que os professores percebam com antecedência alunos com necessidades específicas;

* Projeto de orientação para Reforço Escolar: atua no desenvolvimento de estratégias complementares às aplicadas em sala de aula para assegurar a aprendizagem dos estudantes;

* 17 (dezessete) salas de Atendimento Especializado ao Educando (AEE) no Ensino Fundamental (EMEFs) e uma (1) na Educação Infantil (CMEIs), utilizadas para o estímulo e o auxílio de crianças com diagnósticos diferenciados de deficiência, transtorno de desenvolvimento ou de aprendizagem;

* Parceria com instituições e órgãos (APAE, Conselho Tutelar, Clínica SORRI (Bauru/SP)) que facilitam a troca de informações e o acompanhamento das necessidades específicas dos alunos atendidos pelo AME;

* Aquisição de testes específicos e recomendados pelo Conselho de Psicologia para avaliação diagnóstica;

* Acompanhamento, capacitação e suporte aos Monitores que trabalham diariamente com as crianças com necessidades especiais atendidas pelo Município;

* Formações continuadas para aprimoramento de professores especialistas que atuam nas salas de AEE e lidam com as diferentes necessidades dos alunos encaminhados;

• Reuniões com equipes gestoras das unidades escolares, estabelecendo rede de atendimento e suporte que contemple tanto as conveniências da escola, quanto aos estudantes em suas necessidades especiais ou de diagnóstico.

Porcentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais em uso:

Tabela 111. Rede Municipal Urbana

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais		Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso		Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2009	0%	0	0%	0	0%	0
2010	5,3%	3	5,3%	3	0%	0
2011	11,1%	6	9,3%	5	1,9%	1
2012	17,9%	10	17,9%	10	0%	0
2013	14,5%	8	14,5%	8	0%	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 112. Rede Estadual Urbana

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais		Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso		Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso	
	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade
2009	18,8%	3	12,5%	2	6,3%	1
2010	38,5%	5	38,5%	5	0%	0
2011	23,1%	3	23,1%	3	0%	0
2012	46,2%	6	46,2%	6	0%	0
2013	46,2%	6	46,2%	6	0%	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

obs.: Não temos escolas nem salas de recursos multifuncionais na zona rural

Tabela 113. Rede Privada

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais		Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso		Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
2009	0%	0	0%	0	0%	0
2010	0%	0	0%	0	0%	0
2011	3,2%	1	3,2%	1	0%	0
2012	3,1%	1	3,1%	1	0%	0
2013	3,1%	1	3,1%	1	0%	0

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

1.4. Instituições Privadas de Atendimento à Educação Especial:

1.4.1. APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

A APAE-Jahu é uma entidade que está consciente de seu papel histórico e desde março de 1965 se dedica ao atendimento de pessoas portadoras de deficiências, sendo a 3ª mais antiga do Estado de São Paulo e a 17ª mais antiga do Brasil. Só para se ter uma ideia do que esses dados representam, atualmente somam mais de 300 entidades no Estado de São Paulo e mais de 2.000 em todo o País. Hoje a APAE atende em prédio próprio onde funciona a escola, a ala ambulatorial, administrativa e fisioterapia. Está voltada para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação para o trabalho. Áreas de atuação: Pedagógica, Educação Física, Dança, Capoeira, Informática. Também está voltada para o currículo funcional com adequação à idade cronológica, comunicação alternativa, integração e estimulação sensorial. Existe uma equipe do programa composta por: Diretor, 01 coordenador, 07 pedagogos, monitor, professor de Educação Física, professor de Capoeira, professor de Dança e professor de Informática e uma equipe de apoio do programa composta por fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psiquiatra, pediatra, neuropediatra, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, técnico em enfermagem, nutricionista e assistente social.

Atualmente beneficia mensalmente com atendimento gratuito, uma média de 500 pessoas de nossa comunidade, sendo cerca de 190 alunos com atendimentos em dois períodos distintos, incluindo serviço de transporte escolar, assistência social, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, equoterapia, psicologia, médico, dentário e nutricional. O restante da população atendida mensalmente recebe serviços na área de saúde em fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia através de convênio com o SUS.

A escola também desenvolve um programa de atendimento específico para crianças diagnosticadas com autismo, com atividades interdisciplinares qualitativas, visando seu desenvolvimento cognitivo, comunicativo e social.

1.4.2. ESCOLA ESPECIAL AUTISTA Professora SOPHIA OTTONI GUIMARÃES DO AMARAL (Associação Pais, Amigos e Educadores de Autismo)

Encontra-se localizada na AVENIDA DO CAFE, 103 - VILA IVAN; telefone: 14 36261079; Jahu/SP.

A escola desenvolve atividades especiais com crianças e adolescentes assegurando seis direitos sociais. Seu principal objetivo é a inclusão da criança e do adolescente com deficiência múltipla na sociedade, família e escola.

A Associação de Pais, Amigos e Educadores de Autistas de Jahu foi formada por pais absolutamente comuns, todos com confrontos diários extremos. Estes pais perceberam que sem a ajuda de políticas mais humanas e inclusivas e que sem o apoio da sociedade não teriam a menor chance de dar um futuro digno e feliz para seus filhos.

A luta começou quando estes pais da cidade de Jahu receberam mesmo que tardiamente, o diagnóstico dos filhos: Autismo. Foram mais de seis anos de esforço e dedicação dos familiares, eram crianças, jovens e adultos com espectro do autismo sem atendimento algum. Por volta de 1996 os pais se reuniram, juntaram as dores e então, finalmente em 05/11/2002 deu início o caminho da Associação de Pais, Amigos e Educadores do Autista de Jahu.

O primeiro passo da associação foi implantar uma escola que pudesse atender e acompanhar seus filhos: a Escola Especial do Autista Professora. Sophia Ottoni Guimarães do Amaral.

O espaço da sala de aula é organizado de maneira a permitir que o trabalho decorra dessa forma, sem estímulo desnecessário e onde cada atividade tenha uma razão funcional, estimulando a independência e autonomia e a comunicação de cada aluno, envolvendo-o em atividades adequadas ao seu nível de desenvolvimento e que despertem seu interesse. A rotina diária é um recurso muito importante, mas deve ser dosado para não cair no erro de conservar estereotípias ao invés de aprendizagens novas.

Concluindo, a escola está crescendo em bases confiáveis. É necessário reconhecer que não está pronta e que a formação e estudo são exigentes e tem que ser permanente. Atendemos hoje 60 alunos e temos aproximadamente umas 20 crianças na fila de espera.

1.4.3. AMAI (Associação Movimento Assistência ao Deficiente Físico)

Está localizada à Avenida Dr. Gustavo Chiozi, s/nº, Chácara Dr. Lopes, e se caracteriza pelo atendimento as crianças com necessidades especiais priorizando o seu bem estar físico, psíquico e social viabilizando sua inclusão na sociedade. Atende crianças de 7 (sete) a 14 (catorze) anos de idade.

1.4.4. ASJA (Associação dos Surdos de Jahu)

A história da ASJA teve seu primeiro passo na década de 20 quando, na família Ramazzine nasceram 9 filhos, sendo 4 ouvintes e 5 surdos.

A notícia se espalhou e um jovem rapaz, desconhecido, veio do Rio de Janeiro até Jahu para ensinar LIBRAS aos cinco irmãos surdos.

Em meados de 1970, os irmãos Mário e Antonio Ramazzine começaram a difundir a Língua entre os outros surdos, uma vez que havia poucos recursos naquela época, e muitos surdos nunca tinham tido contato antes com a Língua.

Após quase 25 anos de muita luta, no dia 21 de Maio de 2000, com o apoio da Prefeitura local, a Associação dos Surdos de Jahu recebe sua primeira sede, localizada na Rua Pereira de Toledo nº 233, instalações mantidas por 14 anos.

Atualmente a ASJA possui uma nova sede, conquistada em Junho de 2011. Instalada no endereço Ângelo Ometto nº 62 Bairro Vila Maria. A ASJA possui novos projetos de desenvolvimento, promovendo festas de confraternização, cursos de LIBRAS, Reuniões Diretivas, entre outros eventos.

A ASJA exerce um papel muito importante para a comunidade em geral, pois atua como facilitadora entre o relacionamento de surdos e ouvintes pela Língua Brasileira de Sinais.

Com o apoio das Leis de interpretação em LIBRAS, a entidade já capacitou mais de 300 profissionais, entre eles professores, médicos, dentistas, psicólogos, gerentes industriais, comerciantes e estudantes.

1.5. Metas e Estratégias para a Educação Especial:

Meta 1: “Assegurar o acesso e permanência à Educação Básica do aluno com necessidade especial (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação) de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos em todos os níveis de ensino; preferencialmente na rede regular de ensino”.

Meta 2: “Garantir o atendimento dos alunos com necessidades especiais através de sistema educacional inclusivo, em turmas com número de alunos menor do que as demais classes do mesmo nível de ensino”.

Estratégias:

1. Assessorar as escolas públicas municipais com alunos com deficiências, transtornos do espectro autista altas habilidades ou superdotação, orientando a equipe escolar quanto à acessibilidade curricular e quanto à evolução do aluno mediante as avaliações/atendimentos prestados pela equipe de intervenção (AME);
2. Oferecer reuniões de estudos nas escolas de ensino regular sobre aprendizagem com ritmos diferenciados e os princípios da Educação Inclusiva, assim como outros desafios encontrados;
3. Envolver a participação da família e articulação com as demais políticas públicas Municipais, Estaduais e Federais; com auxílio do Atendimento Educacional Especializado - AEE poderá ser realizado nas unidades escolares da Rede Pública Municipal, quando devidamente constado no Plano de Gestão da escola;
4. Oferecer períodos de capacitação aos profissionais da educação em LIBRAS, comunicação alternativa e Tecnologia Assistiva e Educacional entre outros;
5. Oferecer às escolas públicas municipais, recursos e equipamentos específicos bem como a sua utilização de forma a atender com qualidade às necessidades educacionais dos alunos, por meio de serviços de apoio existentes;
6. Oferecer serviço de apoio pedagógico na sala de recurso multifuncional de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas unidades de Ensino Regular da Rede Pública Municipal em período contrário para todos os alunos que necessitam;
7. Dar continuidade aos serviços e projetos desenvolvidos pelo AME aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais da Rede Pública Municipal;
8. Construção de mais unidades AME da Rede Pública Municipal, com a finalidade de atendimento em bairros como pólos, para atender a demanda de forma descentralizada, oferecendo mais rapidez ao atendimento, em parceria com a Secretaria de Saúde;
9. Manutenção de equipe multidisciplinar, formada por psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, para avaliação/atendimento a todos os alunos da escola pública municipal e ampliação posteriormente com neurologista, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional;
10. Orientação pedagógica aos docentes e demais profissionais da escola visando a dinamização das ações educativas, para garantir processo de melhoria contínua da qualidade no atendimento;
11. Dar continuidade à subvenção à Associação dos Pais e Amigos do Excepcional e Escola do Autista;
12. Garantir a oferta de educação bilíngue, em língua brasileira de sinais – Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, a

estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 14 (catorze) anos, em escolas inclusivas;

13. Criar cargos específicos e provê-los por meio de concurso público para profissionais da educação (professores) para atuarem nas salas de AEE da Rede Pública Municipal;
14. Criar cargo específico na Rede Pública Municipal para formador de intérprete de libras e provê-lo por meio de concurso público de provas e títulos, cujos requisitos para investidura no cargo serão definidos em edital próprio;
15. Adequar, de acordo com a legislação, o espaço físico às necessidades dos alunos com deficiências, garantindo sua melhor locomoção em todas as unidades escolares;
16. Proporcionar atendimento adequado as crianças que apresentam Transtornos e Dificuldades de aprendizagem através do atendimento psicopedagógico em 60% das unidades escolares;
17. Prover por meio de concurso público de provas e títulos na Rede Pública Municipal, o cargo de Psicopedagogo para o atendimento nas unidades escolares, com preenchimento de no mínimo 60% do total de vagas nas UEs.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1. Histórico:

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que perpassa a Educação Básica desde a alfabetização no Ensino Fundamental até a conclusão no Ensino Médio. Uma modalidade de ensino, portanto, direcionada aos cidadãos maiores de 15 anos que não tiveram oportunidade na idade certa ou não tiveram sucesso na escolarização básica. A idade mínima é 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio.

A EJA como é conhecida a Educação de Jovens e Adultos é um direito público subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Em decorrência das leis gerais, teremos um arcabouço legislativo que ampara não somente o direito ao acesso de jovens e adultos à escolarização básica, mas a regularidade da oferta de vagas, o direito a permanência e a continuidade de políticas públicas que visam esse atendimento. Sem mencionarmos que a EJA possui diretrizes curriculares nacionais, assim como participação em diversos programas federais, tais como o Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Alimentação Escolar e está coberta em seu financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Nos dias atuais a EJA está consubstanciada nos moldes da Educação para Todos e não pode mais ser vista como educação supletiva ou aligeirada. Encerra sua atuação na educação ao longo da vida, como modalidade essencial para a qualificação plena de todos os cidadãos, como reparação de uma injustiça social histórica em nosso país e a possibilidade de equalização das oportunidades.

2.2. Diagnóstico:

Jahu apresenta 131.040 habitantes segundo o Censo 2010 do IBGE. A taxa de analfabetismo em Jahu vem decaindo dos últimos 20 anos. Porém, ainda apresenta um número importante de analfabetos.

Tabela 114. Taxa de Analfabetismo da População com 15 anos ou mais

1991	2000	2010
11,71	7,42	4,71

Fonte: Fundação SEADE

O índice aponta uma diminuição nos últimos 20 anos, mas ainda insuficiente para erradicar o analfabetismo na cidade de Jahu. Existe, portanto, uma demanda decrescente, mas ainda significativa para alfabetização de jovens e adultos.

Tabela 115. Taxa de Analfabetismo por faixa etária – Jahu

Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - 2010 – total	4,71%
Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade Grupos de idade 15 a 24 anos - ano 2010	1%
Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade Grupos de idade 25 a 59 anos - ano 2010	3%
Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade Grupos de idade com mais de 60 anos- ano 2010	15,8%

Fonte: Censo IBGE 2010

A maior taxa configura-se na faixa com mais de 60 anos, que devem ser cobertos por programas específicos. No entanto, o grupo de 25 a 59 anos ainda apresenta uma taxa que requer uma maior atenção, principalmente por ser uma população em sua maioria em

idade economicamente ativa e necessitando muitas vezes de qualificação para uma possível recolocação no mercado de trabalho.

Tabela 116. Pessoas de 15 anos ou mais de idade, Total e as Alfabetizadas, por grupos de idade – Urbana e Rural

Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – total Grupos de idade - de 15 anos ou mais	4928 Pessoas
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – taxa Grupos de idade - de 15 anos ou mais	4,72%
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – total Grupos de idade - de 15 a 24 anos	209 Pessoas
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – taxa Grupos de idade - de 15 a 24 anos	1%
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – total Grupos de idade - de 25 a 39 anos	654 Pessoas
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – taxa Grupos de idade - de 25 a 39 anos	2%
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – total Grupos de idade – de 40 a 59 anos	1406 Pessoas
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – taxa Grupos de idade - de 40 a 59 anos	4,2%
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – total Grupos de idade - de 60 anos ou mais	2659 Pessoas
Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever – taxa Grupos de idade - de 60 anos ou mais	15,8%

Fonte: Censo IBGE 2010

Percebemos ao analisar que o número de analfabetos ainda apresenta um montante elevado que precisa ser atendido próximo a sua residência. Para isso, é necessário a criação de chamada pública ou recenseamento para aqueles que estão fora da escola. São 2060 pessoas na faixa de 25 a 59 anos sem qualquer grau de instrução.

Tabela 117. Número de Não Escolarizados no Ensino Fundamental – 2010

Pessoas de 10 anos ou mais de idade sem instrução e com Ensino Fundamental incompleto
Total - 53.125 pessoas

Fonte: Censo IBGE 2010

Dentro deste contingente apresentado pela população jauense há um número de alunos de 10 a 14 anos que ainda estão em idade certa na escola. Porém, o número de cidadãos com mais de 15 anos que ainda não concluíram o Ensino Fundamental é alto em relação ao total da população de 131.040 pessoas. Teremos uma população de 10 a 14 anos na ordem de 9.713. Descontando esta faixa etária, teremos 43.412 moradores da cidade de Jahu com 15 anos ou mais com o Ensino Fundamental incompleto.

Tabela 118. Número de Não Escolarizados no Ensino Médio– 2010

Pessoas de 10 anos ou mais de idade sem instrução e com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto
Total – 21. 717 pessoas

Fonte: Censo IBGE 2010

O número de pessoas residentes na cidade de Jahu com Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto torna-se outro desafio que é a conclusão de toda a trajetória da Educação Básica.

Tabela 119. Número de Pessoas com Ensino Médio Completo– 2010

Pessoas de 10 anos ou mais de idade com Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto
Total – 21. 155 pessoas

Fonte: Censo IBGE 2010

Segundo dados do Censo IBGE 2010, de uma população de 131.040 pessoas, 109.885 não possuem o Ensino Médio, descontando as faixas etárias de 0 a 19 anos com 36.750, teremos 73.135 pessoas sem a conclusão do Ensino Médio.

O atendimento atual para a Educação de Jovens e Adultos apresenta os seguintes números para diversas redes nos últimos quatro anos:

Tabela 120. Atendimento por Rede de Ensino 2012-2015

	2012	2013	2014	2015
Rede Pública Estadual de Ensino	778	828	445	2379
Rede Pública Municipal de Ensino	316	297	270	428
Rede Particular de Ensino	419	509	421	141
Total	1.513	1.634	1.136	2.948

Fonte: Diretoria Regional de Ensino/SME Jahu/SESI

Tabela 121. Atendimento Atual por Segmento e por Rede de Ensino

	Ensino Fundamental 1º Segmento	Ensino Fundamental 2º Segmento	Ensino Médio
Rede Estadual de Ensino	_____	805	1574
Rede Municipal de Ensino	117	189	_____
Rede Particular de Ensino	_____	51	90
Total	117	1.045	1.664

Fonte: Diretoria Regional de Ensino/SME Jahu/SESI

No ano de 2015, a Rede Municipal de Ensino atende os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º Segmento) na EMEF Norma Botelho (CAIC), na EMEF Vereador Ângelo Ronchesel (Distrito de Potunduva) e no Jardim Maria Luiza IV. Os anos finais do Ensino Fundamental estão atendidos na EMEF Professora Norma Botelho, no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) da Rede Estadual de Ensino e na Escola do Serviço Social da Indústria (SESI). Para Ensino Médio tem-se a oferta na EE Dr. Domingos Magalhães, EE Frei Galvão, CEEJA e na Escola do SESI. Sendo que, tanto o CEEJA como o SESI oferecem vagas na modalidade semipresencial, em que o aluno cumpre uma frequência mínima, comparecimento a plantões de dúvidas e cumpre as etapas avaliativas de todos os componentes curriculares. As demais

unidades escolares atendem com cursos presenciais com frequência mínima de 75% e com avaliação ao longo do processo. A Rede Municipal de Ensino ainda atende seis turmas em um projeto especial de EJA para alunos idosos e com necessidades especiais.

Cumpra assinalar que a oferta de vagas deve atender as demandas de forma centralizada ou descentralizada conforme as necessidades dos jovens e adultos. A alfabetização e a pós-alfabetização de jovens e adultos podem ser ofertadas de maneira descentralizada, próximo ao local de residência de seus alunos com turmas reduzidas para que haja possibilidade de um trabalho pedagógico efetivo. O 2º segmento da EJA pode ser atendido em unidades centrais e descentralizadas com diversidade de propostas como curso presenciais, semipresenciais e com qualificação para o trabalho como programas como o ProJovem Urbano ou em parcerias com entidades sindicais, patronais ou da sociedade civil. O Ensino Médio segue esta indicação ou prescrição feita para o 2º Segmento do Ensino Fundamental. O esforço para a permanência do jovem e do trabalhador nas lides requer planejamento e ações de apoio de todas as esferas governamentais e de toda a sociedade civil.

2.3. Objetivos:

1. Assegurar a oferta e permanência da Educação de Jovens e Adultos aos quatro primeiros termos e quatro segundos termos do Ensino Fundamental para cidadãos de 15 anos ou mais, assim como aos três termos do Ensino Médio para os jovens de 18 anos ou mais;
2. Realizar o mapeamento da população não alfabetizada e com pouca escolaridade visando localizar a demanda e planejar a oferta e as ações para melhoria desses índices sociais no município.

2.4. Metas e Estratégias para a Educação de Jovens e Adultos:

Meta 1: “Estabelecer programas, visando alfabetizar jovens, adultos e idosos, de modo a reduzir a taxa de analfabetismo até 2025”;

Meta 2: “Avançar na escolaridade dos munícipes jauenses, permitindo a redução do contingente de cidadãos que não concluíram o Ensino Fundamental e Ensino Médio”.

Estratégias:

- 1.** Realizar estudos sobre a EJA no município com a finalidade de ampliar a oferta de vagas, implementar novas escolas, permitindo a oferta da EJA nos três períodos;
 - 1.1. Identificar a demanda da EJA nos vários níveis de ensino de acordo com as regiões estabelecidas pelo Plano Diretor, através de mapeamento das necessidades formativas por região e bairro, conjugada à análise de pobreza por região;
 - 1.2. Identificar demandas de trabalho rurais e potenciais de jovens e adultos, garantindo, quando possível, escolas de EJA nos locais próximos às moradias ou locais de trabalho dos estudantes desta modalidade.
- 2.** Garantir até 2020, a oferta de EJA para todos os segmentos e níveis de ensino e turnos de atendimento dos padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação e por este Plano Municipal de Educação;
- 3.** Flexibilizar os períodos de matrículas da EJA no município, levando em conta a real disponibilidade dos sujeitos que demandam por esta modalidade;
 - 3.1. Montar calendário de matrículas com os respectivos percursos curriculares a serem cumpridos e divulgar o calendário amplamente entre os estudantes de EJA;
 - 3.2. Mobilizar e articular parcerias visando a implementação de mecanismos que assegurem a eficiência e eficácia na divulgação dos períodos de matrícula e ações que favoreçam a permanência do aluno na EJA;
- 4.** Manutenção e adequação da oferta de turmas de EJA e do ProJovem Urbano nas escolas do ensino regular.
 - 4.1. Adaptar o mobiliário e materiais a jovens e adultos, nas escolas regulares que já oferecem tal modalidade de ensino e fixar pelo menos uma turma de EJA em turno diurno;
 - 4.2. Propor a parcerias em projetos com o SESI, SENAI e outras instituições de educação profissional, pública e privada, possibilitando que os estudantes obtenham diversas formas de interação social e acesso a educação profissional por estes ofertada.
- 5.** Realizar censo do grau de escolaridade no ato da matrícula do filho em todas as escolas do município e fazer um levantamento se os mesmos têm desejo de voltar a estudar e em que período seja adequado.
- 6.** Formular e implementar política alimentar, com cardápio nutricionalmente variado para os estudantes de EJA de unidades escolares e salas isoladas.

7. Organizar o 1º Segmento do Ensino Fundamental considerando o tempo de aprendizado dos estudantes sem vinculação direta série/termo, permitindo domínio pleno da leitura, escrita e cálculos das operações formais;

7.1. Ampliar o tempo de permanência do estudante no 1º Segmento do Ensino Fundamental permitindo assim que respeitado o ritmo de cada estudante seja possível desenvolver as habilidades e desenvolver os conteúdos necessários para a continuidade de estudos no 2º Segmento do Ensino Fundamental;

7.2. Garantir diversidade de atendimento para o combate ao analfabetismo: atendimento domiciliar, atendimento hospitalar, atendimento em empresas e entidades, horário alternativo, turmas originadas em projetos diversos.

8. Evitar a formação de turmas multiseriadas e quando isso ocorrer, que seja com um número máximo de 15 alunos no 1º Segmento e de 35 alunos no 2º Segmento de EJA visando à qualidade de ensino e aprendizagem;

9. Garantir apoio integral ao professor da EJA.

9.1. Proporcionar a cada 8 salas de EJA um professor de apoio docente que ofereça atendimento educacional especializado aos educandos com diferentes tipos e graus de deficiência de modo a assegurar condições para o seu desenvolvimento e aprendizagem;

9.2. Promover ampla divulgação dos livros a docentes da EJA, debates a respeito do material em análise e escolha de material em cada escola.

10. Implementar, anual ou semestralmente, questionário para a caracterização dos/das educandos/as em cada unidade escolar.

11. Estabelecer horário noturno de funcionamento da biblioteca nas escolas que tenham salas de EJA com livros e materiais didáticos adequados a esta modalidade de ensino.

12. Adquirir jornais, revistas, livros, programas, livros eletrônicos e outras publicações e recursos didáticos para alunos e professores da EJA.

13. Implementar políticas públicas, com articulação entre os diferentes entes federativos e com a colaboração dos atores coletivos, organizações e setores produtivos inseridos no município, garantindo recursos financeiros, materiais e pessoal qualificado com vistas a um atendimento de qualidade da demanda social por EJA.

14. Formular e implementar políticas públicas de formação continuada/permanente dos profissionais que atuam na EJA;

15. Revisar as propostas político pedagógicas, até 2019, considerando a diversidade de tempos e ritmos no processo ensino-aprendizagem mediante o turno cursado e a condição de trabalhador do estudante da EJA.

16. Montar turmas com projeto específico para jovens até 17 (dezessete) anos com defasagem série-idade;
17. Montar grupo de trabalho para análise das propostas curriculares existentes no Brasil para EJA com a finalidade de avaliar se estas atendem às especificidades das etapas do ciclo de vida em que se encontram os educandos, aproveitamento de conhecimento profissional de cada estudante, espaço físico adequado, elementos da diversidade cultural e das diferenças pessoais;
18. Estabelecer base mínima de conteúdos a serem tratados em cada segmento da EJA;
19. Realizar parcerias com empresas, sindicatos, associações e outros para a garantia da oferta de cursos profissionalizantes com acompanhamento e coordenação do poder público;
20. Garantir aos educandos visitas regulares com calendário homologado pelo órgão central às feiras de conhecimentos profissionais, às empresas, às universidades, entidades diversas e órgãos e também a museus, teatros, feiras culturais e científicas, ambientes diversos para a educação ambiental;
21. Assegurar que ao final do Ensino Fundamental, o educando obtenha certificado da EJA e qualificação profissional e/ou profissionalizante;
22. Garantir a partir de 2017, uma matriz curricular de EJA que tenha uma base nacional comum e uma parte diversificada que contemple as necessidades locais e profissionais;
23. Ofertar cursos para inclusão digital articulada a EJA;
24. Estabelecer convênios permanentes entre as secretarias municipais para a realização de eventos, campanhas, programas para a erradicação do analfabetismo e o para o aumento da escolaridade do jauense.

3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

3.1. Histórico:

A Educação Profissional no Brasil já ficou agregada ao ensino de 2º grau (hoje Ensino Médio) e após a LDBENEN, passou a ter identidade própria. O objetivo é criar cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e facilitem seu acesso ao mundo do trabalho; para profissionais que já estão no mercado, mas sentem falta de uma qualificação para exercer suas funções e também como uma ferramenta para a reinserção do trabalhador no mundo do trabalho.

A Educação Profissional Técnica precisa existir com qualidade, porque necessitamos de técnicos de nível médio com alto padrão de excelência, em todas as esferas de nossa sociedade. É missão das Escolas de Educação Profissional Técnica fazer com que o indivíduo entenda que é preciso aprender a aprender; ensiná-lo a pensar como sujeito ativo

sobre o que está fazendo e como o que ele está fazendo afetará a sociedade na qual ele está inserido. Estas responsabilidades cabem as Instituições de Ensino, que em consonância com o mundo do trabalho, devem manter a sua autonomia formando profissionais e cidadãos, contribuindo para um desenvolvimento social e econômico sustentável.

3.2. Dados Estatísticos da Educação Profissional:

Em Jahu, o número de matrículas de Educação Profissional Técnica vem crescendo desde o ano 2007. As escolas que oferecem esse nível de ensino são:

Tabela 122. Educação Profissional

Escola	Rede Pertencente
Instituto Técnico Bezerra de Menezes	Privada
Centro de Treinamento SENAI “Edward Sávio”	Privada
Instituto de Educação Profissionalizante de Jahu	Privada
Conservatório Jauense de Música	Privada
Senac Jahu	Privada
ETEC Joaquim Ferreira do Amaral	Estadual
ETEC Prof. Urias Ferreira	Estadual

Fonte: Prodesp

Figura 28. Matrículas de Educação Profissional Técnica **Tabela 123.**Nº de Matrículas



Ano	Total
2007	1.686
2008	1.687
2009	2.044
2010	2.624
2011	2.499
2012	2.529
2013	2.877

Fonte: Fund. Seade

Tabela 124. Forma de Articulação com o Ensino Médio

Ano	Integrada	Concomitante	Subsequente
2007	47	1.222	417
2008	65	1.241	381
2009	93	842	1.109
2010	80	213	2.331
2011	89	236	2.174
2012	73	326	2.130
2013	111	359	2.407

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Figura 29. Matrículas por Rede:

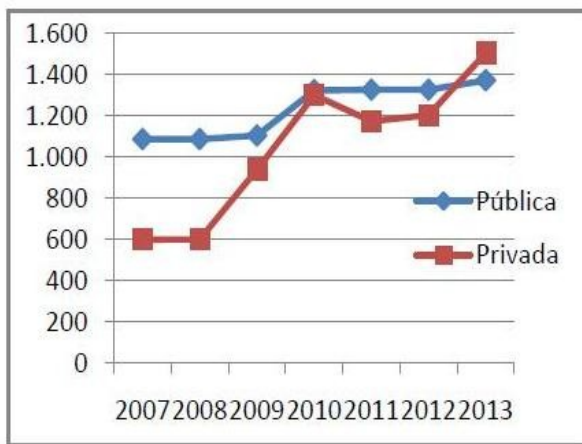


Tabela 125. Matrículas por Rede

Ano	Pública	Privada
2007	1.087	599
2008	1.087	600
2009	1.104	940
2010	1.324	1.300
2011	1.326	1.173
2012	1.326	1.203
2013	1.372	1.505

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 126. Matrículas por Localidade:

Ano	Urbana	Rural
2007	1.482	204
2008	1.488	199
2009	1.872	172
2010	2.395	229
2011	2.270	229
2012	2.300	229
2013	2.650	227

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 127. Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio das Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação/Forma de Articulação com o Ensino Médio

Ano	Rede Pública	Rede Privada	Total Geral	Ano	Integrada	Concomitante
2007	0	0	0	0	0	0
2008	0	1	1	0	1	0
2009	0	1	1	0	0	1
2010	2	0	2	0	2	0
2011	3	1	4	0	1	3
2012	1	0	1	0	0	1
2013	2	3	5	1	1	3

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Tabela 128. Relação Aluno/Professor na Educação Profissional

Ano	Todas as redes	Estadual	Privada
2007	13	13	12,2
2008	11,8	14	9
2009	11,5	15,6	8,7
2010	12,5	15,4	10,4
2011	11	14,2	8,8
2012	12	15,5	9,6
2013	15,8	15,4	15,8

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

Constatamos, através dos dados fornecidos pelo MEC/INEP, uma evolução constante no aumento de matrículas na Educação Profissional Técnica no Município de Jahu representando um crescimento de 70,6% no período de 2007 a 2013.

Podemos observar um maior crescimento da rede privada, totalizando um aumento de 151,3% no número de matrículas, enquanto a rede pública apresentou um crescimento de 26,2% em suas matrículas, ambas no período de 2007 a 2013.

A maioria das escolas do Município de Jahuestão localizadas na zona urbana, totalizando 92% do total de matrículas no Ensino Técnico. A zona rural conta com uma escola técnica (Etec Professor Urias Ferreira), totalizando 227 matrículas em 2013, representando um crescimento de 12% no número de matrículas no período de 2007 a 2013.

O índice de matrículas na Educação Profissional de Nível Médio das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apresenta um número reduzido, ressaltando a necessidade de uma maior

adequação das escolas às necessidades deste público específico.

A relação aluno/professor, nas escolas das rede estadual e privada do Município de Jahu (média de 16 alunos por professor), está adequada as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (20 alunos por professor).

3.3. Apresentação das Escolas Técnicas Profissionalizantes de Jahu

1. ETEC JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL

Histórico:

Em 1928, pela vontade e empenho de um visionário, o próspero fazendeiro e autodidata Joaquim Ferreira do Amaral (1851-1941) em uma de suas viagens à Europa, passando pela França, observou que as crianças não ficavam na rua e sim se profissionalizando em escolas. Foi aí que surgiu a ideia de que Jahu também poderia oferecer aos jovens uma escola com a mesma finalidade, isto é, com cursos de qualificação para o trabalho. Neste ano foi lançada a pedra fundamental e em 1939 foi criada, pelo decreto nº 9988 a “Escola Profissional Secundária Mista Joaquim Ferreira do Amaral” dando-se assim o início das obras.

O patrono da Escola presenciou suas obras em construção, mas não chegou a vê-la funcionando. Este sonho consolidou-se em 1942 quando começou a funcionar a então chamada 1ª série Vocacional com os cursos Industrial Básico de Fundação, Mecânica de Máquinas, Marcenaria e Corte e Costura.

Em 1943, o nome da escola passou a ser “Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral”, passando em 1951 para “Escola Técnica Joaquim Ferreira do Amaral”.

Na década de 60 a escola passou a se chamar “Ginásio Industrial Estadual Joaquim Ferreira do Amaral” oferecendo seus cursos de 5ª a 8ª série do então 1º Grau.

No início da década de 70, com a então lei de Diretrizes e Bases 5691/71, a escola passou a ser chamada “Colégio Técnico Industrial de Jahu” e teve seus cursos transformados em Cursos Técnicos de 2º Grau. Em 1976 foi inaugurado o seu outro prédio em terreno contíguo até hoje chamado carinhosamente Prédio Novo, com ele o nome de “Centro Estadual Interescolar Joaquim Ferreira do Amaral”.

Em 1978 a escola passa a se chamada de ETESG “Joaquim Ferreira do Amaral” (Escola Técnica Estadual de Segundo Grau).

Em 1985 passa a integrar às escolas da DISAETE (Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais) órgão da Secretaria da Educação.

Em fins de 1991 a escola foi transferida para a então recém-criada DEET (Divisão Estadual de Ensino Técnico) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico ficando estabelecido o funcionamento do ensino técnico e de segundo grau integrados.

Em 1993 pelo decreto nº 37735 passa a ser uma das Unidades de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, passando assim no início de

1994 a ser chamada de ETE “Joaquim Ferreira do Amaral” (Escola Técnica Estadual).

Em 1998 o curso técnico integrado ao Ensino Médio é reorganizado e passa a funcionar em sistema de ciclos, podendo então o aluno concluir o curso técnico após a conclusão do Ensino Médio ou cursar o ensino técnico em concomitância com o médio.

A escola, atualmente denominada Etec Joaquim Ferreira do Amaral participa do plano de expansão das escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Hoje já perfeitamente integrada ao novo currículo e sistemática dos cursos técnicos conta com aproximadamente 1300 alunos provenientes de 15 cidades da região consolidando os sonhos de seu patrono Joaquim Ferreira do Amaral.

Cursos Oferecidos:

- Habilitação Profissional de Técnico em Administração;
- Habilitação Profissional de Técnico em Contabilidade;
- Habilitação Profissional de Técnico em Edificações;
- Habilitação Profissional de Técnico em Eletrotécnica;
- Habilitação Profissional de Técnico em Enfermagem;
- Habilitação Profissional de Técnico em Informática;
- Habilitação Profissional de Técnico em Logística;
- Habilitação Profissional de Técnico em Mecânica;
- Habilitação Profissional de Técnico em Nutrição;
- Habilitação Profissional de Técnico em Segurança do Trabalho;
- Habilitação Profissional de Técnico em Transações Imobiliárias
- Ensino Médio;
- ETIM (Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio).

2. ETEC “PROFESSOR URIAS FERREIRA”

Histórico:

No ano de 1972 foi inaugurado no Bairro Pouso Alegre de Baixo o “Colégio Técnico Agrícola”, atual Escola Técnica Estadual “Professor Urias Ferreira,” (Etec Prof. Urias Ferreira) situada à Rodovia Deputado Leônidas Pacheco Ferreira, KM 17.A Etec Prof. Urias Ferreira integra uma rede de 218 Escolas Técnicas (ETECs), distribuídas em vários municípios do Estado de São Paulo e administradas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a qual é uma autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (SDECTI).

O município de Jahu, localizado na região central do Estado de São Paulo, favorece a oportunidade de muitos municípios da região usufruírem dos serviços da escola ,uma vez que funciona em regime de residência escolar, acolhendo os alunos de

segundas-feiras às sextas-feiras. Atualmente a ETEC Prof. Urias Ferreira atende a demanda de alunos de vários municípios da região: Jahu, Dois Córregos, Mineiros do Tiete, Bariri, Ibitinga, Tabatinga, Boa Esperança do Sul, Itápolis, Itajobi, Igarapu do Tietê, Macatuba, Matão, Brotas, São Lourenço do Turvo, Taquaritinga, Novo Horizonte, Arealva, Pederneiras, Santa Maria da Serra e Itirapina. A maioria dos alunos pertencem a classe sócio econômica média/baixa, com grau de instrução familiar de Ensino Fundamental Incompleto, e a maioria são trabalhadores assalariados, variando entre 1 a 4 salários mínimos. A maioria dos alunos residem em zona urbana do município e a faixa etária está distribuída entre alunos de 15 a 21 anos de idade e buscam nos estudos a realização do sonho de conquistar uma vaga no mercado de trabalho.

A EtecProf. Urias Ferreira – Jahu, atualmente oferece as seguintes habilitações na sede: Técnico em Agropecuária (modular) e Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (ETIM). Através do Plano de Expansão do Ensino Técnico, administra classes descentralizadas em três outros municípios: Brotas – Curso Técnico em Turismo Receptivo, Torrinha e Pederneiras – Curso Técnico em Administração.

A partir do ano de 2015, a ETEC Prof. Urias Ferreira – Jahu tornou-se uma Unidade Polo dos Cursos Técnicos - Modalidade On-Line, oferecido pelo Centro Paula Souza, disponibilizando os Cursos Técnicos em Administração, Comércio e Secretariado (início 2º semestre/2015).

Cursos oferecidos:

- Habilitação Profissional de Técnico em Agropecuária (4 módulos/4 semestres);
- Habilitação Profissional de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (3 séries/3 anos);
- Habilitação Profissional de Técnico em Administração (3 módulos/3 semestres);
- Habilitação Profissional de Técnico em Turismo Receptivo (3 módulos/3 semestres).

3. SENAC – JAHU – S.P.

Histórico:

O SENAC foi criado em 10 de janeiro de 1946 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do Decreto-Lei 8.621. A partir do ano seguinte, o Senac passou a desenvolver um trabalho até então inovador no país: oferecer, em larga escala, educação profissional destinada à formação e à preparação de trabalhadores para o comércio. Na mesma data de sua criação foi promulgado o Decreto-Lei 8.622, que dispõe sobre a atuação da Instituição na aprendizagem comercial.

Em mais de seis décadas de trabalho, a história do Senac e dos milhões de brasileiros que vêm conquistando uma vida melhor por meio dos cursos e atividades da Instituição ainda continua a ser escrita, como comprova o número de mais de 55 milhões de atendimentos.

O Senac Jahu foi inaugurado em 1994 e oferece cursos livres, técnicos e especializações técnicas nas áreas de administração e negócios, comunicação e artes, desenvolvimento social, design e arquitetura, educação, segurança e saúde no trabalho, moda, saúde e tecnologia da informação.

Além da infraestrutura tecnológica e dos docentes especializados, um dos maiores diferenciais do SENAC é sua ação político-pedagógica de vanguarda, que tem como principal objetivo oferecer educação profissional de qualidade, sintonizada com as necessidades do mercado de trabalho, em especial no comércio de bens, serviços e turismo. Com isso, o Senac faz a sua parte para que mais e mais brasileiros encontrem seus espaços no mundo profissional e transformem suas vidas.

Cursos Oferecidos (por área):

- Arquitetura e Urbanismo;
- Beleza e Estética;
- Certificações em Tecnologia;
- Comunicação e Artes;
- Desenvolvimento Social;
- Design;
- Educação;
- Eventos e Lazer;
- Gastronomia;
- Gestão Executiva;
- Gestão e Negócios;
- Hotelaria e Turismo;
- Idiomas e Linguagem;
- Limpeza, Conservação e Zeladoria;
- Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho;
- Moda;
- Saúde e Bem-estar;
- Tecnologia da Informação.

4. SENAI “EDWARD SÁVIO” – JAHU – S.P.

Histórico:

O Centro de Treinamento SENAI – Jahu iniciou suas atividades em 1980. Em 1989, por força de um convênio firmado entre o SENAI-SP e a Prefeitura Municipal de Jahu, a unidade passou a oferecer cursos de corte, pesponto e acabamento de calçados.

Em novembro de 2002, uma nova parceria com a Prefeitura Municipal de Jahu e o Sindicato da Indústria de Calçados criou as condições para que o Centro de Treinamento se transferisse para um novo prédio, situado à Rua Capitão José Ribeiro, 294. Além, da área construída muito maior, as novas instalações apresentam oito salas de aula climatizadas, mobiliário ergonômico, nove laboratórios com conceitos tecnológicos específicos, oficinas, um centro de design e um núcleo de informação tecnológica e inovação (NITI).

Com a infraestrutura renovada, o Centro de Treinamento pôde ampliar

o atendimento à comunidade empresarial de Jahu. Além, da área da produção de calçados paralelamente, manteve o atendimento às demais áreas produtivas como: movelaria, mecânica automobilística, manutenção mecânica, manutenção eletroeletrônica, automação industrial, informática e atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro.

Em agosto de 2003, a unidade recebeu patrono, passando a chamar-se Centro de Treinamento SENAI “Edward Sávio”.

Em junho de 2007 os equipamentos da área de movelaria da unidade foram transferidos para a cidade de Dois Córregos, onde o SENAI passou a realizar cursos para o setor moveleiro, em parceria com a Prefeitura Municipal local.

- Convênio: Prefeitura Municipal de Jahu
- Área de abrangência: Sede Jahu
- Atendimento: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Brotas, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itajú, Itapuú, Jahu, Mineiros do Tietê, Pederneiras e Torrinha.
- Quantidade de funcionários (em dez/2014):
 - 51 colaboradores entre docentes, administrativo e manutenção;
 - 09 colaboradores de serviços terceirizados (conservação, vigilância, cantina e recepção);
 - 03 estagiários.

Cursos oferecidos:

A escola oferece quatro modalidades de ensino:

CAI - Curso de Aprendizagem Industrial (Confeccionador Industrial de Calçados; Construtor de Móveis; Eletricista; Eletricista Confeccionador de Enrolamentos de Induzidos; Mecânico de Automóvel; Mecânico de Usinagem em Máquinas Convencionais; Soldador; Operador em Processos na Indústria de Alimentos);

CT - Curso Técnico (Calçados; Eletroeletrônica);

FIC - Formação Inicial Continuada;

PCFP - Programa Comunitário de Formação Profissional.

5. IBEM – INSTITUTO BEZERRA DE MENEZES – JAHU – S.P.

O IBEM – Instituto Bezerra de Menezes de Jahu, foi autorizado por Portaria da Dirigente Regional de Ensino de 09/09/2005 e publicada no D.O. de 13/09/2005. Oferece cursos profissionalizantes entre eles: Massagem e Drenagem Linfática, Aplicação de Injetáveis, Design de Sombrancelhas, Maquiagem, Shiatsu.

O IBEM apresenta um corpo docente altamente qualificado, sendo basicamente todos graduados, uma grande maioria possui mestrado, especialização e doutorado. Apenas os docentes da Área de Segurança e de Radiologia (alguns) são técnicos, porém apresentam uma longa experiência no seu campo de trabalho, o que enriquece a aprendizagem pois transmitem aos educandos seus conhecimentos vivenciados no trabalho com bases teóricas muito sólidas.

Por ser uma escola voltada principalmente para a área da Saúde, o IBEM desenvolve durante o ano escolar várias atividades visando promover a integração escola-família-comunidade:

- Integração dos alunos – Festa Junina;
- Participação da comunidade – Feira Junina e Feira de Profissões;
- Colaboração com Hospitais e outras entidades – Divulgação e participação de eventos;
- Participação em campanhas – Doação de Sangue, doação de Órgãos, doação de Medula, Campanha do Agasalho, Campanha de Páscoa, Campanha de Alimentos;
- Participação em Ações Sociais – Parceria com Raizen, Prefeituras Municipais (Barra Bonita);
- Festa de Boas vindas – no início do ano.

Para as aulas práticas possui:

- Laboratório de Química;
- Laboratório de Farmácia;
- Laboratório de Enfermagem;
- Laboratório de Radiologia;
- Laboratório de Estética;
- Sala Ambiente de Segurança do Trabalho;
- Laboratório de Informática com 25 computadores em rede com acesso à internet.

Atualmente atende cerca de 230 alunos cujas origens são de Jahu e região oriundos tanto da escola pública como das particulares. Atendemos: Jahu, Barra Bonita, Igaracú do Tietê, Mineiros do Tietê, Dois Córregos, Bocaina, Brotas, Torrinha, Pederneiras, Itapuí, Boracéia. Esses alunos estão distribuídos entre os cursos de Técnico em Química,

Enfermagem, Estética, Radiologia e Farmácia. Também temos os cursos de Enfermagem, Radiologia e Farmácia pelo Pronatec, todos no período noturno.

Cursos Ofertados:

Técnicos:

- Técnico em Enfermagem ;
- Técnico em Radiologia;
- Técnico em Farmácia;
- Técnico em Estética;
- Técnico em segurança do trabalho;
- Técnico em Química;
- Técnico em Administração.

Profissionalizantes:

- Massagem e Drenagem Linfática;
- Aplicação de Injetáveis;
- Design de Sombrancelhas;
- Maquiagem;
- Shiatsu.

6. IEP – INSTITUTO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE DE JAHU

Em setembro de 2007 Jahu ganha uma escola que renova a forma de fazer cursos técnicos. O Instituto Educacional Profissionalizante segue os mesmos padrões de ensino das melhores escolas técnicas, oferecendo para os alunos de Jahu e região cursos técnicos com muita qualidade deixando cada aluno preparado de verdade para o mercado de trabalho que a cada dia fica mais exigente.

O Instituto Educacional Profissionalizante está presente em 20 cidades do Estado de São Paulo e em 14 Estados do Brasil. Ele é considerado hoje um dos líderes brasileiros no mercado de cursos técnicos com materiais apostilados que são desenvolvidos por doutores, mestres e especialistas.

A direção do IEP é formada por gestores com grande experiência na área educacional, preocupados em desempenhar um papel fundamental na formação e no crescimento profissional dos seus alunos. Além disso, estão sempre à disposição, com o objetivo de manter um ensino técnico de qualidade para os alunos de Jahu e região.

A Instituição conta com sete Coordenadores de Curso com grande experiência na área de atuação. Além disso, esses coordenadores são profundos conhecedores

do mercado de trabalho em que atuam, com habilidade para coordenar as aulas teóricas e os estágios supervisionados, possibilitando condições para que os alunos desenvolvam conhecimentos para se tornarem profissionais capacitados.

Os Professores do IEP tem formação específica na Disciplina que ministram. Transferem a experiência e conhecimento profissional e, ao mesmo tempo, atualizam-se constantemente para oferecer qualidade de ensino que atendam às necessidades exigidas pelo mercado local e regional.

Cursos Ofertados:

- Técnico em Enfermagem;
- Auxiliar de Enfermagem ;
- Técnico em Estética;
- Técnico em Farmácia;
- Técnico em Radiologia;
- Técnico em Administração;
- Técnico em Química;
- Qualificação Profissional de Auxiliar de Laboratório;
- Técnico em Açúcar e Álcool;
- Qualificação Profissional de Auxiliar de Produção;
- Qualificação Profissional de Auxiliar de Laboratório;
- Técnico em Segurança do Trabalho;

3.4. Metas e Estratégias para a Educação Profissional

Em consonância com as metas e estratégias para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estabelecidas no Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005 de 25/06/2014).

“Qualidade da Educação”

Metas:

1. Participar, continuamente, do processo de melhoria da educação profissional em consonância com os cenários do mundo do trabalho e da ética, alinhados aos princípios da gestão da qualidade;

2. Ampliar as competências dos profissionais da educação mediante intercâmbio, parcerias com empresas e instituições, capacitações e formação continuada;
3. Manter adequado o arranjo físico às necessidades decorrentes dos cursos técnicos, além de viabilizar a contínua modernização de seus equipamentos;
4. Promover a educação ambiental, contribuindo para a formação da cidadania e o desenvolvimento pleno e sustentável do país;
5. Atualizar e enriquecer os acervos bibliográficos, incluindo materiais pedagógicos modernos (softwares educativos), estimulando a utilização dos mesmos por alunos e docentes;
6. Contribuir com a formação da autonomia do aluno, para que ele se torne apto a um convívio solidário e responsável;
7. Oferecer um ensino de qualidade através de práticas desafiadoras que desperte no educando a curiosidade pelo novo, envolvendo-o em situações que possibilite a aquisição de competências para promover mudanças e inovações;
8. Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica, preservando seu caráter pedagógico, visando uma formação profissional em consonância com as necessidades e realidade do mundo do trabalho;
9. Formar cidadãos e profissionais críticos, conscientes e orientados por princípios éticos;
10. Aprimorar o sistema de ensino-aprendizagem, criando condições e ambientes adequados ao estudo e à produção do conhecimento.

Estratégias:

- a) Otimizar os recursos físicos e aprimorar os recursos humanos, no sentido de alinhar-se para o cumprimento e/ou participação no alcance das metas previstas neste Plano Municipal de Educação;
- b) Estimular e oferecer cursos e capacitações para a formação continuada dos

profissionais da educação;

- c) Proporcionar ao corpo docente as melhores práticas pedagógicas, no que se refere ao desenvolvimento do processo ensino – aprendizagem;
- d) Avaliar os cursos por meio de provas aplicadas aos alunos e entrevistas realizadas com diferentes profissionais da escola ao término dos cursos, para implantação de mudanças que signifiquem avanços nos processos educacionais;
- e) Respalda o aluno interessado em realizar o estágio, considerando seu caráter opcional conforme a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- f) Firmar parcerias com empresas locais e regionais para a realização de visitas técnicas, proporcionando ao aluno uma maior aproximação e contato com o mundo do trabalho, facilitando a realização de estágio, participação e ingresso em atividades profissionais nas empresas;
- g) Através das aulas teóricas, práticas e estágios supervisionados, proporcionar aos alunos a construção de seus conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências;
- h) Desenvolver eventos como palestras, seminários, painéis e workshops relacionados ao meio ambiente, cidadania, higiene e outros;
- i) Estimular o comprometimento e a postura ética dos alunos, acompanhando e avaliando posturas e atitudes;
- j) Oportunizar atividades intelectuais, tendo em vista o desenvolvimento da capacidade de expressão e de criatividade, assim como a formação de sujeitos de seu próprio saber;
- k) Apropriar-se das novas formas de ensinar, incorporando as diferentes possibilidades de comunicação e informação, transformando e reconstruindo o conteúdo pesquisado, produzindo sua própria mídia;
- l) Proporcionar através de debates, seminários e apresentações, a oportunidade de desenvolver o senso crítico e a capacidade de expressão dos educandos;
- m) Estimular e orientar a pesquisa, utilizando o acervo bibliográfico e os recursos tecnológicos da informática (softwares, Internet, etc.

“Acesso e Permanência”

Metas:

1. Aumentar gradativamente as matrículas da educação profissional assegurando a qualidade de seus cursos;
2. Implementar novos cursos para atender a demanda profissional local e regional;
3. Divulgar e levar ao conhecimento da comunidade local e regional a importância e as vantagens de optar por cursos técnicos;
4. Incentivar e orientar para a escolha de cursos técnicos, oferecendo aos futuros alunos informações sobre as várias áreas e seus respectivos campos de trabalho;
5. Assegurar igualdade de condições para o acesso e permanência nas unidades escolares, observando a necessidade de reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais;
6. Promover a permanência dos alunos até a conclusão dos seus respectivos cursos, evitando o abandono e a evasão;
7. Criar condições de atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizado e defasagem na construção de conhecimentos, evitando a retenção;
8. Garantir ao educando o livre acesso às informações necessárias a sua formação, desenvolvimento como pessoa, elaboração do seu projeto educacional, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
9. Proporcionar as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à formação técnica.

Estratégias:

- a) Realizar parcerias com as empresas privadas e instituições públicas do município e região, visando atender à necessidade de implantação de novos cursos técnicos para atuar na linha de frente dos mais diferentes setores produtivos;
- b) Acompanhar periodicamente o desenvolvimento do educando e, caso necessário, contatar à família ou responsáveis;
- c) Desenvolver atividades voltadas para motivação dos alunos. Elaborar diagnósticos que

possibilitem a melhoria do curso, tanto para os alunos quanto para as empresas tornando-o atrativo e atual;

- d) Estimular e auxiliar o aluno para a realização do estágio, acompanhando o aluno estagiário nas empresas conveniadas;
- e) Promover a divulgação dos cursos técnicos utilizando meios tais como: rádio, televisão, Internet, panfletos, cartazes, atividades culturais e participações em ações sociais;
- f) Realizar palestras, exposições e feiras de profissões para divulgação dos cursos técnicos oferecidos pelas escolas;
- g) Convidar alunos do Ensino Médio para conhecerem os vários cursos oferecidos pelas escolas técnicas, agendando visitas e realizando palestras de apresentação;
- h) Criar programas de recuperação ao longo do curso para suprir a defasagem de alunos com dificuldade de aprendizagem;
- i) Acompanhar alunos faltosos, orientar e buscar alternativas para evitar abandono e evasão;
- j) Realizar atividades culturais e festivas com a presença da família e comunidade promovendo assim uma integração, fortalecendo os vínculos escola-família-comunidade;
- k) Adotar e seguir orientações, conforme legislação vigente, para a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio;
- l) Atender as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, integrando, adequando ambientes, recursos técnicos e didáticos voltados às necessidades e características destas pessoas.

II- ENSINO SUPERIOR

1. *Histórico:*

O Ensino Superior (oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos de educação superior e institutos de educação tecnológica) ainda é o nível de educação menos desenvolvido no Brasil. Sua implantação, em nosso país, se dá com a chegada da Família Real no ano de 1808. A falta de recursos humanos qualificados no Brasil para administrar todo o Império Português desde o Rio de Janeiro fez com que a Coroa Portuguesa instalasse em terras brasileiras os primeiros cursos superiores, no intuito de formar pessoas capazes de suprir as mais diversas necessidades do poder metropolitano que chegava a (até então) colônia. Desse tempo para cá, o Ensino Superior cresceu em ritmo lento e só se desenvolveu mais rapidamente na última década, devido a três fatores: o incremento do investimento privado no setor, a criação de legislações específicas e políticas públicas federais de democratização e o avanço das modalidades de ensino à distância ou semipresencial.

Atualmente, o cidadão brasileiro pode optar por três tipos de graduação: bacharelado (voltado à pesquisa e ao efetivo exercício da profissão), licenciatura (voltado à docência) e formação tecnológica (voltada às inovações científicas e tecnológicas especializadas numa área do conhecimento). Os cursos de pós-graduação são divididos entre *lato sensu* (especializações e MBAs) e *stricto sensu* (mestrados, doutorados e pós-doutorados). A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), órgão integrante do Ministério da Educação, é a instituição responsável por fiscalizar o Ensino Superior no Brasil, garantindo a efetivação das legislações específicas e das políticas públicas federais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), também vinculado ao Ministério da Educação, é a unidade que avalia os cursos com o intuito de verificar como está e programar medidas que maximizem a qualidade do ensino deste nível.

O Ensino Superior possui tríplice função para a sociedade brasileira: ensino (para a formação de mão de obra qualificada), pesquisa (para o desenvolvimento científico do país) e extensão (para que os conhecimentos adquiridos pelos universitários se transformem em intervenções concretas na realidade). Além disso, no que tange o presente Plano Municipal de Educação, o Ensino Superior cumpre uma tarefa de extrema importância: a formação de professores para a Educação Básica. Assim sendo, as instituições que ofertam a Educação Superior devem ter uma estreita articulação com os demais níveis e modalidades de ensino e possuir um grande compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

O Estudo Síntese e Indicadores Sociais (SIS) 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a escolaridade média da população brasileira de 25 anos ou mais aumentou entre 2004 e 2013, passando de 6,4 para 7,7 anos de estudo. Esse incremento foi mais intenso entre os 20% da população com menor renda, que elevaram de 3,7 para 5,4 os seus anos de estudo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), entretanto,

o Brasil ainda é o país da América do Sul com menor índice de anos de estudo (por exemplo, a população do Chile, primeiro colocado do continente, possui média de 9,7 anos de Estudo). Somente a título de comparação, a população da Noruega (país com melhor índice de Desenvolvimento Humano do mundo) estuda em média 12,6 anos.

Entre 2004 e 2013, a proporção de pessoas da faixa etária de 25 anos com Ensino Superior praticamente dobrou, passando de 8,1% para 15,2%. Em 2013, 55,0% da população de 18 a 24 anos de idade frequentava o Ensino Superior, enquanto que em 2004 essa taxa era de apenas 32,95%. Para elevar tal índice, o governo federal vem adotando estratégias para uma maior democratização do acesso ao Ensino Superior. São exemplos de políticas públicas nacionais nesse sentido o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, financiamento da graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação), o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, que oferece bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos presenciais que se dedicam ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam a trabalhar no magistério da rede pública de ensino), o PROUNI (Programa Universidade para Todos, cuja finalidade é conceder bolsas de estudos integrais e parciais a de cursos de graduação, sempre em instituições privadas de ensino) e até mesmo a controversa Lei de Cotas (Lei 12.711/12 que reserva metade das matrículas por curso e turno das instituições de Ensino Superior públicas a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público).

2. Dados Estatísticos do Ensino Superior:

Em 2015, o município de Jahu conta com nove instituições de Ensino Superior, ofertando cursos de graduação (em suas três formas) e pós-graduação (mas apenas *lato sensu*), podendo ser subdivididas entre públicas e privadas e entre presenciais, semipresenciais ou à distância:

- Faculdades Integradas de Jahu (FIJ): privada e presencial;
- Faculdade de Tecnologia de Jahu (FATEC): pública (estadual) e presencial;
- Universidade do Estado de São Paulo (USP): pública (estadual) e à distância;
- Universidade Norte do Paraná (UNOPAR): privada e semipresencial;
- Universidade Estadual Paulista (UNIP): privada e à distância;
- Universidade Aberta do Brasil (UAB): pública (federal) e à distância;
- Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO UNISEB): privada, semipresencial e à distância;
- Centro Universitário Universal (UNINTER): privada e semipresencial;
- Faculdade Jauense (UNIESP): privada e presencial.

As tabelas e os gráficos abaixo sintetizam as informações acerca de tais instituições do município:

Tabela 129. Instituições de Ensino Superior do Município de Jahu

Total	9
Públicas	3
Privadas	6

Figura 30.

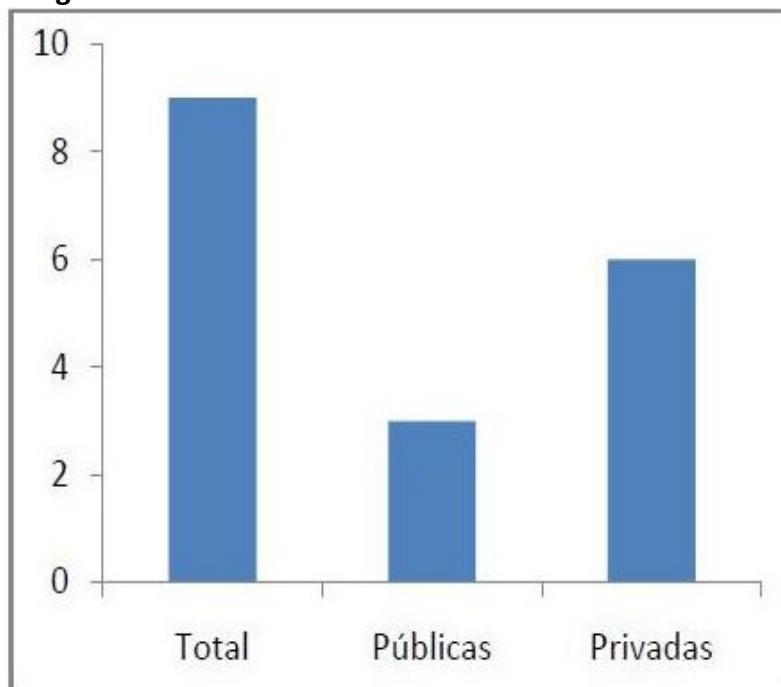


Tabela 130. Instituições de Ensino Superior do Município de Jahu

Total	9
Presenciais	3
Semipresenciais ou à Distância	6

Figura 31.

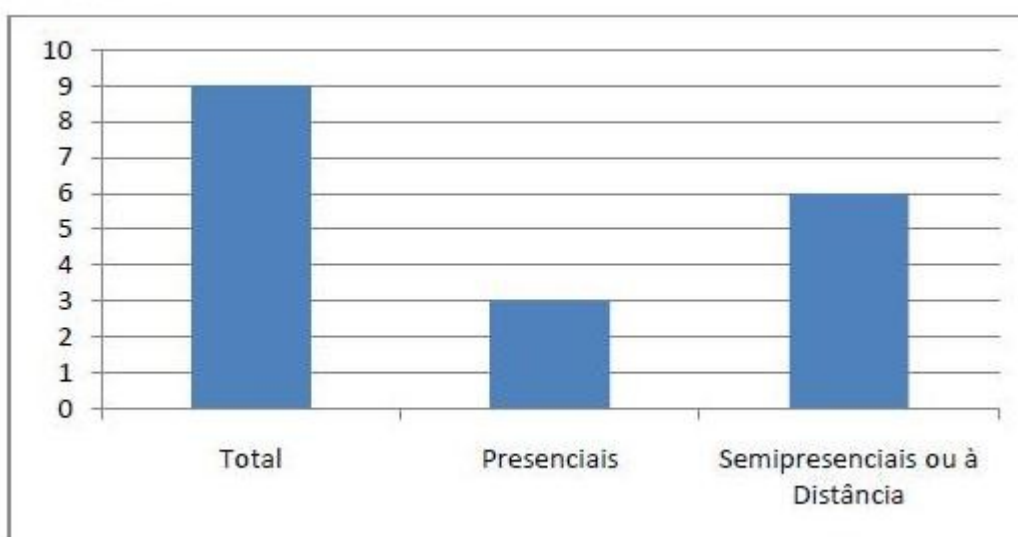
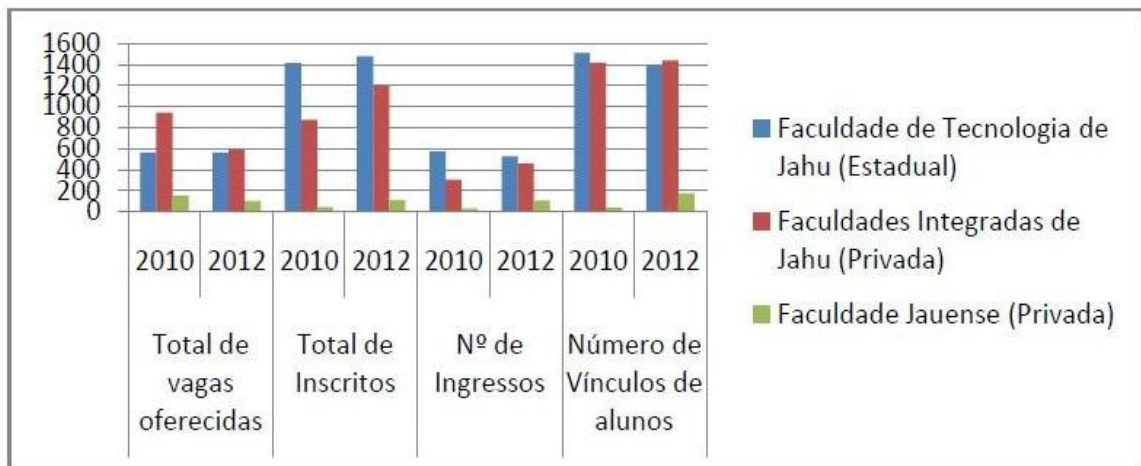


Tabela 131. Número do alunado – Modalidade de Ensino Presencial

Instituições	Total de vagas oferecidas		Total de Inscritos		Nº de Ingressos		Número de Vínculos de alunos	
	2010	2012	2010	2012	2010	2012	2010	2012
Faculdade de Tecnologia de Jahu (Estadual)	560	560	1.414	1.478	572	526	1.507	1.395
Faculdades Integradas de Jahu (Privada)	940	585	869	1.195	304	455	1.418	1.438
Faculdade Jauense (Privada)	150	100	41	110	27	101	36	173

Fonte: MEC/INEP/Deed

Figura 32. Quadro Comparativo - Ensino Superior



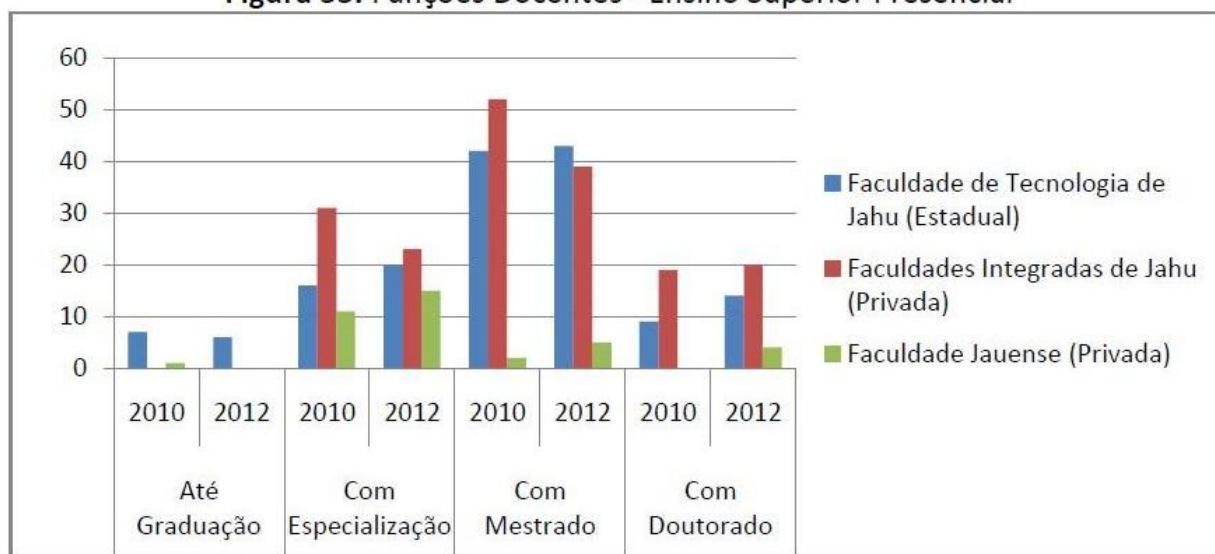
Fonte: MEC/INEP/Deed

Tabela 132. Número de Funções Docentes no Ensino Superior Presencial

Instituições	Número de funções docentes									
	Até Graduação		Com Especialização		Com Mestrado		Com Doutorado		Total	
	2010	2012	2010	2012	2010	2012	2010	2012	2010	2012
Faculdade de Tecnologia de Jahu (Estadual)	07	06	16	20	42	43	09	14	74	83
Faculdades Integradas de Jahu (Privada)	--	--	31	23	52	39	19	20	102	82
Faculdade Jauense (Privada)	01	--	11	15	02	05	--	04	14	24

Fonte: MEC/INEP/Deed

Figura 33. Funções Docentes - Ensino Superior Presencial



Fonte: MEC/INEP/Deed

3. Objetivo Geral:

Elevar a qualidade do Ensino Superior ofertada à população jauense, buscando democratizar o acesso e a permanência a esta modalidade de ensino.

4. Metas e Estratégias para o Ensino Superior:

Meta 1: “Elevar a taxa bruta e líquida de matrículas de cursos de graduação nas instituições do Ensino Superior do Município, tendo em vista a elevação da escolaridade média dos munícipes”.

Estratégias:

- 1.1. Ampliar a oferta de vagas presenciais por meio da expansão de cursos na FATEC, observando o interesse da população a ser atendida e as necessidades de desenvolvimento local;
- 1.2. Ampliar a oferta de vagas a distância por meio da expansão de cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil, observando o interesse da população a ser atendida e as necessidades de desenvolvimento local;
- 1.3. Fomentar a oferta de educação superior pública prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica (cursos de licenciatura);

- 1.4. Fiscalizar as condições de acessibilidade nas instituições de Ensino Superior, conforme legislações e políticas públicas existentes;
- 1.5. Divulgar as políticas públicas de inclusão e de assistência estudantil à população em geral e, prioritariamente, aos jovens adultos de 18 a 24 anos;
- 1.6. Estabelecer mecanismos facilitadores e parcerias para a implantação de um curso de graduação em Medicina no Município.
- 1.7. Fomentar parcerias visando a divulgação, junto aos alunos do ensino médio, de cursos superiores gratuitos oferecidos no Município de Jahu, bem como almejando a oferta de cursos pré-vestibulares.

Meta 2: “Incentivar a criação de mecanismos promotores de intercâmbio entre os estabelecimentos de Ensino Superior e as escolas públicas de Educação Básica”.

Estratégias:

- 2.1. Ampliar a oferta de campos de estágio curricular e/ou remunerado nas escolas públicas de Educação Básica;
- 2.2. Estabelecer parcerias entre poder municipal e instituições de Ensino Superior para a execução de projetos de extensão e pesquisa na rede municipal de Educação Básica;
- 2.3. Criar vínculos permanentes entre as escolas de Educação Básica públicas e instituições de Ensino Superior para a criação de equipes multidisciplinares de auxílio pedagógico (pedagogos, psicopedagogos, especialistas em Educação Especial Inclusiva, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e outros) para o atendimento dos alunos do Ensino Infantil ao Ensino Médio.

Meta 3: “Promover a divulgação e incentivo junto aos professores da Educação Básica de informações sobre cursos de graduação e pós-graduação voltadas às licenciaturas”.

Estratégias:

- 3.1. Divulgar sistematicamente todos os cursos relativos às licenciaturas (independentemente do nível de ensino) nas escolas da rede de Educação Básica do município, para que os professores tomem ciência das opções que possuem para sua necessária formação continuada;

3.2. Ampliar o já existente pagamento de bolsas de estudo via Secretaria Municipal de Educação aos professores municipais, seja para a realização de mais uma licenciatura ou para avanços em estudos na pós-graduação stricto sensu e lato sensu.

Meta 4: “Ampliar o acesso da população de 18 a 24 anos, oriundos do Ensino Médio Público, aos cursos de nível superior oferecidos no Município”.

Estratégias:

4.1. Criar parcerias com Organizações Não Governamentais para oferecer cursos preparatórios para o vestibular aos alunos oriundos do Ensino Médio público;

4.2. Divulgar os cursos ofertados pelo Ensino Superior público junto às escolas de Ensino Médio, por meio da criação de fóruns ou divulgação in loco.

Meta 5: “Ao término da vigência do Plano, implementar ao menos um curso na modalidade de pós-graduação stricto sensu (mestrado e/ou doutorado) no município.”

Estratégias:

5.1. Criar formas para que o município auxilie na implementação de tais cursos, criando condições para que o pólo da Universidade Aberta do Brasil já existente na cidade atenda aos requisitos necessários para a obtenção de mestrados e/ou doutorados;

5.2. Estabelecer diálogos contínuos com as demais instituições de Ensino Superior para estimular a emergência de tais níveis de ensino supracitados;

5.3. Estabelecer diálogo contínuo com a população alvo da modalidade acima citada para captação das áreas de interesse em mestrado e/ou doutorado.

Meta 6: “Estabelecer mecanismos para a criação de um banco de dados estatístico sobre a situação do Ensino Superior no município.”

Estratégias:

6.1. Estabelecer parcerias com instituições de Ensino Superior que possuem cursos relacionados às Tecnologias e Sistemas de Informação para a criação de um banco de dados informatizado;

6.2. Estabelecer um diálogo contínuo com as faculdades (presenciais, semipresenciais e a distância) para a obtenção dos dados pertinentes;

6.3. Criar formas de alimentar e atualizar semestralmente as informações do banco de dados relativos às matrículas e formandos dos diversos cursos de Ensino Superior existentes no município.

11. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS INTEGRANTES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE JAHU

1. Histórico:

O primeiro documento oficial aprovado pela Câmara Municipal de Jahu aos ocupantes do Quadro do Magistério de nosso município foi o “Estatuto do Magistério Público Municipal”, disposto pela Lei 2.410, de 24 de dezembro de 1986. Este estatuto procurou estabelecer as normas gerais e disciplinares, os direitos e vantagens especiais dos profissionais envolvidos, sofrendo algumas alterações ao longo dos doze anos que vigorou, até sua revogação em 1998.

O “Estatuto do Magistério Municipal de Jahu”, assim denominado pela Lei Complementar nº 82, de 30/06/98, tratou sobre a estruturação e organização do Magistério Público de Ensino Fundamental e Educação Infantil de nosso município, sofrendo várias alterações até 2001, quando revogado pela Lei Complementar nº 170, de 20 de dezembro.

A Lei Complementar nº 170 dispôs sobre o “Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Jahu”, buscando estruturar e organizar o Magistério Público de nosso município, nos termos da Lei Federal 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 e da Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, além de prever, em seu artigo 60, a avaliação de desempenho funcional para os integrantes deste quadro, posteriormente regulamentada por novas leis complementares e decreto.

O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional do Integrante do Quadro do Magistério Municipal, previsto no artigo 60 da Lei Complementar nº 170, de 20/12/01, que proporcionava a aferição do desempenho do servidor público municipal no exercício de seu cargo, durante um determinado período de tempo, mediante a observação e mensuração de fatores objetivos e de desempenho, foi revogado pela Lei Complementar nº 4138, de 11/12/07, que instituiu a Avaliação de Desempenho Periódica dos Profissionais Efetivos e Estáveis e Servidores do Quadro do Magistério Público Municipal de Jahu.

Entretanto, este processo de avaliação foi efetivamente regulamentado e normalizado, estabelecendo a metodologia utilizada, os conceitos e fatores aplicados para a verificação dos critérios, bem como o modelo da ficha de avaliação utilizada pela Secretaria de Educação do Município, somente após a aprovação do Decreto 5.870, de 19/05/09, em conformidade com a Lei Complementar 4138/07 e do próprio estatuto disposto na lei Complementar nº 170/01.

A Lei Complementar nº438, de 04/04/12 que dispõe sobre o “Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Jahu” revogou automaticamente a Lei Complementar nº 170, de 20/12/01 e todas as demais leis que a alteraram no decorrer dos onze anos de sua vigência. Nesse estatuto, que vigora até a presente data, foram incluídos, além dos profissionais do Quadro do Magistério, os demais profissionais da educação com especificação e caracterização de suas funções, bem como suas respectivas tabelas de vencimentos.

Atualmente, a Lei Complementar nº 438 encontra-se em processo de revisão, com mobilização de todos os segmentos nela envolvidos, buscando sua atualização, aperfeiçoamento e adequação. Da mesma maneira, encontra-se em tramitação a retificação da Lei Complementar nº 4138/07 e do Decreto 5870/09, dispostos em função da Lei Complementar 170/01, para regulamentação da Avaliação de Desempenho Funcional dos Integrantes do Quadro do Magistério de nosso município de acordo com o estatuto vigente, disposto pela Lei Complementar 438/12, inclusive com adequação dos critérios e reestruturação das fichas de avaliação que contemplam quesitos mais objetivos e coesos.

Diante do exposto, as metas e estratégias definidas neste plano para a valorização profissional dos integrantes do Quadro do Magistério têm como finalidades precípuas contemplar todas as legislações vigentes com o intuito de aprimorar e garantir a qualidade da educação prestada pelo nosso município.

2. Metas e Estratégias para a Valorização Profissional:

Meta: 1. “Assegurar política de formação continuada na educação básica pública de forma articulada, contemplando seus diversos segmentos, com foco nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e relacional”.

Estratégias:

- 1.1. Garantir política de formação aos profissionais da educação, assegurando que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- 1.2. Incentivar a formação, em nível de pós-graduação dos professores e gestores da educação básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino;
- 1.3. Realizar diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação básica e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes no Município para construção de programa de formação inicial e continuada em regime de colaboração, definindo obrigações recíprocas entre os partícipes;
- 1.4. Assegurar a oferta permanente de cursos de formação continuada para os profissionais da educação, com vagas compatíveis com o número de funcionários nas diferentes áreas de atuação, buscando sua integração;
- 1.5. Fomentar a ampliação de programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;
- 1.6. Implementar um pólo de plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada aos profissionais da educação;
- 1.7. Divulgar as estratégias do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, inclusive na amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;
- 1.8. Manter e ampliar a concessão de bolsa de estudo, nas áreas de atuação, com reembolso de 50% da mensalidade paga, aos funcionários públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- 1.9. Promover periodicamente Fóruns Municipais de Educação como forma de reflexão das práticas pedagógicas e atualização profissional;
- 1.10. Utilizar o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e as Horas de Estudo, contemplados na jornada de trabalho dos docentes e desenvolvidos nas próprias Unidades

Escolares Municipais, para oportunizar momentos de reflexão e aperfeiçoamento profissional de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação;

- 1.11. Assegurar programas de formação sobre Educação Especial e Inclusiva;
- 1.12. Promover, preferencialmente em colaboração com outros Sistemas de Ensino, a universalização das exigências mínimas de formação para o provimento e exercício da profissão de todos os profissionais da educação escolar básica.

Meta 2: “Assegurar, até o 3º ano de vigência deste plano, a existência, adequação ou reestruturação de planos de Carreira para os profissionais da educação básica pública”.

Estratégias:

- 2.1. Garantir a revisão periódica do Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Jahu, com a participação de todos os segmentos envolvidos, através de representantes escolhidos por seus pares, buscando sua atualização, aperfeiçoamento e adequação;
- 2.2. Garantir a revisão periódica da legislação que regulamenta o processo de progressão funcional pelas vias acadêmica e não acadêmica, com a participação de todos os segmentos envolvidos, buscando sua atualização, aperfeiçoamento e adequação;
- 2.3. Aderir aos programas de repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os entes federados que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os profissionais da educação;
- 2.4. Criar comissões municipais permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira;
- 2.5. Aprimorar mecanismos de avaliação funcional, de forma participativa, para melhoria da qualidade do ensino e valorização profissional;
- 2.6. Assegurar que todos os profissionais da educação, que ingressarem na rede pública, sejam selecionados por meio de concurso público de provas e títulos, por instituições preferencialmente públicas, de âmbito nacional e de reconhecida competência;
- 2.7. Estabelecer mecanismos de incentivo à permanência dos professores e equipe técnica nas unidades educacionais, garantindo o desenvolvimento e a continuidade do trabalho pedagógico coletivo;
- 2.8. Adequar a implantação de módulos nas escolas da Rede Pública, considerando as condições de cada Unidade Escolar no que se refere à quantidade de funcionários e número de alunos;
- 2.9. Assegurar a infraestrutura básica e os recursos materiais necessários ao bom

funcionamento das Unidades Escolares;

- 2.10. Implementar sistemas e programas para informatização dos registros, dados , prontuários e processos dos corpos discente e docente, administrados pela Secretaria Municipal de Educação com acompanhamento e atualização constantes pelos gestores das Unidades Escolares.

Meta 3: “Valorizar os profissionais do Quadro do Magistério das Redes Públicas de Educação Básica de forma a garantir a manutenção de seus rendimentos em consonância com o Piso Salarial Profissional Nacional”.

Estratégias:

- 3.1. Constituir representação do Município com os profissionais da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do Piso Salarial Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, de iniciativa do Ministério da Educação;
- 3.2. Buscar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o Piso Salarial Nacional Profissional;
- 3.3. Fomentar o estudo para viabilização e concessão aos profissionais do Quadro do Magistério Municipal de repasses financeiros proporcionais aos ganhos reais incididos pelo próprio Piso Salarial Nacional;
- 3.4. Viabilizar aos profissionais do Quadro do Magistério, vencimentos ou salários iniciais nunca inferiores aos valores correspondentes ao Piso Salarial Profissional Nacional;
- 3.5. Promover o reconhecimento da importância da carreira dos profissionais do Quadro do Magistério e o desenvolvimento de ações que visem à equiparação salarial com outras carreiras profissionais de formação equivalente, de acordo com a Meta 17 do Plano Nacional de Educação;
- 3.6. Fomentar o estudo para implementação e regulamentação de licença remunerada para capacitação e formação profissional dos docentes, sem ferir os interesses da aprendizagem dos alunos;
- 3.7. Assegurar condições adequadas ao trabalho dos profissionais da educação, visando prevenir e erradicar a incidência de doenças profissionais.

12. GESTÃO DEMOCRÁTICA:

1. Histórico:

O ideal democrático é hoje reconhecido no Brasil em todos os seguimentos da sociedade, sendo expressos através de leis, discursos e da implementação das políticas públicas. A gestão que envolve a participação, a transparência e a descentralização e que toma um vasto espaço na educação do país tem se fortalecido constantemente. Esta forma de administrar as instituições de ensino visa um real progresso no objetivo principal deste processo, o saber, o ensino e a aprendizagem. Uma vez que o sistema administrativo de uma instituição é alimentado por essas três forças, tenderá a se convergir para o que se denomina gestão democrática, isto é, a gestão caracterizada pela participação, transparência e descentralização do poder e das tomadas de decisões. (LIBÂNEO, 2005).

No contexto educacional, a democracia tem sido uma proposta na forma de gestão democrática de ensino, marcada pela descentralização administrativa, pela transparência do movimento geral das instituições, pela perspectiva de uma construção real e não utópica do princípio da igualdade entre os indivíduos que compõem o corpo educacional das instituições de ensino.

2. Meta e Estratégias para a Gestão Democrática:

Meta: “Possibilitar condições para a efetivação da gestão democrática da educação de nosso município, prevendo recursos e apoio técnico do Estado e da União, no âmbito das escolas públicas”.

Estratégias:

1. Mobilizar e promover a participação de pais, estudantes, professores, funcionários técnico-administrativos, comunidade escolar, com vistas a garantir a funcionalidade dos conselhos escolares em 100% das escolas públicas assegurando a gestão escolar participativa e democrática;
2. Incentivar a implementação e o fortalecimento dos Conselhos Escolares nas escolas privadas até o final do prazo de vigência deste plano;
3. Fomentar a expansão da oferta dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, dos Conselhos de Alimentação Escolar, dos Conselhos Municipais e de outros representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
4. Divulgar amplamente os procedimentos para a renovação dos membros de todos os segmentos dos Conselhos Municipais, conforme orientações do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e das legislações norteadoras vigentes;
5. Fomentar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e comunidade escolar na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, plano de gestão escolar e regimentos escolares;
6. Estimular em todas as escolas do Município de Jahu, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas, fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
7. Gerenciar o quadro de professores da rede pública municipal, de forma a garantir o atendimento a 100% (cem por cento) das unidades escolares por intermédio de concurso público, assegurando o cumprimento da carga horária, do calendário escolar e as especificações de cada etapa e modalidade de ensino;
8. Garantir a participação dos profissionais da educação no exercício do magistério, na indicação de materiais didáticos e paradidáticos em coerência com o Projeto Pedagógico da Escola;
9. Elaborar e desenvolver plano de formação para os servidores públicos da educação municipal, incluindo, entre outros, os profissionais necessários para atendimento às escolas

de educação integral, prevendo cursos que contemplem os temas da diversidade, da desigualdade, dos direitos humanos, da sustentabilidade e da saúde para garantir a composição de uma equipe de servidores que elabore, implemente, acompanhe e oriente as escolas da rede no desenvolvimento de ações pedagógicas contemplando essas temáticas;

10. Assegurar aos profissionais mediadores da política de gestão escolar da Secretaria de Educação e Diretoria de Ensino, as condições necessárias à sua atualização profissional e implementação dos processos participativos e democráticos, na rede que atuam;
11. Capacitar, periodicamente, profissionais para o gerenciamento dos recursos educacionais repassados diretamente às escolas e aos cofres municipais, tornando-os mais autônomos, assegurando o cumprimento dos prazos de prestação de informações aos Tribunais de Contas e a outros órgãos de esferas estaduais e federais;
12. Assegurar as condições para a participação de gestores, das equipes pedagógicas, dos profissionais de serviço e apoio escolar da rede pública municipal em programas de formação voltados ao desenvolvimento do sistema educacional inclusivo;
13. Manter e aperfeiçoar a com a política de divulgação do Plano de Carreira, regras do estágio probatório e acesso aos boletins de avaliação de desempenho a todos os profissionais da educação do Município de Jahu;
14. Fomentar através de convênios, projetos e contratos, a melhoria da segurança das escolas públicas municipais, garantindo vigilância, inclusive nos finais de semana;
15. Promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e prover políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade;
16. Constituir Fóruns Permanentes de Educação, compostos por representantes de todos os segmentos envolvidos, escolhidos por seus pares, com o intuito de acompanhar a execução deste Plano Municipal de Educação;
17. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
18. Propiciar práticas e ações comunitárias nos espaços escolares favorecendo a participação, engajamento entre os vários segmentos da comunidade escolar.
19. Divulgar amplamente, inclusive via *internet*, todos os balancetes, relatórios, atas, pareceres e quaisquer outras manifestações e documentos emanados do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB ou em que este tenha tido qualquer espécie de participação.

13. FINANCIAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

1. Histórico:

A Constituição Federal de 1.988 coloca como incumbência dos municípios organizarem seus sistemas de ensino em regime de colaboração com o estado. Para garantir essa parceria e o acesso e permanência dos alunos à escola, institui percentuais mínimos a serem aplicados na Educação, que no caso dos municípios refere-se a no mínimo 25% da receita estimada na lei do orçamento anual, percentual esse, que deve ser ajustado, sempre que necessário, através de lei que autoriza a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

Além dos 25% destinados à educação, o município conta com as verbas provenientes da transferência para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, o qual deverá ter sua verba destinada à remuneração dos profissionais da educação e manutenção do ensino, obedecendo rigorosamente os percentuais de aplicação sendo no mínimo 60% destinados ao pagamento de professores, diretores e supervisores e no máximo 40% para pagamentos de remuneração dos demais profissionais da educação e manutenção de ensino.

O município conta ainda, com verbas vinculadas como a Contribuição do Salário Educação (QESE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

Quanto às verbas transferidas pelo Governo Estadual, o município conta com o convênio para a manutenção da merenda dos alunos das escolas estaduais, bem como um convênio específico para o fornecimento de transporte escolar para os alunos da rede estadual de ensino.

2. *Dados de Receitas:*

Abaixo relacionamos as receitas dos exercícios financeiros dos anos de 2013 e 2014 consideradas para a aplicação e manutenção no ensino.

Tabela 133.

ANO 2013				ANO 2014			
Receita Arrecadada	25%	Aplicado	FUNDEB	Receita Arrecadada	25%	Aplicado	FUNDEB
R\$ 171.129.427,81	R\$ 42.782.356,95	R\$ 51.967.679,99	R\$ 45.575.649,62	R\$ 185.464.340,00	R\$ 46.366.085,00	R\$ 53.614.929,00	R\$ 44.890.032,00

O quadro abaixo apresenta as verbas vinculadas referentes aos exercícios financeiros acima citados.

Tabela 134.

ANO 2013			ANO 2014		
Salário Educação	PNATE	PNAE	Salário Educação	PNATE	PNAE
R\$ 5.915.992,77	R\$ 19.522,24	R\$ 2.041.556,0	R\$ 6.343.770,66	R\$ 47.448,49	R\$ 1.802.064,00

Tabela 135. Convênios Estaduais

ANO 2013		ANO 2014	
Alimentação Escolar	Transporte Escolar	Alimentação Escolar	Transporte Escolar
R\$ 1.165.300,00	1.581.446,40	R\$ 1.258.300,00	R\$ 1.509.317,10

Como podemos perceber pelos dados acima, os percentuais de aplicação no ensino, nos anos de 2013 e 2014, foram superiores ao mínimo de 25%, mostrando uma preocupação do município no que se refere à qualidade da educação.

Levando em consideração que o financiamento da Educação Municipal depende em parte dos recursos repassados pelo Governo Federal, acreditamos que a meta proposta no Plano Nacional de Educação referente à ampliação do percentual do PIB (Produto Interno Bruto) aplicado em educação aumentando para 7% até 2019 e 10% até 2024, consigamos avançar nos índices de aprovação e aproveitamento do ensino.

Cabe ressaltar que o Plano Nacional de Educação aponta para a implantação do CAQI (Custo Aluno – Qualidade Inicial) que se refere aos padrões mínimos e indispensáveis para o processo ensino e aprendizagem, avançando progressivamente para a implementação do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

O Brasil vem aumentando o percentual de investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto, passando de 4,7% em 2000 para 6,6% em

2013, no que diz respeito a todos os níveis de ensino, sendo desse percentual 3,7% e 5,4% respectivamente na Educação Básica.

O investimento em educação no município de Jahu, nos próximos dez anos, tende a avançar, uma vez que nos últimos anos foram aplicados no ensino em torno de 29% das receitas resultantes de impostos e outras transferências, 4% acima do estabelecido pelo artigo 212 da Constituição Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Educação não é um fim. Reafirmando-se as colocações feitas na Introdução, é uma proposta de trabalho para o próximo decênio baseada nos estudos realizados pelo número significativo de especialistas que se reuniram e discutiram incansavelmente para que se chegasse ao conteúdo deste documento.

Os esforços envidados em sua elaboração, no entanto, só serão bem sucedidos quando as ações programadas em seu corpo estiverem realizadas. Os problemas estarão solucionados? Absolutamente. Com o dinamismo do processo educativo, certamente outros obstáculos terão surgido para serem transpostos. O que se espera é que as pessoas que estarão envolvidas nas resoluções debruçem-se sobre elas com a mesma seriedade com que esta equipe buscou nortear suas tarefas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. Parecer CNE/CEB nº 20/ 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Nov. 2009.
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.
- _____. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação. Censo Escolar. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>
- _____. MEC. <http://www.todospelaeducacao.org.br>
- _____. MEC. Observatório do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br>
- _____. MEC. Planejando a próxima década. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>.
- _____. MEC/SEESP. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.
- BRASIL, Lei nº. 13.005, de 25/06/14. *Aprova o Plano Nacional de Educação*. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.
- BRASIL, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CEB nº 01, de 13 de abril de 1999: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, p. 18, seção 1. 13 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 mai 2006a, p. 11, Seção 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006c.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação*. Brasília: MEC/SEB, 2006 d.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.

Resolução CEB n. 05, 17 dez. 2009. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009a. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 12.711/2012, de 29/08/2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – InepData. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/inepdata>

BRASIL. Portal Qedu. Disponível em: <<http://qedu.org.br/>>.

_____. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

FNDE. Programas. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>.

IBGE. Cidades. Estados. Perfil dos Municípios Brasileiros. Disponível em: www.ibge.gov.br

INEP. MEC. *Ideb - Resultados e Metas*. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=11579373>. Acesso em 22/04/2105.

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA, J. F de, TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Planejando a próxima década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional da Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC). Planejando a Próxima Década – Construindo as Metas. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/pde/pne/notas_tecnicas/NT_Indicador_2A.pdf>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ensino Fundamental de nove anos – Passo a passo do processo de implantação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoa_passo_versao_atual_16_setembro.pdf>.

Ministério da Justiça - *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais* - Brasília, Corde, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em www.datasus.gov.br.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>.

PNUD BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: www.pnud.org.br.

SÃO PAULO. Apresentações: SARESP. Disponíveis em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2010>,

<http://saresp.fde.sp.gov.br/2011>:

<http://saresp.fde.sp.gov.br/2012>,

<http://saresp.fde.sp.gov.br/2013>. Acesso em 22/04/2015.

SÃO PAULO. Apresentação: SARESP 2011. Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2013>. Acesso em 22/04/2015.

SODRÉ, J.; PLETSCH, M. D.; BRAUN, P. *A formação inicial de recursos humanos para a prática docente, frente à educação inclusiva*. In NUNES SOBRINHO, F. P. (Org.). *Inclusão educacional: pesquisa e interfaces*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003. p. 62-78.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

TABELAS E FIGURAS

- TABELA 1. NÚMERO DE HABITANTES
- TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS DA POPULAÇÃO JAUENSE
- TABELA 3. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE JAHU
- TABELA 4. DOMICÍLIOS
- TABELA 5. CLASSES DE RENDIMENTO
- TABELA 6. RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE - JAHU – SP
- TABELA 7. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÕES - 2010
- TABELA 8. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÕES – 2010
- TABELA 9. NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS
- TABELA 10. CATEGORIA DE EMPREGOS FORMAIS
- TABELA 11. OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS
- TABELA 12. PIB
- TABELA 13. TIPO DE PRODUÇÃO
- TABELA 14. TRANSPORTE
- TABELA 15. Nº DE ALUNOS TRANSPORTADOS
- TABELA 16. Nº DE ALUNOS TRANSPORTADOS – EXCLUSIVAMENTE RURAL
- TABELA 17. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE
- TABELA 18. LEITOS HOSPITALARES
- TABELA 19. PROFISSIONAIS DA SAÚDE
- TABELA 20. ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
- TABELA 21. IDHM E COMPONENTES
- TABELA 22. IDHM - ÍNDICES
- TABELA 23. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA POR FAIXA DE IDADE
- TABELA 24. TRANSFERÊNCIA DE RENDA
- TABELA 25. TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO
- TABELA 26. APLICAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO – EXERCÍCIO DE 2014 – ATÉ DEZEMBRO
- TABELA 27. RECEITA ORÇAMENTÁRIA (CONSOLIDADO) JAN A DEZ/14
- TABELA 28. FLUXO ESCOLAR PO FAIXA ETÁRIA
- TABELA 29. FLUXO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA – 2010 – ÁREAS ADMINISTRATIVAS
- TABELA 30. CMEIS – CENTRO MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
- TABELA 31. CRECHE PÚBLICAS MUNICIPAIS/CONVENIADAS–31A. ESCOLAS PARTICULARES DE ED.INFANTIL
- TABELA 32. POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS EM IDADE ESCOLAR
- TABELA 33. NÚMEROS DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
- TABELA 34. PERCENTUAL DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTA ESCOLA
- TABELA 35. PERCENTUAL DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTA ESCOLA
- TABELA 36. DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL POR FORMAÇÃO
- TABELA 37. FORMAÇÃO DOCENTE DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
- TABELA 38. FORMAÇÃO DOCENTE DA REDE PRIVADA
- TABELA 39. ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
- TABELA 40. ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL
- TABELA 41. ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS

TABELA42. ESCOLAS PARTICULARES DE ENSINO FUNDAMENTAL
TABELA43. POPULAÇÃO JAUENSE EM IDADE ESCOLAR DE 6 A 14 ANOS
TABELA44. MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADM. 1º AO 5º E DO 6º AO 9º ANO DO EF
TABELA45. TAXA DE APROVAÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADM. 1º AO 5º E DO 6º AO 9º ANO DO EF
TABELA46. TAXA DE REPROVAÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADM. 1º AO 5º E DO 6º AO 9º ANO DO EF
TABELA47. TAXA DE ABANDONO POR DEPENDÊNCIA ADM. 1º AO 5º E DO 6º AO 9º ANO DO EF
TABELA48. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE – ANOS INICIAIS DO EF
TABELA49. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE – ANOS INICIAIS DO EF POR REDE
TABELA50. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE – ANOS FINAIS DO EF POR REDE
TABELA51. IDEB – ANOS FINAIS DO EF
TABELA52. SARESP – REDE ESTADUAL – ANOS FINAIS DO EF
TABELA53. SARESP – REDE MUNICIPAL – ANOS FINAIS DO EF
TABELA54. CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA
TABELA55. MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 9º ANOS DE EF
TABELA56. MUNICIPALIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EF, ANOS INICIAIS
TABELA57. IDEB – RESULTADOS E METAS – 4ª SÉRIE/5º ANOS
TABELA58. IDEB DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
TABELA59. FORMAÇÃO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO POR ESCOLARIDADE
TABELA60. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF COM LICENCIATURA NA ÁREA QUE ATUAM
TABELA61. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA
TABELA62. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA
TABELA63. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA
TABELA64. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA
TABELA65. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS
TABELA66. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE FILOSOFIA
TABELA67. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
TABELA68. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE ARTES
TABELA69. PORCENTAGEM DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO EF NA DISCIPLINA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA
TABELA70. PROFESSORES DO EF EM PÓS-GRADUAÇÃO
TABELA71. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO EF COM CURSO SUPERIOR COMPLETO E COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
TABELA72. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO EF COM CURSO SUPERIOR COMPLETO E COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
TABELA73. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO EF COM CURSO SUPERIOR COMPLETO E COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA REDE PARTICULAR

TABELA74. *FORMAÇÃO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL COM PÓS-GRADUAÇÃO ANOS FINAIS*

TABELA75. ESCOLAS ESTADUAIS DO ENSINO MÉDIO

TABELA76. ESCOLAS PARTICULARES DO ENSINO MÉDIO

TABELA77. NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO

TABELA78. TAXA DE APROVAÇÃO DO EM

TABELA79. TAXA DE ABANDONO DO EM

TABELA80. TAXA DE REPROVAÇÃO DO EM

TABELA81. NÚMERO DE CONCLUINTES DO EM

TABELA82. DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE DO EM

TABELA83. IDESP DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO EM

TABELA84. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA QUE ATUAM

TABELA85. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE MATEMÁTICA

TABELA86. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA

TABELA87. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE HISTÓRIA

TABELA88. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE GEOGRAFIA

TABELA89. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE QUÍMICA

TABELA90. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE FÍSICA

TABELA91. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE BIOLOGIA

TABELA92. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE FILOSOFIA

TABELA93. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE ARTES

TABELA94. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TABELA95. PORCENTAGEM DE PROFESSORES DO EM QUE TEM LICENCIATURA NA ÁREA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

TABELA96. PROFESSORES DO EM EM PÓS-GRADUAÇÃO

TABELA97. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

TABELA98. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO EM CLASSES COMUNS

TABELA99. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PÚBLICA

TABELA100. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA

TABELA101. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA – ESCOLAS PARTICULARES

TABELA102.MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA – ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS

TABELA103.MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA – ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS/ CONVENIADAS COM O PODER PÚBLICA

TABELA104.MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA – ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TABELA105. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA – ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS NO EF ANOS INICIAIS

TABELA106. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA – ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS NO EF ANOS FINAIS

TABELA107. MATRÍCULA POR TIPO DE DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA REDE PRIVADA – ESCOLAS COMUNITÁRIAS, CONFESSIONAIS OU FILANTRÓPICAS NO ENSINO MÉDIO

TABELA108. NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

TABELA109. NÚMERO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS

TABELA110. NÚMERO DE FUNÇÕES OCENTES QUE LECIONAM LIBRAS

TABELA111. PORCENTAGEM DE ESCOLAS COM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM USO

TABELA112. PORCENTAGEM DE ESCOLAS COM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM USO DA REDE ESTADUAL URBANA

TABELA113. PORCENTAGEM DE ESCOLAS COM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM USO DA REDE PÚBLICA

TABELA114. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS

TABELA115. TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA

TABELA116. PESSOAS DE 15 OU MAIS DE IDADE, TOTAL E AS ALFABETIZADAS, POR GRUPOS DE IDADE

TABELA117. NÚMERO DE NÃO ESCOLARIZADOS NO EF - 2010

TABELA118. NÚMERO DE NÃO ESCOLARIZADOS NO EM - 2010

TABELA119. NÚMERO DE PESSOAS COM EM COMPLETO - 2010

TABELA120. ATENDIMENTO POR REDE DE ENSINO – 2012 - 2015

TABELA121. ATENDIMENTO ATUAL POR SEGMENTO E POR REDE DE ENSINO

TABELA122. ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

TABELA123. NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

TABELA124. FORMA DE ARTICULAÇÃO COM O EM

TABELA125. Nº DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR REDE

TABELA126. Nº DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR LOCALIDADE

TABELA127. MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO/FORMA DE ARTICULAÇÃO COM O EM

TABELA128. RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

TABELA129. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO
TABELA130. NÚMERO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR POR MODALIDADE
TABELA131. NÚMERO DO ALUNADO MODALIDADE DE ENSINO PRESENCIAL
TABELA132. NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL
TABELA133. DADOS DE RECEITAS 2013 – 2014
TABELA134. VERBAS VINCULADAS 2013 – 2014
TABELA135. CONVÊNIOS ESTADUAIS
FIGURA 1. TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL POR ÁREA ADMINISTRATIVA
FIGURA 2. POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO
FIGURA 3. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO
FIGURA 4. REDE DE ÁGUA, COLETA DE LIXO E ESCOAMENTO DE ESGOTO
FIGURA 5. MERCADO DE TRABALHO – ADMITIDOS E DESLIGADOS
FIGURA 6. POSTOS DE TRABALHO
FIGURA 7. DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS
FIGURA 8. DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS POR RENDIMENTO
FIGURA 9. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR GRUPOS DE HORAS TRABALHADAS
FIGURA 10. PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS QUE TRABALHA FORA DE SEU DOMICÍLIO
FIGURA 11. PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NO PIB
FIGURA 12. TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NOMINAL POR SETOR ECONÔMICO
FIGURA 13. LEITOS DE INTERNAÇÃO
FIGURA 14. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EXTREMAMENTE POBRE POR FAIXA ETÁRIA
FIGURA 15. PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA FREQUENTANDO A ESCOLA OU CRECHE POR FAIXA ETÁRIA
FIGURA 16. VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
FIGURA 17. FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
FIGURA 18. FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL
FIGURA 19. FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE PRIVADA
FIGURA 20. ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - %
FIGURA21. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR DE 6 A 14 ANOS
FIGURA22. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA
FIGURA23. FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO EF
FIGURA24. MATRÍCULAS DO EM
FIGURA25. TAXA DE APROVAÇÃO DO EM
FIGURA26. TAXA DE ABANDONO DO EM
FIGURA27. TAXA DE REPROVAÇÃO DO EM
FIGURA28. MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
FIGURA29. MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL POR REDE
FIGURA30. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO
FIGURA31. INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO POR MODALIDADE
FIGURA32. QUADRO COMPARATIVO NO ENSINO SUPERIOR
FIGURA33. FUNÇÕES DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR MODALIDADE PRESENCIAL

SIGLAS UTILIZADAS

AEE	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
AME	ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR AO EDUCANDO
CEEJA	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
CMEI	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CNES	CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
COREN	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO
CRFa	CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA
CRO	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA
CRP	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
EE	ESCOLA ESTADUAL
EF	ENSINO FUNDAMENTAL
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EM	ENSINO MÉDIO
EMEF	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
Etec	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL
FDE	FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FNDE	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
HTPC	HORÁRIO DE TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDHM	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
INEP	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO
PNAE	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
PNATE	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PRODESP	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRONATEC	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
QESE	CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
SAEB	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
SENAI	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
SESI	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
SISTEMA "S"	SESC, SESI, SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE, SESCOOP, IEL
SME	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
UTI	UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA